



# 12

RELATÓRIO E CONTAS | 12

# Índice

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	2
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	4
3. A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, SA	23
A. ACTIVIDADE DE BANCA DE INVESTIMENTO	24
1. Corporate Finance	24
2. Mercado de Capitais	24
3. Sales & Trading	26
4. Securitização	27
B. ACTIVIDADE DAS PARTICIPADAS/GESTÃO DE ACTIVOS	28
4. ANÁLISE ÀS CONTAS	31
5. PERSPECTIVAS FUTURAS	32
6. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	34
7. NOTA FINAL	35
8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37
Balanço	38
Demonstração de Resultados	39
Demonstração do Rendimento Integral	40
Demonstração de Variações em Capitais Próprios	41
Demonstração de Fluxos de Caixa	42
Anexo às demonstrações Financeiras	43
9. OUTRAS INFORMAÇÕES	130
Informação nos termos do Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais Acções Próprias e Participações Sociais Qualificadas	
10. RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS	143
11. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE	155
ANEXOS	193
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	
Certificação Legal das Contas Individuais	

## 01

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2012 fica marcado como um ano de transição no Banif – Grupo Financeiro. Esta transição materializou-se na eleição de um novo Conselho de Administração, ao qual foi atribuída uma missão clara: iniciar uma nova estratégia que permita ao Grupo adaptar-se às transformações que o sector conhece e a um novo enquadramento económico e financeiro. Das novas exigências de capital impostas pelo regulador, na sequência da assinatura do Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF) por parte do Estado Português, resultou a necessidade de recapitalizar o Grupo recorrendo a fundos públicos no âmbito da linha de financiamento prevista naquele Plano.

O recurso a fundos públicos implicou desde logo a necessidade de proceder a uma ampla reorganização da estrutura do Grupo, também imposta por razões de eficiência e de melhoria dos mecanismos internos de governo. Foi necessário simplificar a sua estrutura societária de forma a melhorar a produção de informação relevante para a tomada de decisões, identificar claramente as fontes de criação de valor e eliminar a dependência dos financiamentos intra-Grupo. Deste processo destaca-se, já no final de 2012, a fusão da Banif SCPS no Banif SA, tornando-se o Banco a instituição de topo do Banif – Grupo Financeiro.

O processo de recapitalização implicou igualmente uma exigente auditoria especial que incidiu sobre todas as classes de activos, incluindo as operações no exterior. Esta operação de inspecção, extraordinária porque acresceu àquelas que decorrem dos novos procedimentos regulares de inspecção do Banco de Portugal, foi exaustiva e complexa, tendo originado a necessidade de reforçar as dotações para imparidade. Em contrapartida, o Grupo beneficiou de um escrutínio e de uma validação externos sem paralelo no sistema financeiro português.

A evolução da economia portuguesa e as metas constantes do PAEF, nomeadamente as relacionadas com a necessidade de desalavancagem do sistema financeiro, impuseram uma nova definição estratégica, focada na adequação da estrutura de custos, num renovado enfoque comercial e na reavaliação das operações internacionais. A nova estratégia passa por ajustar o modelo de criação de valor, trabalhando no sentido de criar uma estrutura mais flexível e mais eficiente, otimizada e completamente focada nos sectores e nos segmentos em que o Banco pode apresentar uma proposta diferenciada. Neste sentido, o Grupo iniciou um processo de reestruturação tendo em vista, designadamente: a necessidade de redução da estrutura de recursos humanos e de pontos de venda; a optimização de serviços partilhados entre as várias

unidades de negócio; a revisão dos preços e das propostas comerciais; uma nova segmentação de clientes; a desalavancagem do balanço; e uma maior eficiência na recuperação de crédito.

O processo de recapitalização tem sido muito exigente para o Grupo, mas permitiu aferir a qualidade e a resiliência do Banif enquanto instituição de referência em Portugal. Por um lado, o Banco viu reconhecida a sua importância sistémica, que justificou o investimento público na sua recapitalização e, por outro, continuou a merecer, ao longo de todo o período, a confiança dos seus clientes e, em particular, dos seus depositantes, mesmo perante cenários especulativos e infundados de atrasos e de dúvidas sobre o processo de recapitalização.

Estes sinais são inequívocas referências da qualidade e da vitalidade do Grupo e serão activos importantes para os próximos desafios que teremos de enfrentar. Desde logo, o cumprimento da segunda fase do processo de recapitalização, com o aumento de capital destinado a investidores privados, mas também a prossecução da execução do ambicioso plano estratégico, que vai exigir um forte empenho de toda a estrutura e a capacidade de implementar as reformas difíceis, mas necessárias.

O Grupo tem sabido superar as dificuldades e os obstáculos que tem enfrentado ao longo dos 25 anos de existência. Tal só tem sido possível pela forte solidez da marca Banif, pela forte cultura da instituição, baseada em valores partilhados, e pela qualidade dos seus colaboradores. São estas forças que nos fazem acreditar que será possível reestruturar o Grupo no sentido de continuar a manter o Banif como uma instituição de referência no sistema financeiro português.

Presidente do Conselho de Administração do Banif Banco de Investimento

Luís Filipe Marques Amado

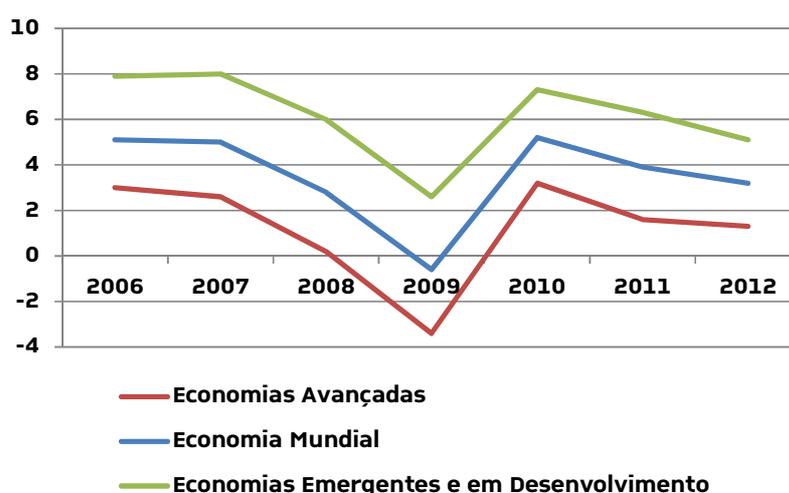
## 02

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### Conjuntura Internacional

A economia mundial registou um abrandamento da actividade em 2012, confirmando que o processo de recuperação da crise económica e financeira se está a processar de forma muito gradual e desigual entre os vários blocos económicos. De acordo com o FMI<sup>1</sup>, a economia mundial terá crescido 3,2% em 2012, abaixo do crescimento de 3,9% registado em 2011. Este abrandamento foi comum para conjunto das economias desenvolvidas, que terão crescido 1,3% em 2012 face a 1,6% em 2011, e para as economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento, cujo crescimento se terá cifrado em 5,1% em 2012, face a 6,3% registado em 2011. Apesar do abrandamento geral, a economia global continua a apresentar um padrão muito desigual, com as economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento a serem o motor do crescimento, onde a margem de manobra dos instrumentos de política monetária e orçamental terão permitido ultrapassar o impacto negativo da forte redução do crescimento das economias desenvolvidas, em particular na Zona euro, que no seu conjunto terá registado um crescimento negativo em 2012 (-0,5%) e no Japão e no Reino Unido, economias que terão terminado o ano em recessão.

### Taxas de crescimento dos principais blocos económicos



Fonte: FMI, World Economic Outlook Update, Janeiro de 2013

<sup>1</sup> FMI, World Economic Outlook Update, 23 de Janeiro de 2013

Ao longo de 2012, no entanto, o desempenho económico foi muito afectado por períodos de elevado aumento da incerteza e instabilidade financeira. No início do ano, em resultado da estabilização das condições financeiras na zona euro, na sequência das duas operações de refinanciamento a longo prazo do sector bancário levadas a cabo pelo BCE, o crescimento da economia global surpreendeu pela positiva, tendo ascendido, de acordo com o FMI<sup>2</sup>, a 3,6%. Durante este período, o comércio internacional recuperou em paralelo com a produção industrial, o que beneficiou as nações exportadoras, sobretudo na Ásia. Neste continente, assistiu-se igualmente a uma recuperação da queda temporária de actividade provocada pelas interrupções na cadeia de produção na sequência das cheias na Tailândia, no final de 2011, e por uma recuperação mais forte que o antecipado da procura interna no Japão.

No 2º trimestre, no entanto, a situação económica agravou-se, sobretudo em consequência da escalada das tensões nos mercados financeiros, desencadeada por incertezas políticas e financeiras na Grécia, que resultaram de um processo eleitoral incapaz de clarificar a situação daquele país face ao cumprimento dos compromissos internacionais, pelos problemas no sector bancário em Espanha e por dúvidas crescentes sobre a capacidade dos vários governos na zona euro serem capazes de obter os resultados necessários em matéria de consolidação orçamental e de reformas estruturais, assim como a instalação de dúvidas crescentes sobre a disponibilidade de ajuda por parte dos países credores.

A escalada das tensões manifestou-se de forma similar a episódios anteriores, envolvendo a saída de capitais dos países afectados, em particular Grécia, Espanha e Itália (através da venda de dívida em mercado e da saída de depósitos) e do conseqüente aumento das taxas de juro da dívida e das responsabilidades dos respectivos bancos centrais junto do sistema *Target 2*. Registou-se durante este período um aumento generalizado das volatilidades implícitas nos diferentes segmentos de mercado e uma subida dos diferenciais entre as taxas de rendibilidade das obrigações de dívida pública dentro da área do euro. Verificou-se igualmente uma queda dos principais índices accionistas, em particular do sector bancário, e uma depreciação do euro em termos nominais efectivos.

A necessidade de estancar estes episódios de extrema aversão ao risco, provocada pela relação estreita entre risco soberano e o sector bancário na área do euro, reforçou a ideia de que a saída para a crise passaria por um aprofundamento da integração europeia, nomeadamente com a criação da União Bancária. Neste sentido, o Conselho Europeu decidiu, no final de Junho, iniciar o processo tendente à criação de uma União Bancária proposta no relatório dos 4 presidentes (do Conselho Europeu, da Comissão europeia, do Eurogrupo e do BCE), com o objectivo de restaurar a confiança no sector financeiro em geral e, dessa forma, promover uma maior integração financeira e assegurar um fluxo adequado de crédito à economia real.

---

<sup>2</sup> FMI, World economic Outlook, Spring 2012

Já no final do Verão, o presidente do BCE reforçou a ideia de que a solução para a crise do euro passaria por um maior grau de integração europeia e afirmou que a área do euro é irreversível. Neste contexto, o presidente garantiu que o BCE fará o que for necessário para salvaguardar a estabilidade do euro, ao que se seguiu o anúncio de um novo programa de compra de dívida soberana em mercado secundário (programa TMD – Transacções Monetárias Definitivas), após a reunião do Conselho do BCE no início de Agosto. Os mercados financeiros reagiram positivamente a este anúncio, assistindo-se a uma redução das taxas de rendibilidade da dívida pública dos países sob pressão e a uma subida dos principais índices accionistas no derradeiro trimestre do ano, em especial dos bancos. Esta melhoria do sentimento também impactou sobre o valor externo do euro, que inverteu a tendência de depreciação nominal efectiva registada desde o início do ano.

Esta remoção da incerteza em torno da viabilidade do euro, proporcionada pela intervenção do BCE, provocou uma melhoria nos mercados financeiros internacionais, patente na evolução positiva da generalidade dos indicadores de risco, na valorização dos principais índices accionistas e na redução das yields da dívida pública e privada.

### **Evolução das principais economias**

A actividade económica na Zona Euro sofreu uma forte deterioração em 2012, tendo registado um crescimento negativo de -0,5%, que compara com um crescimento de 1,5% em 2011. O crescimento em 2012 foi muito penalizado pela queda no último trimestre, de -0,6%, que afectou as economias da Alemanha (-0,6%), França (-0,3%) e Itália (-0,9%). Esta evolução resultou da combinação de um conjunto de factores, de entre os quais a persistência de condições financeiras desfavoráveis, o processo de consolidação orçamental em curso em vários países europeus e a deterioração vincada do sentimento económico. A instabilidade financeira que se instalou a partir do final do primeiro trimestre nos países periféricos, na sequência das tensões nos mercados de dívida soberana, a par dos elevados níveis de incerteza, propagaram-se às restantes economias da Zona Euro através da diminuição da confiança das famílias e das empresas.

No entanto, para o conjunto do ano, o desempenho económico dos países da Zona Euro foi muito heterogéneo, com os piores desempenhos a terem como proveniência os países periféricos, como Grécia (-6,5%), Portugal (-3,2%), Itália (-2,2%) e Espanha (-1,3%), enquanto a Holanda e a Bélgica também terão registado um crescimento negativo, de -0,9% e -0,2%, respectivamente. A França terá registado uma variação nula e a Alemanha um crescimento de 0,7%, enquanto a Irlanda já terá crescido 0,5%. Em linha com a contracção da actividade económica, as condições do mercado de trabalho agravaram-se significativamente, tendo-se registado um forte aumento do desemprego, em particular nas economias periféricas.

Nos EUA, após um primeiro trimestre favorável, influenciado por condições climatéricas anormalmente amenas que provocaram uma forte recuperação do emprego, o segundo trimestre mostrou um abrandamento da actividade, motivado pela instabilidade financeira global e pela correcção técnica dos efeitos positivos sobre o emprego no trimestre anterior. Do lado positivo, vários indicadores apontaram para a recuperação gradual do sector residencial, apesar de partir

de níveis muito baixos. Este sector está a ser ajudado pelos efeitos favoráveis da queda das taxas de juro de longo prazo, que beneficiaram do efeito de procura de refúgio por parte dos investidores, para além das medidas de política não convencionais adoptadas pela Reserva Federal. De acordo com o FMI, a economia norte-americana deverá ter registado um crescimento de 2,3% em 2012, ainda assim acima do registado em 2011 (1,8%), mas negativamente afectada, no último trimestre do ano, pelas incertezas políticas resultantes das eleições para a presidência e das negociações políticas necessárias para impedir a entrada automática em vigor de cortes de despesa e aumentos de impostos para o ano fiscal de 2013, com impacto potencial de até 5% do PIB ("fiscal cliff"). Neste sentido, a economia terá mesmo registado um crescimento negativo no último trimestre do ano. De referir que, em contraste com a Zona Euro, o processo de consolidação orçamental nos EUA prosseguiu, em 2012, de forma mais lenta, sendo necessário um esforço superior nos próximos anos para atingir os objectivos de redução do défice para níveis consistentes com o equilíbrio das finanças públicas. De acordo com o FMI, o défice orçamental nos EUA ter-se-á situado em 8,7% do PIB em 2012, o que compara com 3,3% no conjunto da Zona Euro. De acordo com o FMI, o PIB no Japão terá registado um crescimento de 2% em 2012, recuperando da queda de 0,6% registada em 2011, muito por força da actividade de reconstrução e uma reanimação da actividade da indústria transformadora na primeira metade do ano, na sequência das disrupções na cadeia de produção associadas ao terremoto e maremoto de Março de 2011 e às inundações da Tailândia, em Outubro desse ano.

Em termos intra-anuais, a actividade económica surpreendeu pela positiva no primeiro trimestre, com o PIB a registar uma subida de 1,2% naquele período, impulsionado pelo consumo privado e investimento. No entanto, a actividade começou a abrandar no segundo trimestre, sobretudo na indústria transformadora, devido à perda de dinâmica exportadora, em resultado do abrandamento global e da força relativa do iene.

As economias emergentes, por seu turno, continuam a crescer a um ritmo muito mais acentuado, apresentando desta forma um maior contributo para o crescimento global. No entanto, não ficaram imunes ao sentimento global, tendo também verificado um abrandamento em 2012, em particular o Brasil, mas também a Índia e a China, reflectindo por um lado os efeitos desfasados da contracção de políticas em 2011 e o impacto da menor procura global. Nestas economias, o nível elevado de emprego e o consumo forte continuam a suportar a procura o que, em conjunto com políticas monetárias mais acomodáticas, impulsionaram o investimento produtivo e o crescimento. Na China, após o abrandamento da actividade económica no primeiro semestre, visível na produção industrial (que se mantém ainda em nível elevado) e nas vendas a retalho, o sentimento recuperou na segunda metade do ano, na sequência da aprovação de projectos públicos de infraestruturas e dos efeitos favoráveis do alívio da política monetária. O sector residencial apresenta sinais de estabilização, visíveis tanto na construção como nos preços do imobiliário.

No Brasil, o desempenho económico tem sido muito modesto, com um recuo da procura externa mas também da procura interna, apesar de esta continuar a ser o maior contribuidor para o crescimento. De acordo com o FMI, a economia brasileira terá registado um crescimento de 1% em

2012, com o investimento a permanecer num patamar reduzido. Também o consumo privado apresenta uma estagnação, com as vendas de automóveis ligeiros, que representam cerca de 30% das vendas a retalho, sem crescer desde finais de 2010. As autoridades brasileiras têm levado a cabo uma forte política estímulos monetários e fiscais, incluindo 500 pontos base (pb) de cortes nas taxas de juro de referência desde Agosto de 2011, mas a recente subida da inflação e os problemas na oferta de energia eléctrica limitaram a margem de manobra das autoridades.

### Política Monetária

Quanto à política monetária, a persistência do fraco nível de utilização da capacidade produtiva nas economias avançadas, que contribuiu para a moderação das pressões inflacionistas, permitiu a adopção de políticas expansionistas por parte dos Bancos Centrais daquele grupo de países (nomeadamente, Reino Unido, EUA, Japão e Zona Euro). Com efeito, o Banco de Inglaterra, a Fed e o Banco do Japão mantiveram as taxas de juro directoras em 2012 ao nível de final de 2010, ou seja, próximas de zero. Na Zona Euro, o BCE decidiu em Julho reduzir as taxas de juro oficiais em 25 pb, passando a taxa das operações principais de refinanciamento para 0,75%.

Para além das decisões sobre taxas de juro, os principais Bancos Centrais continuaram a tomar medidas não convencionais de política monetária. Neste particular, tanto a Fed, como o Banco de Inglaterra e o Banco do Japão levaram a cabo políticas de *quantitative easing*, através das quais se procedeu à expansão do balanço das autoridades monetárias por intermédio de aquisição de dívida em mercado secundário. O Banco Central Europeu (BCE) continuou, ao longo do 1.º semestre de 2012, a utilizar instrumentos de política monetária não convencionais, tendo encetado, no final de Dezembro 2011 e no final de Fevereiro de 2012, operações de refinanciamento de longo prazo para o sistema bancário e ao mesmo tempo que flexibilizou as regras de elegibilidade de colateral, de forma a aliviar as tensões no mercado de financiamento por grosso dos bancos. Estas operações, por retirarem do mercado uma enorme incerteza relativamente à capacidade de refinanciamento dos bancos na zona euro, tiveram o efeito de acalmar as tensões financeiras, ao mesmo tempo que aliviaram a pressão sobre os Estados soberanos. No entanto, a partir de 2º trimestre, novas pressões emergiram, ligadas à situação política na Grécia e à situação difícil do sistema bancário espanhol, que provocaram o recrudescer da pressão sobre os Estados soberanos da Zona Euro. Neste contexto, o BCE sinalizou a continuação de utilização de instrumentos não convencionais, com o objectivo de repor o funcionamento dos mecanismos de transmissão da política monetária, tendo anunciado em Setembro o programa de Transacções Monetárias Definitivas (TMD), que consiste na compra de dívida pública em mercado secundário nos prazos de 1 a 3 anos. Estas aquisições estão sujeitas à adesão de um programa com condicionalidade estrita por parte do país alvo das aquisições.

As autoridades monetárias das economias de mercado emergentes também adoptaram ao longo de 2012 políticas monetárias acomodáticas, que se caracterizaram por descidas das taxas de juro e redução do coeficiente de reservas obrigatórias, casos do Brasil e da China.

### **União Bancária**

A percepção de insustentabilidade das trajetórias das finanças públicas por parte dos países periféricos da Zona Euro traduziu-se na incapacidade de financiamento dos Estados nos mercados de dívida soberana e a incapacidade de financiamento dos bancos dessas economias. De facto, a estreita ligação entre os emitentes soberanos e os respectivos sistemas bancários implicou uma crescente fragmentação dos mercados de crédito da área do euro. A fragmentação dos mercados impede a eficácia da política monetária, dado que a transmissão das medidas de política para a economia das empresas e das famílias fica interrompida. Essa interrupção compromete definitivamente a unidade e integridade do mercado único europeu de serviços financeiros, não permitindo a criação de condições de financiamento semelhantes entre empresas que concorrem no mercado único e que estão localizadas em países diferentes.

Neste contexto, o Conselho Europeu, no final de Junho, avançou com a proposta de reforçar a arquitectura institucional da Zona Euro e acelerar o processo de integração europeia, através da criação de uma União Bancária que permita restaurar a confiança no sector financeiro e permitir libertar o fluxo de crédito à economia.

A União Bancária compreende 3 aspectos fundamentais:

- Uma supervisão única, com poderes de controlo sobre todos os bancos da Zona Euro, e um livro de regras único;
- Um fundo europeu de resolução de bancos, que permita a sua reestruturação sem afectar a estabilidade sistémica e a situação financeira dos países onde operam;
- Um sistema comum de protecção de depósitos.

Para quebrar a ligação entre o risco soberano e o sistema bancário é fundamental avançar simultaneamente nos 3 pilares. No entanto, o primeiro passo passa por estabelecer um mecanismo único de supervisão, tendo a Comissão Europeia proposto em Setembro que tal responsabilidade fosse atribuída ao BCE. No entanto, numa primeira fase, a supervisão única irá apenas recair sobre os bancos com actividades pan-europeias e os bancos que beneficiaram de ajudas públicas.

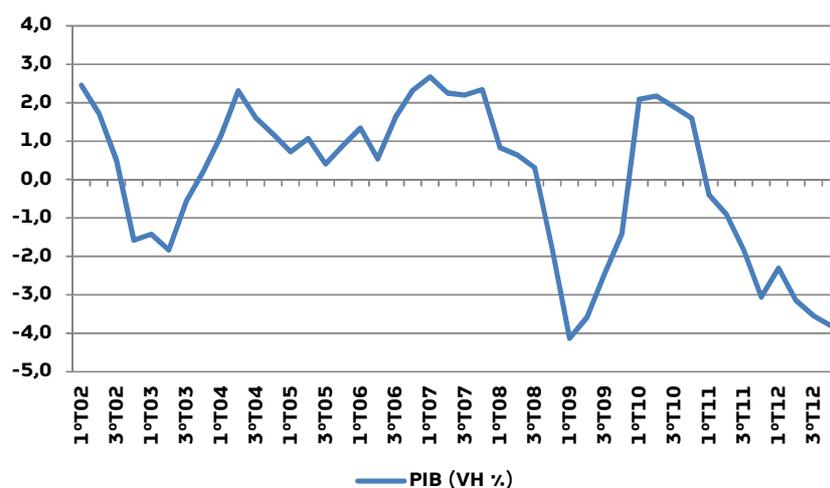
### **Conjuntura Nacional**

A economia nacional continua enquadrada e condicionada pelo cumprimento das metas acordadas no plano de financiamento com a União Europeia, os países da Zona Euro e o FMI, o qual pressupõe um processo de ajustamento que se deverá caracterizar, em traços gerais, pela conjugação dos processos de consolidação orçamental e de desalavancagem do sector privado. A sua concretização está a ser particularmente exigente, não só porque decorre num enquadramento económico e financeiro internacional adverso, mas também pela persistência de um conjunto de fragilidades estruturais que contribuem para um baixo crescimento da produtividade tendencial em Portugal.

De acordo com o INE, o PIB em Portugal registou uma queda de 3,2% em 2012, após uma diminuição de 1,7% no ano anterior, resultado de um contributo muito negativo da procura interna, apesar de

um assinalável contributo positivo das exportações. Esta evolução negativa, que se verifica desde 2010, acentua o diferencial negativo entre as taxas de crescimento do PIB de Portugal e da Zona Euro, continuando a observar-se um processo de divergência real face aos níveis de rendimento *per capita* médios da UE.

### Evolução do PIB (variação homóloga, em %)



Fonte: INE

O contributo negativo da procura interna deveu-se à forte contracção do consumo privado e do investimento empresarial. O consumo privado tem sido afectado pela deterioração do sentimento e das expectativas dos agentes económicos e pelas dificuldades de financiamento externo da economia, no quadro da crise da dívida soberana na Zona Euro.

De acordo com o Banco de Portugal, o consumo privado, depois de ter registado uma queda de 4,0% em 2011, deverá apresentar uma diminuição ainda mais significativa em 2012 (5,8%), visível tanto na componente de bens duradouros como na componente de bens correntes. No que respeita aos bens duradouros, estes deverão voltar a registar uma queda muito pronunciada em 2012 (-22,9% o que eleva para 38% a diminuição acumulada desde 2011), enquanto o consumo corrente de bens e serviços deverá registar uma queda significativamente superior à observada no ano anterior (-4,2% face a -2,2% em 2011), sendo particularmente vincada na componente não alimentar.

A forte redução do consumo privado resulta de um processo de correcção de uma trajectória insustentável de crescimento deste agregado desde finais da década de 90 e é essencialmente estrutural, reflectindo a ocorrência simultânea de 3 factores:

- i. a redução real do rendimento disponível, factor primordial nas decisões de consumo das famílias, que foi entendida em grande medida como permanente. A significativa diminuição do rendimento disponível em termos reais resulta do impacto das medidas de consolidação orçamental, em particular a suspensão parcial dos subsídios de férias e de natal dos funcionários públicos, afectando igualmente o sector público empresarial, o agravamento da tributação directa e indirecta e o aumento do preço de alguns bens e serviços sujeitos a regulação;
- ii. a incerteza quanto ao rendimento futuro, motivada pela contínua deterioração estrutural da situação no mercado de trabalho e das expectativas quanto à evolução da situação económica, o que conduziu ao aumento da poupança por motivos de precaução por parte das famílias;
- iii. o aumento na restritividade no acesso a novo crédito, que aumenta as restrições de liquidez das famílias.

Em consequência destes factores, a queda do consumo privado nominal em 2012 deverá ter sido de dimensão superior à do rendimento disponível das famílias, pelo que se deverá ter registado um aumento da taxa de poupança das famílias em 2012.

No que respeita ao consumo público, o comportamento foi muito similar ao do consumo privado, dada a natureza pró-cíclica da política orçamental. No quadro da consolidação orçamental, o consumo público em termos reais terá registado uma redução em 2012 (-3,9% em 2012 após -3,8% em 2011). Esta redução é extensível às despesas em bens e serviços, traduzindo em particular a evolução do consumo intermédio, às prestações sociais em espécie, bem como à diminuição das despesas com pessoal. Os efeitos da queda do consumo público sobre a actividade económica são significativos, já que a redução das despesas com pessoal tem como resultado a redução do rendimento dos funcionários públicos, o que contribui para a queda do consumo privado, enquanto a redução das prestações sociais em espécie implica uma quebra do rendimento que as famílias dispõem para consumir em bens privados. A redução do consumo de bens e serviços por parte das administrações públicas tem também impacto sobre o universo das empresas que operam nesses mercados, acentuando a contracção da actividade.

No que respeita ao investimento, a FBCF deverá voltar a registar uma evolução muito negativa em 2012, em particular o investimento empresarial. A FBCF deverá apresentar em 2012 uma queda pelo quinto ano consecutivo, acumulando uma diminuição de cerca de 35% neste período. De acordo com o Banco de Portugal, a queda da FBCF deverá ter-se situado em 14,9% em 2012, acima da queda verificada no ano anterior. À semelhança do observado em 2011, a contracção em 2012 é partilhada tanto pela componente pública, associada ao processo de consolidação orçamental, como pela componente privada.

Quanto ao investimento público, o processo de consolidação em curso originou uma contracção acumulada superior a 45% desde 2011 e é previsível que continue a condicionar a evolução desta componente nos próximos anos.

O investimento em habitação deverá ter registado uma queda de quase 20% em 2012, acumulando uma redução superior a 60% desde o início da década de 2000, após o significativo dinamismo registado na segunda metade da década de 90.

Por sua vez, a FBCF empresarial deverá registar uma diminuição de cerca de 12% em 2012, após quedas em torno de 9% nos anos anteriores (em termos acumulados, regista-se uma redução superior a 30% desde 2009). A evolução do investimento empresarial está a ser condicionada por factores de natureza cíclica e estrutural, de entre os quais:

- i. a deterioração das expectativas quanto à evolução da procura interna e a redução da confiança dos empresários, num ambiente de elevada incerteza e de baixa utilização da capacidade produtiva na indústria;
- ii. o acesso ao financiamento por parte das empresas, cujo impacto poderá vir a revelar-se mais importante à medida que a subutilização dos factores produtivos se reduzir, podendo condicionar a recuperação do investimento;
- iii. a previsibilidade do sistema fiscal e o nível de qualificação da mão-de-obra, pela sua complementaridade com o investimento em capital físico, e o quadro institucional existente, em particular ao nível da flexibilidade dos mercados.

A queda do investimento nos últimos anos tem consequências gravosas para a recuperação económica dado o papel essencial do investimento para o crescimento potencial da economia. Sem aumento do investimento não será possível repor a degenerescência do *stock* de capital, não permitindo aumentos sustentados no nível de produtividade e, conseqüentemente, no nível de vida dos portugueses.

### Índice de clima Económico (Vh%)



Fonte: INE

As exportações de bens e serviços deverão registar um abrandamento em 2012, num contexto de deterioração da actividade económica global, nomeadamente nos principais parceiros comerciais de Portugal, em particular a Zona Euro.

A estimativa do Bdp aponta para um aumento em volume das exportações de bens e serviços de 6,3%, após um crescimento de 7,5% no ano anterior, o que se encontra consideravelmente acima do esperado para a área do euro. Não obstante esta desaceleração, as exportações de bens e serviços deverão continuar a crescer substancialmente acima da procura externa dirigida à economia portuguesa o que reflecte um aumento da quota de mercado das exportações portuguesas.

O aumento expressivo da quota de mercado das exportações portuguesas (de 6% em 2012 e cerca de 4% em 2011) reflecte o esforço de procura de novos mercados por parte das empresas portuguesas de bens transaccionáveis e também a continuada diminuição dos custos unitários do trabalho relativos, que já corrigiram a apreciação real acumulada desde o início da participação na Zona Euro.

O crescimento em volume das exportações em 2012 deverá reflectir, em grande medida, o aumento das exportações de bens que registaram, de acordo com o INE, uma taxa de variação ligeiramente inferior à observada no ano anterior (5,8% em 2012 face a 8,0% em 2011). Esta evolução determinou um desagravamento do défice da balança comercial no montante de 533,7 milhões de euros. A taxa de cobertura situou-se em 81,2%, o que corresponde a uma melhoria de 3,2 p.p. face à taxa registada no mesmo período do ano anterior. As exportações de serviços, por seu turno, deverão registar uma forte desaceleração em 2012, em parte devido ao comportamento da componente outros serviços.

A trajectória de desaceleração das exportações nominais de bens iniciada no final do ano passado foi visível na generalidade dos produtos, com excepção dos produtos de média-baixa tecnologia. Neste último caso, assistiu-se a crescimentos muito acentuados no final de 2011 e início de 2012, reflectindo em particular as exportações de combustíveis, nomeadamente para os Estados Unidos e Espanha.

Por áreas geográficas, de salientar a manutenção do processo de diversificação geográfica das exportações. Ao nível intracomunitário, as exportações prosseguiram a tendência de abrandamento observada ao longo de 2011 e que se intensificou no início de 2012, tendo as expedições aumentado 1% em termos homólogos acumulados, em Dezembro. Esta desaceleração foi particularmente marcada nos principais parceiros comerciais de Portugal pertencentes à Zona Euro, com destaque para Espanha, que regista taxas de variação negativas, e a Alemanha, reflectindo sobretudo a evolução muito desfavorável das exportações de “Veículos e outro material de transporte”. Ao nível extracomunitário, as exportações de bens mantiveram o ritmo de crescimento muito forte, que se tem traduzido num aumento da sua importância nas exportações portuguesas. Em 2012 as exportações para os países terceiros aumentaram 19,8% face a 2011, em resultado das subidas registadas em “Metais comuns” e em “Máquinas e aparelhos”. De entre os

países de destino extracomunitários, saliente-se a aceleração das exportações para os PALOP, nomeadamente para Angola, e referentes a produtos de média-alta tecnologia, bem como o aumento expressivo das exportações para os Estados Unidos, em resultado da evolução das exportações de combustíveis. Destaque-se também o comportamento das exportações para a China, em particular de “Veículos e outro material de transporte”, com crescimentos muito significativos desde o final de 2011, o que se tem traduzido num aumento assinalável do respectivo contributo para o crescimento das exportações.

No que respeita ao turismo, o enquadramento externo mais desfavorável motivou um abrandamento em 2012 (crescimento em volume inferior a 6% após um aumento de 7,3% em 2011). No conjunto dos primeiros oito meses do ano, as dormidas de não residentes em estabelecimentos hoteleiros em Portugal registaram um aumento de 3,8%, após um crescimento de 10,1% no conjunto do ano de 2011. Esta desaceleração reflecte em grande medida a evolução desfavorável dos fluxos de turistas provenientes de Espanha e Reino Unido, apenas parcialmente mitigada por um acréscimo de turistas da Alemanha e Dinamarca. Relativamente às exportações de outros serviços, é projectada uma pronunciada desaceleração em 2012 (após uma taxa de variação de 5,6%, em termos reais, em 2011), em linha com o observado na primeira metade do ano. Este comportamento é relativamente transversal em termos de tipo de serviço e de país de destino.

As importações de bens e serviços tiveram a sua evolução condicionada pelo desempenho das várias componentes da procura interna. De acordo com INE, o volume de importações de bens registou em 2012 uma queda de 5,4%, após uma redução de 5,3% em 2011. Esta evolução está em linha com a queda da procura global ponderada, em particular de algumas componentes da procura com elevado conteúdo importado, como o consumo de bens duradouros e a FBCF em máquinas e material de transporte. Por blocos regionais, verificou-se uma queda das importações intra-EU (-7,9%), enquanto as importações extra-EU registaram uma ligeira subida de 1,4%.

Em relação aos serviços, as importações nominais registaram uma diminuição, em termos homólogos, de 8,0% nos primeiros oito meses do ano, após um aumento de 5,0% em 2011. À semelhança do observado no ano anterior, deverá registar-se uma redução da taxa de penetração das importações na procura global em 2012, em linha com a evolução habitual em períodos de contracção da actividade económica.

### **Evolução dos preços**

A evolução dos preços em Portugal encontra-se enquadrada por dois factores de sinal contrário. Por um lado, o elevado hiato de produto que se verifica na economia portuguesa, com um nível de produto substancialmente abaixo do nível potencial, manifesta-se na sub-utilização dos factores produtivos, introduzindo pressões descendentes nos preços dos bens e nos custos do trabalho. Por outro lado o processo de consolidação orçamental impôs uma realocação dos recursos públicos, tendo-se reduzido a subsidiação de preços de bens e serviços públicos, e a subida dos impostos indirectos, o que se traduziu no aumento das taxas do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

aplicáveis a alguns produtos, o agravamento do imposto sobre o tabaco e o aumento do preço de alguns bens e serviços sujeitos a regulação.

Em 2012, a taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), situou-se em 2,8%, representando um decréscimo de 0,8 pontos percentuais (p.p.) em relação ao valor observado em 2011. A taxa de variação do IPC total situou-se em 2,77% (3,65% em 2011).

No que respeita aos custos unitários do trabalho, estes deverão apresentar, de acordo com as estimativas do BdP, uma queda de 4,0% em 2012, depois da redução de 0,7% observada em 2011. Esta evolução traduz em larga medida a diminuição significativa das remunerações por trabalhador no total da economia, em particular no sector público administrativo, após uma redução média de 0,9% em 2011. A evolução das remunerações por trabalhador no conjunto da economia reflecte as medidas relativas aos salários no sector público, nomeadamente o congelamento das remunerações e a suspensão parcial dos subsídios de férias e de natal dos funcionários públicos. Por seu turno, num quadro de deterioração das condições no mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a atingir níveis historicamente elevados, estima-se que, no conjunto do sector privado, o crescimento das remunerações apresente igualmente uma redução (0,6%, após um aumento de 0,9% em 2011).

Ao contrário do registado em Portugal, na área do euro deverá observar-se um aumento dos custos unitários do trabalho em 2012, de acordo com as projecções da Comissão Europeia. Deste modo, o diferencial entre o crescimento dos custos unitários do trabalho em Portugal e na área do euro, para além de se manter negativo, tal como nos quatro anos anteriores, atingirá em 2012 um valor historicamente baixo.

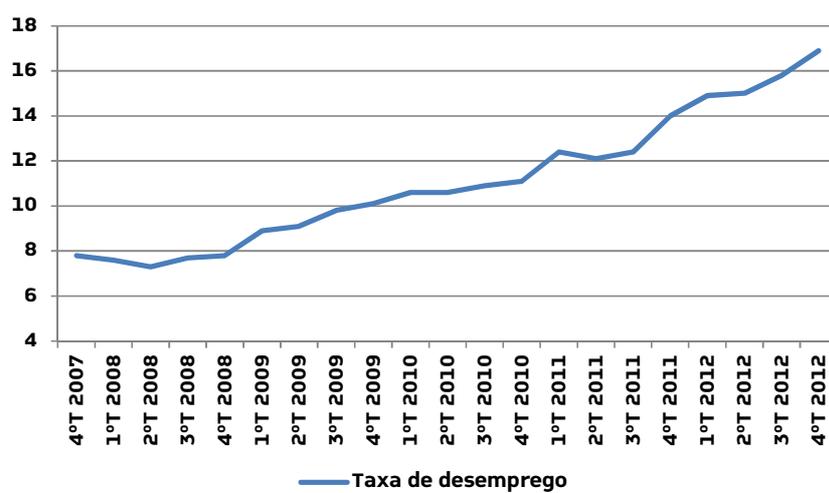
### **Mercado de trabalho**

Em 2012 prosseguiu a dinâmica de forte deterioração das condições do mercado de trabalho em Portugal, que se traduz numa forte quebra do nível de emprego, num aumento da taxa de desemprego e do desemprego estrutural e redução da população activa. De acordo com o INE, a população empregada registou um decréscimo de 4,2% em 2012 (menos 202,3 mil pessoas), enquanto a taxa de desemprego atingiu um máximo histórico de 16,9% no último trimestre do ano, um valor superior em 2,9 p.p. ao trimestre homólogo de 2011.

De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego, a população activa registou em 2012 um decréscimo de 0,9%, tendo a taxa de actividade da população em idade activa ascendido a 60,5% no último trimestre de 2012, uma redução de 0,4 p.p. em relação ao trimestre homólogo do ano anterior. Esta redução da população activa em Portugal está relacionada com as fortes quedas de emprego, dado que muitos dos trabalhadores que perderam o emprego terão passado directamente à inactividade ou terão mesmo deixado o país. Esta contracção da população activa pode colocar sérios riscos à capacidade de crescimento da economia a médio prazo, sobretudo se afectar trabalhadores com qualificações mais elevadas.

O crescimento do desemprego estrutural é uma das características da evolução da economia portuguesa na última década e resulta em grande parte do deficiente funcionamento das instituições do mercado de trabalho português e do baixo nível do capital humano da população activa. De acordo com o BdP, a taxa de natural de desemprego passou de 6,4% em 2000 para 11,5% em 2012.

### Evolução da taxa de desemprego em Portugal



Fonte: INE

### Balança de Pagamentos e financiamento da economia

Nos últimos anos, mas com maior incidência a partir de 2011, assistiu-se a uma redução significativa das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. Após ter atingido 11,4% do PIB em 2008, o défice da balança corrente e de capital tem vindo a reduzir-se de forma assinalável, tendo a economia portuguesa registado em 2012 uma capacidade líquida de financiamento externo, medida pelo saldo conjunto das balanças corrente e de capital, de 1,3 mil milhões de euros, correspondente a 0,8% do PIB.

A evolução registada reflecte a conjugação da posição cíclica da economia com uma alteração estrutural na relação entre poupança e investimento, ou seja, uma nova redução do investimento e um aumento significativo da poupança interna. Esta evolução é também muito influenciada pela evolução do comércio internacional de bens. Dado o elevado nível da posição devedora de investimento internacional, este ajustamento deverá manter-se ao longo de vários anos.

A capacidade de financiamento externo em 2012 resultará em larga medida de uma melhoria significativa da balança de bens e serviços, que registou um excedente de 111 milhões de euros, o que compara com um défice de -6,5 mil milhões de euros em 2011.

Apesar da progressiva melhoria da percepção de risco dos investidores internacionais, os agentes económicos continuaram a ter elevadas dificuldades no financiamento nos mercados internacionais. Neste contexto, o financiamento da economia portuguesa foi assegurado em parte pelo recurso dos bancos portugueses às operações de política monetária do BCE, que do ponto de vista do registo na balança financeira se tem traduzido num aumento significativo do passivo do outro investimento das autoridades monetárias associado à posição no sistema *Target2*.

Registou-se igualmente uma forte entrada líquida de fundos nas administrações públicas associada aos desembolsos do empréstimo obtido ao abrigo do PAEF. De referir, também, a entrada líquida de fundos associada às operações de privatização (reflectida na rubrica de investimento directo do exterior).

Em 2012, a posição de investimento internacional de Portugal, medida pela diferença entre o *stock* de activos e de passivos de natureza financeira, agravou-se em 11,2 pontos percentuais (p.p.) relativamente à posição observada em final de 2011, ascendendo a -192,8 mil milhões de euros, ou seja, -116,1% do PIB. A justificar esta evolução destaca-se sobretudo uma variação de preços negativa, reflexo da valorização de títulos emitidos pelo Estado Português e detidos por não residentes, não compensada pelo aumento de activos líquidos de Portugal face ao exterior registado na balança financeira.

No final de 2012 a dívida externa líquida situou-se em 164,6 mil milhões de euros, equivalente a 99,1% do PIB, ou seja, 12,8 p.p. acima do observado no final de 2011.

### **Política Orçamental**

A política orçamental em 2012 reflectiu os compromissos assumidos e a estratégia de consolidação acordada no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que é avaliado trimestralmente. No âmbito da quinta avaliação do Programa de Assistência Económica e Financeira, e na sequência das conclusões do Eurogrupo de Julho, o objectivo para o défice das administrações públicas para 2012 foi revisto de 4,5 para 5,0% do PIB. Esta medida justificou-se, de acordo com a declaração conjunta das três instituições internacionais, para permitir o funcionamento parcial dos estabilizadores orçamentais automáticos, num contexto de agravamento da contracção económica. De acordo com o Relatório do Orçamento do Estado para 2013 (OE2013), o novo objectivo para o défice em 2012 terá sido cumprido e o rácio da dívida pública em relação ao PIB ter-se-á situado em 122,5% no final do ano.

De acordo com o BdP, o atingimento do objectivo para o défice em 2012 vai traduzir-se numa variação do saldo primário estrutural corrigido de factores especiais de 3,3 p.p. do PIB (após um ajustamento de 3,5 p.p. em 2011). Assim, nos dois primeiros anos de vigência do PAEF deverá ter-se registado um ajustamento estrutural orçamental sem precedentes, de magnitude próxima de 6,5 p.p. do PIB.

A consolidação orçamental esperada para 2012 decorre sobretudo da diminuição estimada para a despesa primária e, numa menor medida, de desenvolvimentos do lado da receita estrutural. De acordo com o Ministério das Finanças, o peso das medidas pontuais no défice deverá diminuir de 3,0% do PIB, em 2011, para 1,0% do PIB em 2012, traduzindo uma redução do défice de 7,4% do PIB em 2011 para 6,0% em 2012 excluindo o seu efeito. Do lado da receita essas medidas pontuais deverão ter um impacto de 0,2%, reflectindo a receita proveniente do fundo de pensões do BPN e a receita adicional da sobretaxa de IRS introduzida em 2011. Do lado da despesa, estima-se que as medidas deverão ter um impacto de -0,8% do PIB e correspondem à concessão do serviço público aeroportuário e do leilão de frequências 4G, que abatem à despesa de capital, e à regularização dos pagamentos devidos à UE.

De referir que a redução da despesa primária estrutural reflecte essencialmente o impacto nas despesas com pessoal e com o pagamento de prestações sociais em dinheiro da medida de suspensão dos subsídios de férias e de Natal aos trabalhadores do sector público e pensionistas. Esta medida, cujo efeito líquido explica aproximadamente 1,3 p.p. do ajustamento estrutural em 2012, deverá ser parcialmente revertida em 2013, na sequência da declaração da sua inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional.

#### **Taxas de juro activas e passivas**

De acordo com os dados do BdP, as taxas de juro de novas operações de empréstimos registaram uma tendência de descida em 2012, invertendo, deste modo, a trajectória de subida registada nos dois anos precedentes. Em Dezembro de 2012, as taxas de juro médias de novos empréstimos concedidos a particulares e a sociedades não financeiras fixaram-se, respectivamente, em 6,17% e 5,69%, representando descidas de 60 e 81 pb face a Dezembro de 2011. Estas descidas foram, no entanto, inferiores às dos dois indexantes mais comuns – Euribor a 3 meses e a 6 meses –, que apresentaram reduções nos valores médios mensais de 124 pb e 135 pb, respectivamente.

Em 2012, o volume médio mensal de novos empréstimos a particulares seguiu a tendência de redução que já se tinha verificado em 2011, situando-se em 626 milhões de euros, o que representa um decréscimo superior a 30% face a 2011, atingindo o nível mínimo em Junho de 2012, com um montante de 481 milhões de euros. Em Março, o volume de novas operações foi mais elevado e a taxa de juro mais baixa, dado que foram realizadas operações de empréstimos, com valores significativos e taxas de juro reduzidas, a instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias, incluídas no sector dos particulares. O volume de novas operações de empréstimos a sociedades não financeiras atingiu o nível mínimo histórico em Agosto de 2012, com um montante de 2 676 milhões de euros. O montante médio mensal de novas operações de empréstimos a sociedades não financeiras manteve-se praticamente inalterado relativamente a 2011.

No que respeita às remunerações dos novos depósitos, assistiu-se em 2012 à inversão da tendência de subida registada nos últimos anos. Em Dezembro de 2012, as taxas de juro dos novos depósitos de particulares e sociedades não financeiras fixaram-se em 2,40% e 1,34%, respectivamente,

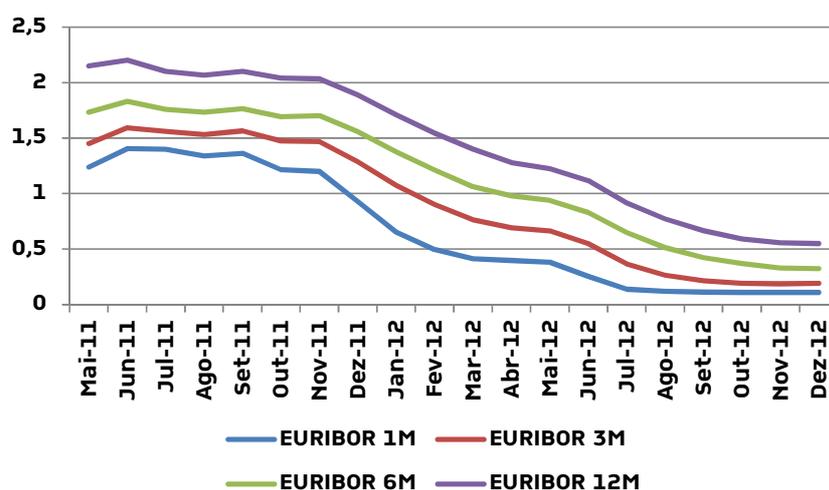
representando reduções de 125 e 160 p.b. face a Dezembro de 2011. Na sequência da redução das taxas de juro, o volume médio mensal de novos depósitos contraiu-se 6,3% relativamente a 2011.

Esta tendência de redução ocorreu tanto nos depósitos das sociedades não financeiras como dos particulares, mas foi mais expressiva no caso destes últimos. O volume médio mensal de novos depósitos de particulares foi 8.521 milhões de euros, menos 12,5% do que em 2011. O diferencial de taxas de juro entre depósitos de particulares e de sociedades não financeiras, positivo desde Outubro de 2011, aumentou em 2012.

### Mercado Monetário e Cambial

O ano de 2012 registou momentos de elevada aversão ao risco e incerteza, sobretudo durante a primeira metade do ano, que depois se foram dissipando sobretudo em consequência da actuação decisiva do BCE, cortando as taxas de juro de referência em 25 pb em Julho, e criando um mecanismo de compra de dívida soberana em mercado secundário, o programa TMD em Setembro. O funcionamento dos mercados interbancários continuou limitado, com consequências negativas nos fluxos de financiamento intra-comunitários. As taxas euribor começaram o ano em queda na sequência das operações de cedência de liquidez a 3 anos por parte do BCE e acentuaram a queda no início do segundo semestre, com a antecipação do corte de taxas de juro e a estabilização dos níveis de aversão ao risco. A queda das taxas Euribor ao longo do ano foi mais acentuada no prazo a 12 meses (134 pb) do que nos prazos mais curtos (a Euribor a 1 mês caiu 82 pb), tendo as taxas chegado ao final do ano em níveis mínimos históricos.

Evolução das taxas Euribor



Fonte: Reuters

Em 2012, os mercados cambiais voltaram a mostrar uma elevada volatilidade, com as moedas que habitualmente são procuradas pelos investidores por motivo de refúgio a terem desempenhos muito fortes, sobretudo face ao euro, na sequência da agudização da crise da dívida soberana, na

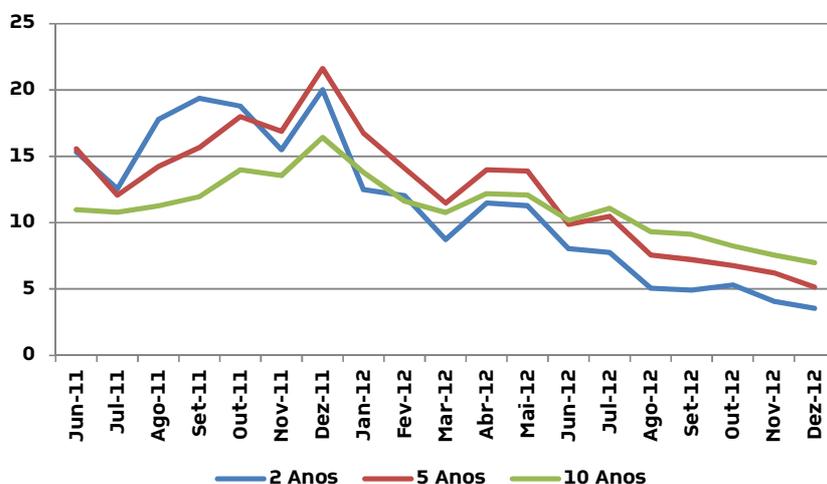
primeira metade do ano. De facto, os receios de uma eventual desagregação da Zona Euro, assim como expectativas de corte de taxas por parte do BCE tiveram impacto negativo no euro, que passou de cerca de 1,34 face ao dólar, em Março, para cerca de 1,21, em Agosto. A redução da aversão ao risco na segunda metade do ano, sobretudo a partir de Setembro, motivou uma forte recuperação do euro face ao dólar, que terminou o ano com uma apreciação de 1,8%. Relativamente ao iene, o euro registou uma depreciação de 12,9%, muito por força da forte depreciação do iene no 4º trimestre do ano.

### **Mercado de obrigações**

Os mercados obrigacionistas foram condicionados, na primeira metade de 2012, pelo agudizar da crise das dívidas soberanas na Zona Euro, o que provocou variações muito diferenciadas no desempenho das dívidas dos vários países. Neste contexto, a forte valorização da dívida alemã deveu-se ao aumento de procura por activos de refúgio, enquanto a dívida de países sob planos de assistência financeira, como Grécia e Portugal, ou ainda de outros países periféricos, como Espanha e Itália, apresentaram desvalorizações muito significativas. A melhoria do sentimento provocado pelo anúncio da criação do programa TMD por parte do BCE, assim como a aprovação final do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), na sequência da autorização por parte do tribunal constitucional alemão, concorreram para o aumento do apetite dos investidores por dívida de países sob *stress* financeiro, o que contribuiu para reverter os movimentos anteriores de “flight-to quality”. Em Portugal, as taxas de rendibilidade implícita da dívida pública atingiram no final do ano valores mínimos desde o pedido de ajuda externo.

No mercado de crédito, o ano de 2012 foi positivo para a generalidade dos segmentos, com particular destaque para os segmentos de dívida financeira, que terminaram o ano com valorizações expressivas, tanto na categoria da dívida subordinada (o índice iTraxx Sub Fin valorizou 54%), como na categoria de dívida sénior (o índice iTraxx Sr Fin valorizou 49,3%).

### Evolução das taxas de rendibilidade das Obrigações do Tesouro



Fonte: Reuters

### Mercado de Acções

Os mercados accionistas globais tiveram um comportamento favorável em 2012. No entanto, o desempenho ao longo do ano variou, em função de momentos de extrema aversão ao risco causados principalmente pela incerteza em torno dos desenvolvimentos na Zona Euro. Assim, no primeiro trimestre do ano, os mercados globais registaram um forte desempenho, beneficiando da redução da aversão ao risco proporcionada pelas operações de cedência de liquidez a longo prazo por parte do BCE. Os mercados norte-americanos atingiram do ainda no final do 1º trimestre os valores mais elevados desde Maio de 2008 e os mercados europeus máximos desde Fevereiro de 2011. No entanto, assistiu-se a uma forte correcção no 2º trimestre que, no caso europeu, levou os mercados a anular os ganhos desde o início de ano. No caso dos países da periferia europeia, excepção feita à Irlanda, os índices accionistas encerraram o semestre a acumular fortes perdas, inclusive próximas dos 20% no caso de Espanha.

No entanto, no final do Verão, com as declarações do presidente do BCE e as decisões do Conselho Europeu, eliminou-se o principal risco que estava a afectar o sentimento dos mercados, o risco de colapso do euro, o que conduziu a uma forte apreciação dos mercados accionistas, em particular na Europa. O índice MSCI World encerrou o ano a valorizar 13,1%, uma valorização muito semelhante à registada nos mercados emergentes (com o índice MSCI EM a valorizar 13,9%), nos EUA (com o índice S&P500 a valorizar 13,4%) e na Europa (com o índice Euro Stoxx a valorizar 13,8%). De entre os mercados desenvolvidos, os melhores desempenhos situaram-se na Alemanha (29,1% do índice DAX) e no Japão (22,9% do índice Nikkei).

Em Portugal, o índice PSI-20 encerrou o ano de 2012 nos 5.655,15 pontos, mais 2,9% do que no final de 2011. A Jerónimo Martins (17,2%), a EDP (17%) e a Portugal Telecom (15,8%) foram os títulos com

maior representatividade no índice. O valor das transacções efectuadas no mercado secundário a contado totalizou, em 2012, 33.036,3 milhões de euros, menos 22% do que em 2011. Nos mercados regulamentados, o volume de transacções desceu 16,8% face a Novembro e subiu 8,4% face a Dezembro do ano anterior, para 2.226,6 milhões de euros. Na Euronext Lisbon registou-se uma subida de 12,6%, enquanto que no mercado de dívida MEDIP o volume transaccionado caiu 57%.

A capitalização bolsista da Euronext Lisbon totalizou 210.546,9 milhões de euros, mais 10.368 milhões (5,2%) do que no mês anterior e mais 23,5% do que em igual período de 2011. Desde o início do ano, o valor bolsista da Euronext Lisbon subiu 23,5%. Os segmentos accionista e obrigacionista foram os principais responsáveis pelo aumento da capitalização bolsista do mercado regulamentado da Euronext Lisbon com uma subida mensal de, respectivamente, 6,6% e 3,4%. Comparativamente com o período homólogo, estes segmentos registaram um aumento de 39,6% e 14,3%, respectivamente. Na indústria de organismos de investimento colectivo em valores mobiliários e dos fundos especiais de investimento, o valor sob gestão cresceu 1,6% em Novembro face ao mês anterior, para 11.954,4 milhões de euros. Nos fundos de investimento imobiliário o montante sob gestão subiu 0,4% em relação a Outubro para 12.080,1 milhões de euros.

### ***Commodities***

No que respeita às matérias-primas, o desempenho em 2012 foi afectado pelas preocupações em torno das perspectivas sobre a economia global, resultantes da crise das dívidas soberanas na zona euro e do abrandamento mais pronunciado das economias emergentes. Os metais preciosos e as *commodities* agrícolas registaram em 2012 uma valorização superior, com 6,2% e 6,5%, respectivamente, enquanto as *commodities* energéticas registaram uma queda de 1,4%. No que respeita às *commodities* com pior desempenho, destaca-se o café (-36,6%), algodão (-18,1%), carvão (-16,8%) e açúcar (-16,3%).

## 03

## RELATÓRIO DE GESTÃO

No contexto da estratégia de desenvolvimento de negócio implementada pela actual Administração do Banif – Grupo Financeiro, o Banif - Banco de Investimento levou a cabo no decorrer de 2012 uma profunda reestruturação organizacional e operacional dos negócios de Banca de Investimento e de Gestão de Activos, assente principalmente nos seguintes vectores de actuação:

- 1) Privilegiar o desenvolvimento de negócios de assessoria financeira, geradores de comissões com reduzida afectação de capital regulamentar e sem necessidade de recurso a *funding* externo;
- 2) Potenciar a eficiência e eficácia operacional do Banco, por via da redução e simplificação da sua estrutura organizacional, no quadro de uma crescente integração operacional com o Banif SA, nomeadamente ao nível da operativa bancária (operações, IT, Contabilidade) e demais unidades de suporte;
- 3) Promover a redução sustentada do activo e passivo do Banco, por forma reforçar a índices de solvência e liquidez da instituição;
- 4) Desenvolver o *cross-selling* com o Banif, SA e com as restantes unidades do Grupo.

A referida reestruturação organizacional, operacional e de negócios, que foi levada a cabo desde Março 2012 permitiu ao Banif Banco de Investimento:

- i) Recentrar a sua actividade em quatro grandes áreas de negócio: Gestão de Activos, Corporate Finance, Mercado de Capitais e Sales & Trading;
- ii) Reduzir o quadro de colaboradores, com incidência especial na integração das áreas de *back office* e de suporte e na cedência de quadros do Banco de Investimento para a estrutura operacional do Banif;
- iii) Promover uma redução expressiva da estrutura de custos da instituição, em particular no que respeita os custos com Pessoal e com Fornecimentos e Serviços Externos e potenciar a geração de externalidades positivas pela crescente articulação e integração das operativas do Banco de Investimento com o Banif SA;

## A. ACTIVIDADE DE BANCA DE INVESTIMENTO

### 1. *Corporate Finance*

Apesar do contexto macroeconómico adverso, que provocou uma redução para mínimos históricos das operações de M&A em termos de volume, e das severas limitações enfrentadas na concessão de crédito, a Direcção de *Corporate Finance* evidenciou uma relevante dinâmica comercial ao longo de 2012, destacando-se entre as operações realizadas as seguintes intervenções:

- Assessor Financeiro da N+1 Private Equity na análise, avaliação e negociação de uma oportunidade de investimento em Portugal;
- Assessor Financeiro da Palamon Capital Partners na identificação e análise de uma oportunidade investimento em Portugal;
- Assessor Financeiro da ProA Capital na análise, avaliação e estruturação de oportunidades de investimento em Portugal;
- Assessor Financeiro da Funcef na avaliação da Telemar Participações (0i);
- Assessor Financeiro do Grupo Pestana na identificação, avaliação e estruturação de oportunidade de aquisição em Espanha;
- Assessor Financeiro da Empordef na avaliação da EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento Electrónica, S.A.
- Assessor Financeiro da Wendel na operação de *private placement* de uma participação minoritária da EFACEC;
- Assessor Financeiro do Banif Mais na potencial aquisição ou gestão da carteira de crédito da BPN Creditus.
- Assessor financeiro exclusivo da Rotas do Algarve Litoral (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Algarve Litoral;
- Assessor financeiro exclusivo da SPER (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Baixo Alentejo;
- Assessor financeiro exclusivo do Grupo Jorge Sá, na potencial reestruturação e consolidação financeira do Grupo Jorge Sá;
- Reestruturação dos créditos do Grupo Banif sobre o Grupo Hagen por via da cessão dos mesmos para o Fundo Vallis;
- Reestruturação dos créditos do Banif Investimento sobre o Grupo Soares da Costa;
- Reestruturação dos créditos do Banif - Grupo Financeiro sobre o Grupo Evalesco.

### 2. Mercado de Capitais

Ao longo de 2012 a área de Mercado de Capitais - Dívida esteve envolvida na estruturação e colocação de vinte e três transacções em mercado primário, tanto em Emissões em Euros como em Dólares Americanos, num montante total de cerca de 1.551 milhões de Euros.

Das operações realizadas destaca-se a liderança conjunta da Emissão de Obrigações Taxa Fixa da ZON Multimédia 2012-2015, no montante global de 200 milhões de Euros, em coordenação com o Banco BPI, S.A. e o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.. No âmbito da referida emissão, o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. assumiu a qualidade de membro do Consórcio de Colocação das obrigações, em conjunto com o Banif – Banco de Investimento, S.A., e com os restantes Bancos Colocadores. Destaca-se ainda o envolvimento do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. e do Banif – Banco de Investimento, S.A. no sindicato de colocação, na qualidade de Bancos Colocadores, em duas emissões de obrigações, da SONAE, SCPS, no montante global de 200 milhões de Euros e da REN, no montante global de 300 milhões de Euros.

Para além da liderança e colocação de emissões de obrigações, a Direcção de Mercados de Capitais estruturou vários Programas de Emissão de Papel Comercial, entre os quais para a EDA – Electricidade dos Açores, S.A., no montante máximo de 5 milhões de Euros, para a SATA Air Açores e SATA Internacional, de 6 milhões de Euros e para a Auto-Industrial, S.A. no montante de 7,5 milhões de Euros.

Adicionalmente, merece menção a extensa colaboração prestada ao Banif – Grupo Financeiro no âmbito do respectivo plano de captação de recursos, e que se traduziu nas seguintes transacções estruturadas pela Direcção de Mercado de Capitais:

- a) uma emissão de obrigações subordinadas para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. no montante de 87,7 milhões de Euros, decorrente de uma oferta pública geral e voluntária de aquisição;
- b) quatro emissões de *Senior Notes* para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ao abrigo do seu *Euro Medium Term Note Programme*, no montante global de 80 milhões de Euros;
- c) uma emissão de *Asset Backed Notes* para o Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd. no montante de 12 milhões de Dólares Americanos;
- d) uma emissão de obrigações com garantia da República Portuguesa para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., no montante de 300 milhões de Euros;
- e) três emissões de obrigações de caixa para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. no montante global de cerca 122 milhões de Euros;
- f) duas emissões de *Fixed Rate Notes* para o Banif Finance, Ltd, no montante de 55 milhões de Euros e 55 milhões de Dólares Americanos;
- g) a actualização anual do *Euro Medium Term Note Programme* do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., no montante total de até 2.500 mil milhões de Euros;
- h) uma emissão de *Senior Notes* para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ao abrigo do seu *Euro Medium Term Note Programme*, no montante de 100 milhões de Euros; e
- i) uma emissão Fungível de Senior Notes para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ao abrigo do seu Euro Medium Term Note Programme, no montante de 30 milhões de Euros.

Importa igualmente referir as transacções estruturadas para as sociedades integradas no Grupo Rentipar e Auto-industrial, nomeadamente a emissão de obrigações fungíveis para a Rentiglobo, SGPS, S.A. no montante de 900 mil Euros e a emissão de obrigações subordinadas para a Auto-Industrial, S.A. no montante de 2,5 milhões de Euros.

Por fim, no âmbito da actividade da Direcção de Mercado de Capitais de estruturação de empréstimos sindicados, importa mencionar a estruturação de um empréstimo sindicado para a Indústria de Lacticínios da Madeira, S.A. (ILMA), no montante de 4,2 milhões de Euros.

### 3. Sales & Trading

No contexto do processo de simplificação da estrutura orgânica do Banco, em Abril de 2012 procedeu-se à integração e consolidação das Direcções de *Equity*, *Research* e de *Fixed Income* numa única Direcção de *Sales & Trading*.

Em tempos de elevada exigência, a Direcção de *Sales & Trading* implementou uma estratégia de optimização e alavancagem de recursos, humanos e materiais, com vista a manter elevados padrões de serviço e satisfação dos clientes, adaptando a estrutura de custos à volatilidade dos mercados financeiros.

Hoje a Direcção de *Sales & Trading* opera no segmento de Acções e *Exchange-Traded Funds* nos mercados europeus, norte-americano e brasileiro, para clientes particulares e institucionais, dispondo para isso de uma equipa sénior que oferece um serviço de execução, desde a abertura dos mercados na Europa até ao fecho de Nova Iorque.

No segmento de Renda Fixa, a Direcção de *Sales & Trading* desenvolve a sua actividade através da gestão de uma carteira de negociação, constituída por emissões obrigacionista de emitentes portugueses e brasileiros, governos e empresas. Adicionalmente, a actividade de dinamização comercial do produto Renda Fixa é realizada por uma equipa de *Sales* residente em Lisboa e em Miami.

Em Junho de 2012 a Comissão Executiva mandatou a Direcção de *Sales & Trading* para liderar o projecto de implementação de uma plataforma de *trading online*, denominada BANIF TRADER, que deverá entrar em serviço em Abril de 2013. Esta plataforma disponibiliza ferramentas negociação *online* em Mercados, Moedas e Valores Mobiliários diversos, fidelizando os atuais clientes do Grupo e dinamizando a captação de novos clientes vocacionados para o investimento *online* em produtos financeiros.

No final de 2012 a Direcção de *Sales & Trading* alargou as suas competências à distribuição de outros produtos originados no Grupo, nomeadamente papel comercial, emissões de obrigações em mercado primário, criando para o efeito uma mesa de distribuição multiproduto.

No sentido de apoiar as vendas, a Direcção de *Sales & Trading* é responsável pela elaboração de várias *newsletters* diárias e semanais quer na vertente de acções quer na vertente de renda fixa, as quais são distribuídas para um universo alargado de clientes particulares e institucionais.

#### 4. Securitização

Durante o exercício de 2012, foram estruturadas pelo Banif Investimento duas emissões de obrigações Titularizadas, num montante global de aproximadamente 440 milhões de euros. A emissão Atlantes Finance No.5 foi concretizada em Julho/12 e envolveu a cessão de uma carteira de créditos ao consumo e automóvel originada pelo Banif e pelo Banif Mais, respectivamente. As obrigações séniores emitidas totalizaram 226.4 milhões de euros, e beneficiaram de *rating* A- pela Agência *Standard & Poor's*. As obrigações classe A resultantes desta emissão foram integralmente colocadas no mercado internacional, junto de investidores institucionais, facto que não se verificava, com emissões portuguesas, desde o início da crise financeira em 2007.

Em Dezembro de 2012 foi concluída a operação denominada Atlantes NPL No.1, a qual envolveu a cessão de uma carteira de créditos vencidos originada pelo Banif e pela ex-Banif Co. A emissão global ascendeu a 213 milhões de euros e não foi objecto de notação de *rating*.

Outros factos relevantes ocorridos durante o exercício de 2012:

- Em Fevereiro foi cancelada uma operação de Titularização envolvendo créditos a empresas originados pelo Banif, que estava prevista para o 1º trimestre de 2012, pelo facto da *Moody's* ter limitado o *rating* de emissões de Titularização Portuguesas a Baa1;
- Em Abril foi reembolsada antecipadamente a emissão denominada Atlantes Finance No.3, tendo os originadores envolvidos, Banif e Banif Mais recomprado créditos num montante global aproximado de 180 milhões de euros;
- Adicionalmente, em Maio foi concluído um processo de obtenção de *rating* pela agência DBRS para as operações de Titularização Atlantes Mortgage No. 2, 3, 4, 5 e 7, tendo as referidas emissões recebido a notação AA. Com a obtenção desta notação de *rating*, todos os RMBS em que o Banif intervém passaram a dispor de *rating* por 3 agências distintas.

No final de 2012 a Camma – Sociedade de Titularização de Créditos, SA, registava um activo líquido total de 3.978,9 milhões de euros, capitais próprios de 5,9 milhões de euros tendo registado um resultado líquido no período de 519 milhares de euros, correspondente a 13 operações sob gestão.

## B. ACTIVIDADE DAS PARTICIPADAS/GESTÃO DE ACTIVOS

A actividade de gestão de activos é desenvolvida pelo Banif - Banco de Investimento, S.A. na gestão de patrimónios e consultoria para o investimento de clientes particulares e institucionais, pela Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. nos fundos de investimento, pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., nos fundos de pensões e pela Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., nos fundos de capital de risco.

Em 31 de Dezembro de 2012 a Área de Gestão de Activos do Banco de Investimento e sociedades participadas tinha sob gestão e consultoria para investimento o montante de 2.702 milhões de euros. Em Dezembro de 2011 esse montante era de 2.473 milhões de euros, consubstanciando, portanto, um acréscimo de 9,2% em 2012.

### 1. Banif Gestão de Activos (Fundos de Investimento Mobiliário, Fundos de Investimento Imobiliário e Fundos Especiais de Investimento)

2012 marcou a retoma no sector de fundos de investimento com os investidores a realizarem subscrições líquidas de 659 milhões de euros no ano. Como alternativa aos depósitos a prazo, os aforradores têm apostado nos segmentos de menor risco, com os fundos especiais de investimento monetários de curto prazo a captarem mais de mil milhões de recursos, seguidos dos fundos de tesouraria e fundos do mercado monetário. Para 2013 perspectiva-se que a procura por produtos de investimento que proporcionem rendibilidades competitivas continue, beneficiando o sector dos fundos e, em particular, as classes mais conservadoras.

Na prossecução da estratégia delineada, a Sociedade manteve a monitorização das condições do mercado, consubstanciada no alinhamento dos fundos de investimento sob sua gestão às necessidades dos clientes, concretizando, assim, a reformulação da sua linha de produtos nas seguintes vertentes:

#### Fundos mobiliários

- i. adequação estratégica de produtos (alteração da política de investimento do Banif Euro Tesouraria, Art Invest e Banif Euro Corporates; remoção da comissão de performance do Banif Acções Portugal e Banif Euro Acções);
- ii. liquidação dos fundos de investimento Banif Gestão Activa, Banif Europa de Leste, Banif Euro Crédito, Banif Euro Financeiras e Banif Gestão Patrimonial.

#### Fundos imobiliários

- i. redução temporária das comissões de gestão dos fundos Banif Imogest e Banif Imopredial, a par, neste último, com a redução temporária da comissão de depósito;
- ii. aumento/redução de capital de fundos imobiliários fechados (aumento de capital do Banif Renda Habitação, Imogharb e Imóveis Brisa; redução de capital do Pabyfundo);

- iii. liquidação do Prime FII e alteração de denominação do Banif Reabilitação Urbana.

No que respeita aos fundos mobiliários, os activos geridos passaram de 44,8 milhões de euros no final de 2010 para 58,2 milhões de euros no final de 2011 (30,0% de acréscimo), enquanto os fundos imobiliários evoluíram de 717 para 816 milhões de euros no mesmo período, o que representou um aumento de 13,9%. Os activos geridos em fundos especiais de investimento passaram de 554 para 614 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de 10,7 % no período.

A quota de mercado da Banif Gestão de Activos, S.C.F.I.M., S.A. em Dezembro de 2012 era de 6,25%, contra 5,95% no final de 2011.

Os proveitos desceram 8,0% relativamente ao exercício anterior, o que, aliado à necessidade de provisionar alguns valores, conduziu a uma diminuição dos resultados líquidos da Sociedade, que passaram de 934 milhares de euros em 2011 para 455 milhares de euros em 2012. O ROE cifrou-se em cerca de 7,44% no período.

## **2. Banif Açor Pensões (Fundos de Pensões)**

A Sociedade prosseguiu a sua actividade comercial junto de empresas e associações sócio-profissionais, o que se traduziu na apresentação de 5 propostas de constituição de novos Fundos de Pensões e 2 propostas de transferência de gestão. A Sociedade participou em 4 concursos, dos quais ganhou um, cuja constituição só veio a concretizar-se no início de 2013.

O volume de activos geridos passou de 253 milhões de euros em Dezembro de 2011 para 270 milhões no final de 2012, o que representou um acréscimo de 6,7%, essencialmente resultante do retorno alcançado nos fundos geridos. A quota de mercado permaneceu praticamente inalterada em 1,88%.

O Resultado Líquido obtido pela Sociedade cifrou-se em 577 milhares de euros, contra 167 milhares no ano anterior, o que representou um aumento de 246%.

## **3. Banif Investimento (Gestão de Patrimónios)**

Na actividade de Gestão de Patrimónios foi implementada uma estratégia comercial ainda mais proactiva, por um lado em coordenação com o Banif SA e, por outro, com o apoio de consultores internacionais independentes, que analisaram e validaram o processo de investimento desenvolvido. Ao nível da gestão dos fundos de pensões, mandatada pela Banif Açor Pensões, aproveitou-se para redefinir as políticas de investimento de alguns mandatos, por forma a acomodarem as alterações de mercado que ocorreram nos últimos anos. Finalmente, no mandato de consultoria para investimento prestado à Companhia de Seguros Açoreana há a destacar o aconselhamento integrado das mais diversas classes de activos, com base em critérios financeiros, contabilísticos e em função das responsabilidades que as mesmas se encontram a colateralizar.

Em Dezembro de 2012 o Banco de Investimento tinha sob gestão e/ou encontrava-se mandatado para prestar serviços de consultoria para o investimento em carteiras no montante total de 1.214 milhões de euros. Em 2011 os activos geridos por conta de outrem cifravam-se em 1.158 milhões de euros, ou seja, verificou-se um acréscimo de 4,9% em 2012.

#### **4. Banif Capital (Fundos de Capital de Risco)**

Em 2012 a Sociedade teve três fundos de capital de risco sob gestão: o Fundo Capven, orientado para o segmento de PME's portuguesas; o Banif Capital Infrastructure Fund, um fundo direccionado para o sector das infra-estruturas europeias e o Banif Global Private Equity Fund, um fundo de fundos de Private Equity composto por 3 fundos internacionais de Private Equity.

A Banif Capital continuou a acompanhar a evolução dos activos/fundos sob gestão, tendo tido um papel decisivo de interface com investidores internacionais para o alinhamento de parcerias estratégicas para as suas participadas.

Em 2013 a Sociedade irá focar-se na estruturação e gestão de um novo fundo de investimento, no quadro da execução do Plano de Recapitalização do Banif S.A., que prevê o investimento de 10 milhões de euros anuais via Fundo de Private Equity.

Apesar da envolvente adversa, a actividade da Sociedade apresentou um crescimento do Resultado Líquido de 71%, terminando o ano com um valor superior a 23 milhares de euros.

## 04

## ANÁLISE ÀS CONTAS

As contas do Banif - Banco de Investimento relativas a 2012 reflectem a redução de actividade económica em geral verificada no mercado português, num contexto de escassez de liquidez e de prémio de risco soberano que se manteve elevado no período, afectando de uma forma transversal os custos de financiamento dos agentes económicos em geral.

O produto da actividade decresceu 63%, com uma acentuada quebra nos proveitos de comissões e nos resultados de operações financeiras, apenas parcialmente compensada pela subida na margem financeira (29%) face a 2011, enquanto que os custos em geral decresceram significativamente (18% face a 2011), fruto dos grandes ajustamentos concretizados nas despesas com pessoal e nos fornecimentos e serviços de terceiros. As dotações líquidas para provisões e imparidade atingiam 21,1 milhões de euros em Dezembro de 2012, significativamente acima do valor considerado em 2011, conduzindo o resultado líquido para um valor negativo de 21.765 milhares de euros.

(valores expressos em milhares de euros)

## Individual

	2012	2011	Varição
Activo Líquido	1.058.025	1.102.738	-4,1%
Capitais Próprios	82.474	77.028	7,1%
Produto Bancário	8.344	22.613	-63,1%
Resultado do exercício	-21.765	3.063	n/d

# 05

## PERSPECTIVAS FUTURAS

O ano de 2012 marcou um ponto de viragem no percurso do Banif - Grupo Financeiro com a mudança das equipas de gestão bem como do modelo de governo do Grupo, no sentido de uma maior coesão e integração entre as principais unidades de negócio, sobretudo ao nível doméstico. Este processo passa igualmente por uma profunda reestruturação societária, ainda em curso, na qual o Banif SA assumiu já o papel de instituição de topo do Grupo, após a fusão com a Banif SCPS, SA.

No final do ano de 2012 foi divulgado o acordo de princípio do Estado Português em participar no plano de recapitalização do Grupo, com recurso ao Fundo de Recapitalização constante do PAEF (enquadrado pela Lei Nº 63- A/2008, de 24 de Novembro). Essa decisão de recapitalização era necessária face ao imperativo de cumprimento dos rácios de capitais definidos pelo Banco de Portugal para 2012.

O plano de recapitalização acordado compreende: (i) um investimento público no montante de 1.100 milhões de euros, composto por um aumento do capital social do Banif reservado ao Estado, no montante de 700 milhões de euros e uma Emissão de instrumentos subordinados e convertíveis, qualificados como capital Core Tier 1, no valor total de 400 milhões de euros; e (ii) um novo aumento do capital social do Banif, no montante de 450 milhões de euros, a realizar por oferta pública de subscrição em termos e condições a definir, até ao final de Junho de 2013.

O processo de recapitalização tem, assim, por base um apoio transitório do Estado, num prazo máximo de 5 anos e envolverá um ambicioso processo de reestruturação do modelo de negócio e de reforço dos principais segmentos de actividade do Banco.

Este plano de recapitalização foi aprovado em reunião de Assembleia Geral de Accionistas realizada no dia 16 de Janeiro de 2013.

Na sequência de uma notificação efectuada em 11 de Janeiro de 2013 por parte do Estado Português, a Comissão Europeia avaliou as medidas de auxílio estatal no âmbito das suas regras em matéria de auxílios estatais para as recapitalizações bancárias durante a crise e considerou que as medidas foram bem orientadas, limitadas ao mínimo necessário e continham garantias suficientes para limitar as distorções da concorrência, pelo que, em 21 de Janeiro de 2013, autorizou temporariamente, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, a recapitalização nos termos propostos.

Nesse contexto, foi concluída no dia 25 de Janeiro de 2013 a primeira fase do processo de recapitalização com a concretização do investimento público no montante de 1.100 milhões de euros. O Grupo está

fortemente empenhado em concluir com sucesso a segunda fase do processo de recapitalização, com a realização de um aumento de capital destinado a investidores privados.

O Governo Português comprometeu-se a apresentar um plano de reestruturação de grande envergadura para o Banif SA, até 31 de Março de 2013. A Comissão Europeia, após a avaliação das medidas de reestruturação propostas por Portugal, tomará uma decisão definitiva sobre a compatibilidade da injeção de capital com as regras em matéria de auxílios estatais da UE.

O Grupo está igualmente envolvido em contactos com a Comissão Europeia no sentido de submeter o plano de reestruturação definitivo. Este plano de reestruturação está elaborado sobre o plano inicialmente apresentado às autoridades nacionais e que permitiu a recapitalização por parte do Estado Português.

A nova equipa de gestão reafirma assim o compromisso do Grupo para com os objectivos do plano de reestruturação, nomeadamente quanto à estratégia de adequação da estrutura de negócios e de custos face ao novo enquadramento macroeconómico, à desalavancagem do balanço, à manutenção da captação de recursos na sua rede e à recomposição do portefólio de geografias onde está presente, com o objectivo de otimizar a gestão do consumo de capital, permitindo o reembolso dos valores investidos pelo Estado Português nas condições previstas.

O plano estratégico, que se consubstancia no processo de reestruturação do Grupo, está totalmente focado na criação de valor e assegurará o regresso a níveis sustentáveis de rentabilidade e o reforço da solvência e da liquidez, melhorando simultaneamente os níveis da qualidade dos serviços prestados e, logo, o nível de satisfação dos seus Clientes.

# 06

## APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que, no exercício de 2012, o Banif Banco de Investimento obteve, no âmbito da sua actividade, um resultado negativo de EUR 21.765.123,37;

O Conselho de Administração propõe, nos termos e para os efeitos da alínea b) do nº 1 e do nº 2 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado de EUR 21.765.123,37 seja levado a resultados transitados

## 07

## NOTA FINAL

Em Assembleia Geral de Accionistas da Sociedade, realizada em 23 de Março de 2012 procedeu-se à eleição dos seguintes órgãos sociais e estatutários para o triénio 2012/2014, no seguintes termos:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr. Miguel José Luís de Sousa  
Secretário: Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus

Conselho de Administração

Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho  
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida  
Dr. Jorge Humberto Correia Tomé  
Dr. Luís Filipe Marques Amado  
Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal  
Dr. Nuno José Roquette Teixeira  
Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira  
Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes  
Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques

Conselho Fiscal

Presidente: Professor Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida  
Vogais: Dra. Teresa Lucinda Camoesas Castelo  
Dr. Rui Braga de Almeida  
Vogal suplente: Dr. Sérgio António de Rosário de Vaz Monteiro

Nessa mesma Assembleia foi igualmente designada a sociedade de revisores oficiais de contas Ernst & Young Audit & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA (n.º 178) representada pela Dra. Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230) para o exercício das funções previstas no artigo 446.º do Código das Sociedades Comerciais e no n.º 4 do artigo 25.º do Contrato de Sociedade, pelo período de um ano, até à Assembleia Geral Anual de 2013. Nessa mesma data foram ainda eleitos os seguintes membros da Comissão de Remunerações para o triénio 2012/2014:

Comissão de Remunerações

Rentipar Financeira - SCPS, SA, representada pela. Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro  
Renticapital – Investimentos Financeiros, SA, representada pelo Dr. Fernando José Inverno da Piedade;  
Fundação Herácio Roque, representada pelo Dr. José Marques de Almeida

Em Assembleia Geral de 30 de Abril de 2012, foram aprovados o Relatório de Gestão e Contas respeitantes ao Exercício de 2011, foi aprovada a proposta de aplicação de resultados do exercício apresentada pelo Conselho de Administração, e foi aprovada uma declaração, apresentada pela Comissão de Remunerações, sobre a política de remuneração dos membros do órgão de administração e do órgão de fiscalização da sociedade

Cada um dos membros do Conselho de Administração, signatários do presente documento, infra identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banif – Banco de Investimento, S.A., e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Banif – Banco de Investimento, S.A., e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Ao concluir o seu relatório sobre a actividade desenvolvida durante o exercício de 2012, o Conselho de Administração exprime aos membros do Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas e às autoridades de supervisão, o seu agradecimento pelo apoio e colaboração que sempre demonstraram.

Lisboa, 05 de Março de 2013  
O Conselho de Administração

Dr. Luis Filipe Marques Amado – Presidente

Dr. Jorge Humberto Correia Tomé

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes

Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida

Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques

Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal

Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira

Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho

08

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.**  
**BALANÇO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2012		31-12-2011	
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	3.257		3.257	999
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	27.305		27.305	34.748
Activos financeiros detidos para negociação	6,24	114.798	8	114.790	91.057
Outros activos financ. ao justo valor atrav. resultados	7	72.660		72.660	110.321
Activos financeiros disponíveis para venda	8,24	276.860	10.536	266.324	243.296
Aplicações em instituições de crédito	9	12.535		12.535	59.457
Crédito a clientes	10,24	461.150	14.289	446.861	444.778
Investimentos detidos até à maturidade	11	25.738		25.738	39.813
Activos não correntes detidos para venda	12	8.407	596	7.811	3.273
Outros activos tangíveis	13,24	16.279	6.816	9.463	12.633
Activos intangíveis	14	8.057	4.894	3.163	3.528
Invest. em filiais, assoc. e empreend. conjuntos	15	10.921	790	10.131	18.033
Activos por impostos correntes	16	1.393		1.393	3.951
Activos por impostos diferidos	17	7.996		7.996	13.176
Outros activos	18,24	48.679	81	48.598	23.675
<b>Total de Activo</b>		<b>1.096.035</b>	<b>38.010</b>	<b>1.058.025</b>	<b>1.102.738</b>
Recursos de bancos centrais	19			334.820	313.268
Passivos financeiros detidos para negociação	20			101.871	75.198
Recursos de outras instituições de crédito	21			268.958	309.120
Recursos de clientes e outros empréstimos	22			243.724	276.925
Responsabilidades representadas por títulos	23			165	182
Provisões	24			3.878	4.733
Passivos por impostos correntes	16			219	2.684
Passivos por impostos diferidos	17			395	-
Outros passivos subordinados	25			17.472	17.821
Outros passivos	26			4.049	25.779
<b>Total de Passivo</b>				<b>975.551</b>	<b>1.025.710</b>
Capital	27			85.000	85.000
Reservas de reavaliação	27			1.095	(26.117)
Outras reservas e resultados transitados	27			18.144	15.082
Resultado do exercício	27			(21.765)	3.063
<b>Total de Capital</b>				<b>82.474</b>	<b>77.028</b>
<b>Total de Passivo e Capital</b>				<b>1.058.025</b>	<b>1.102.738</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
 (Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31-12-2012	31-12-2011
Juros e rendimentos similares	28	46.129	50.418
Juros e encargos similares	28	33.948	41.010
<b>Margem Financeira</b>		<b>12.181</b>	<b>9.408</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	29	708	892
Rendimentos de serviços e comissões	30	7.546	8.498
Encargos com serviços e comissões	30	(747)	(583)
Result. de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	31	(7.008)	1.968
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	31	(2.079)	(1.894)
Resultados de reavaliação cambial	31	(1.854)	4.860
Resultados de alienação de outros activos	32	(410)	(2)
Outros resultados de exploração	33	7	(534)
<b>Produto bancário</b>		<b>8.344</b>	<b>22.613</b>
Custos com pessoal	34	(5.431)	(7.398)
Costos gerais administrativos	35	(5.793)	(6.584)
Depreciações e amortizações	13,14	(1.307)	(1.310)
Provisões líquidas de reposições e anulações	24	839	(511)
Correcções de valor assoc. ao crédito a clientes e valores a receber de out. deved.	24	(5.072)	(1.690)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	24	(12.780)	26
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	24	(4.055)	(68)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(25.255)</b>	<b>5.078</b>
Impostos			
Correntes	16	(746)	(3.198)
Diferidos	17	4.236	1.183
<b>Resultado após impostos</b>		<b>(21.765)</b>	<b>3.063</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(21.765)</b>	<b>3.063</b>
Número de acções em circulação		17.000.000	17.000.000
<b>Resultado por acção ( /acção)</b>		<b>-1,28</b>	<b>0,18</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
 (Montantes expressos em milhares de euros)

	<b>31-12-2012</b>	<b>31-12-2011</b>
Resultado Líquido	(21.765)	3.063
Ganhos/ (perdas) de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	37.023	(23.135)
Impostos diferidos	(9.811)	6.131
Total do Rendimento integral, líquido de imposto	5.447	(13.941)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montante expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Reservas Reavaliação	Outras Reservas	Resultado do exercício	Total de Capital
Saldos em 31.12.2010		55.000	(9.113)	9.246	5.836	60.969
Aumento de capital		30.000				30.000
Aplicação do result. líq. do exercício anterior						
Transferencia para reservas				5.836	(5.836)	
Rendimento integral			(17.004)		3.063	(13.941)
Saldos em 31.12.2011	27	<u>85.000</u>	<u>(26.117)</u>	<u>15.082</u>	<u>3.063</u>	<u>77.028</u>
Aumento de capital						
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior						
Transferencia para reservas				3.063	(3.063)	
Rendimento integral			27.212		(21.765)	5.447
Saldos em 31.12.2012	27	<u>85.000</u>	<u>1.095</u>	<u>18.144</u>	<u>(21.765)</u>	<u>82.474</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
 (Montante expressos em Milhares Euros)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<b>ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>			
<b>Resultados de Exploração:</b>			
Resultado líquido do exercício		(21.765)	3.063
Correcções de valor associadas ao crédito		5.072	1.690
Perdas por imparidade		16.835	42
Provisões do exercício		(839)	511
Amortizações do Exercício		1.307	1.310
Dotação para impostos do exercício		(4.236)	2.015
Dotação para impostos Diferido		746	-
Derivados (líquido)		3.211	(9.164)
Dividendos reconhecidos		(709)	(892)
Mais Valia na Alienação do Imobilizado		(30)	-
Juros pagos de Passivos subordinados		428	789
Outros		413	2.815
		<u>433</u>	<u>2.179</u>
<b>Variação dos Activos e Passivos Operacionais:</b>			
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros detidos para negociação		1.910	16.710
(Aumento)/Diminuição de Activos financ. ao justo valor através de result.		37.661	73.678
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros disponíveis para venda		3.459	16.450
(Aumento)/Diminuição de Aplicações em Outras Instituições de Crédito		46.922	(46.595)
(Aumento)/Diminuição de Crédito a Clientes		(3.755)	19.385
(Aumento)/Diminuição de Investimentos detidos até à maturidade		14.275	20.701
(Aumento)/Diminuição de Activos com acordo de recompra		-	28.389
(Aumento)/Diminuição de Activos não correntes detidos para venda		(5.134)	(616)
(Aumento)/Diminuição de Outros activos		(2.214)	(6.914)
Aumento/(Diminuição) de Passivos financeiros detidos para negociação		(1.471)	8.656
Aumento/(Diminuição) de Bancos Centrais		21.553	(28.931)
Aumento/(Diminuição) de Recursos de Outras Instituições de Crédito		(40.162)	(190.249)
Aumento/(Diminuição) de Recursos de Clientes e outros empréstimos		(33.201)	(35.721)
Aumento/(Diminuição) de Responsabilidades representadas por títulos		(18)	-
Aumento/(Diminuição) de Outros Passivos		(21.731)	66.286
Impostos sobre o rendimento		(7.633)	(6.802)
		<u>10.461</u>	<u>(65.573)</u>
<b>Fluxos de caixa da actividade operacional</b>		<u>10.894</u>	<u>(63.394)</u>
<b>ACTIVIDADE DE INVESTIMENTOS</b>			
Aquisição de subsidiárias/associadas		(107)	(115)
Concessão de suprimentos a entidades associadas		(16.250)	-
Alienação de subsidiárias/associadas		-	165
Aquisição de Activos Tangíveis		(135)	(112)
Alienação de Activos Tangíveis		34	33
Aquisição de Activos Intangíveis		(354)	(294)
Dividendos recebidos		1.509	2.642
<b>Fluxos de caixa da actividade de investimento</b>		<u>(15.303)</u>	<u>2.319</u>
<b>ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos respeitantes a:			
Emissão de acções		-	30.000
Emissão de passivos subordinados		-	150.000
Pagamentos respeitantes a:			
Juros pagos de passivos subordinados		(430)	(789)
Aquisição de passivos emitidos		(346)	(162.189)
Prestações suplementares		-	(8.689)
<b>Fluxos de caixa da actividade de financiamento</b>		<u>(776)</u>	<u>8.333</u>
<b>TOTAL</b>		<u><b>(5.185)</b></u>	<u><b>(52.742)</b></u>
<b>VARIAÇÕES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período		35.747	88.489
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>30.562</u>	<u>35.747</u>
		<u><b>(5.185)</b></u>	<u><b>(52.742)</b></u>
<b>Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro</b>			
Caixa	4	1	2
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais	4	3.256	997
Depósitos à Ordem em Outras Instituições de Crédito	5	27.305	34.748
Cheques a cobrar			
		<u>30.562</u>	<u>35.747</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## 1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif – Banco de Investimento, S.A. (Sociedade) resultou da cisão, efectuada em 15 de Dezembro de 2000, da Ascor Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, SA e da qual resultou, igualmente, a constituição de uma nova sociedade corretora denominada Banif Ascor – Sociedade Corretora, SA. A maioria das participações detidas pelo Grupo Banif em sociedades cujo objecto social principal fosse constituído por actividades ligadas à banca de investimento, foram, nessa data, transferidas para este novo Banco.

As acções da Sociedade são 100% detidas pela Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., holding do Banif Grupo Financeiro (Grupo), entidade que apresenta contas consolidadas para uso público e que cumprem com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS). Nestes termos, a Sociedade está dispensada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Em 5 de Março de 2013, o Conselho da Administração da Sociedade reviu e aprovou o Balanço e a Demonstração de Resultados de 31 de Dezembro de 2012 e aprovou globalmente o Relatório de Gestão o qual, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, será submetido à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 28 de Março de 2013.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILISTICAS

### 2.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme aprovadas pela União Europeia diferem da versão integral das IAS/IFRS, conforme publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no que respeita à eliminação de certas restrições à aplicação de contabilidade de cobertura do IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização”.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

## 2.2 Alterações de políticas contabilísticas

### Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às preparadas da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade do Banco cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2012 e que o Banco não adoptou antecipadamente são apresentadas na Nota 50. Estas Normas serão adoptadas a partir da data do endosso pela EU.

## 2.3 Informação comparativa

O Banco não procedeu a alterações de práticas e políticas contabilísticas, pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior, excepto quando à seguinte reclassificação:

### 2.3.1 Títulos Reclassificados

A sociedade considerou que o reconhecimento inicial dos títulos de dívida apresentados no quadro abaixo e registados na carteira de Activos financeiros detidos para negociação não estava correcta, pelo que optou por reclassificar para a rubrica de Crédito a clientes. Os valores indicados reportam-se à data de 31 de Dezembro de 2011.

Valores em Euros

ISIN	Nome do Título	Moeda	Maturidade	Quantidade	Preço de Aquisição	Preço de Mercado	Valor Aquisição	Valor Balanço (Inclui Juros)	Valor Mercado	Juros Corridos	Taxa
PTBAFOX0003	BANIF SA	EUR	18-08-2018	10.000	1,00000	0,450000	10.000,00	4.593,17	4.500,00	93,17	2,34%
PTCSOAE0008	CIA SEC ACORES SA 17/12/2017	EUR	17-12-2017	685.000	0,94226	0,780000	645.447,50	534.954,63	534.300,00	654,63	2,14%
PTRNPCOE0003	RENTIPAR FINANCEIRA SGPS SA	EUR	30-12-2012	134.000	0,86446	0,910000	115.837,50	121.953,10	121.940,00	13,10	2,93%

As alterações no balanço decorrentes desta reclassificação a 31 de Dezembro de 2011 são os seguintes:

Descrição	Notas	Valor Líquido em 31/12/2011	Reclassificação	Valor Líquido Reexpresso em 31/12/2011
A ctivos financeiros detidos para negociação	6,24	91.719	(662)	91.057
Crédito a clientes	10,24	444.116	662	444.778

#### 2.4 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

##### *Justo valor dos instrumentos financeiros*

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

##### *Imparidade em instrumentos de capital*

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo e prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo e prolongado” requer julgamentos. Neste contexto a Sociedade determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% por mais de 1 ano é considerado significativo e prolongado. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

#### 2.5 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

## 2.6 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

## 2.7 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica “Investimentos em filiais e associadas” corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

## 2.8 Instrumentos financeiros

### 2.8.1 Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

### 2.8.2 Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

#### Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor relevadas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

#### Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pela Sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

A Sociedade classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados a quase totalidade da carteira de títulos constituída no âmbito da actividade bancária, cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, com excepção das participações estratégicas e de títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

### Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que a Sociedade não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2012 esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição caso não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto a Sociedade considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% ou um declínio por mais de 1 ano pode ser considerado significativo ou prolongado.

### Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

#### Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, subseqüentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização destes rendimentos ou encargos é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” ou “Juros e encargos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

#### Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subseqüentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

#### Repo's e Reverse repo's

Os repo's são vendas de activos financeiros, que tem associado um acordo de compra numa data futura. O montante recebido da venda (financiamento) tem subjacente uma taxa juro (“Repo rate”). O valor do financiamento é registado na rubrica de recursos de outras instituições de crédito pelo valor contrato que corresponde à contraprestação recebida líquida, os juros a pagar são reconhecidos de acordo com o princípio da

especialização sendo registados em juros e encargos similares. Os títulos ficam custodiados na contraparte como garantia do financiamento.

Os reverse repo's são compras de activos financeiros que tem associado um acordo de revenda numa data futura, por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, não são reconhecidos no balanço. O valor de compra, registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado, os juros a receber são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização sendo registados em juros e encargos similares.

### Justo valor

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“bid”) conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“discounted cash flow”, modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

### Derivados

Na sua actividade corrente, a Sociedade utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nominais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer

quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

Os resultados da mensuração subsequente do justo valor são reconhecidos nos resultados do exercício em simultâneo com os resultados de mensuração ao justo valor do instrumento coberto na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

### 2.8.3 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

#### Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

1. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
2. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “pass-through”; e
3. Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

#### Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

#### 2.8.4 Imparidade e correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

A Sociedade avalia se existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, conforme disposto na Instrução nº 7/2005 do Banco de Portugal. Um activo financeiro encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tiver um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos. Perdas esperadas em resultado de eventos futuros, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, não são reconhecidas.

As correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores são determinadas de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95, com a redacção do Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

#### 2.9 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Sociedade e se mantiver o compromisso de venda do activo.

A Sociedade regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos reembolso de crédito próprio.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda. Estes activos não são amortizados.

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, estes activos são reclassificados para a rubrica "Propriedades de Investimento".

#### 2.10 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio, os imóveis utilizados pela Sociedade no desenvolvimento das suas actividades. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao custo histórico, reavaliados de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzidas de subsequentes amortizações.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outro equipamento	[2 – 15] anos

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

#### 2.11 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 8 anos.

A vida útil estimada para o software Calypso é de 8 anos.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na norma IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

#### 2.12 Impostos sobre o rendimento

Os gastos ou rendimento reconhecidos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do gasto ou rendimento reconhecido com imposto corrente e do gasto ou rendimento reconhecido com imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base na taxa de imposto em vigor.

A Sociedade regista como passivo ou activo por impostos diferidos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões, reavaliações de títulos e

derivados apenas tributáveis no momento da sua realização, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a sua utilização.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício,.

#### 2.13 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

#### 2.14 Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a Sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como “Activos Financeiros disponíveis para venda” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

### 2.15 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade é virtualmente certo, na medida em que já se encontram devida e formalmente reconhecidos pelos órgãos competentes das subsidiárias, conforme parágrafo 30 da IAS 18, corroborado pelo disposto no parágrafo 33 da IAS 37, sobre activos virtualmente certos, e pelo facto de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes. Adicionalmente, este tratamento não tem a oposição do Banco de Portugal nos termos das disposições da Circular n.º 18/2004/DSB.

### 2.16 Rendimentos e encargos por serviços e comissões

A Sociedade cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

## 3. RELATO POR SEGMENTOS

No relato por segmentos da Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2012, o reporting primário é feito por áreas de negócio, as quais incluem Negociação e Vendas, Corretagem, Banca de Retalho, Banca Comercial, Pagamentos e Liquidações, Custódia, Gestão de Activos e outras actividades (rubrica residual).

A divisão efectuada pelos diversos processos de negócio foi efectuada tendo em conta a natureza dos processos, similaridade dos mesmos, a organização e processos de gestão em vigor na Sociedade.

Os reportes utilizados pela gestão têm essencialmente como base informação contabilística, não existindo diferenças entre as mensurações dos proveitos, das perdas, do activo e do passivo dos segmentos rentáveis.

## Segmentos de negócios em 31 de Dezembro de 2012:

	Banca Comercial	Banca Retalho	Corporate Finance	Corretagem	Custódia	Gestão Activos	Outros	Trading Sales	TOTAL
Juros e rendimentos similares	14.936	325	7.219			48	235	23.366	46.129
Juros e encargos similares	9.681	177	6.602			3.943	1.095	12.450	33.948
<b>Margem Financeira</b>	<b>5.255</b>	<b>148</b>	<b>617</b>			<b>(3.895)</b>	<b>(860)</b>	<b>10.916</b>	<b>12.181</b>
Rendimentos de instrumentos de capital						221		487	708
Rendimentos de serviços e comissões	984	126	1.162	546	399	2.309	839	1.181	7.546
Encargos com serviços e comissões			(6)	(124)			(29)	(588)	(747)
Result. de activos e passivos aval. ao justo valor através de result.	(508)	(22)	(75)			(3.406)	(2.644)	(353)	(7.008)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(265)	(8)				(1.775)	(1.160)	1.129	(2.079)
Resultados de reavaliação cambial							(866)	(988)	(1.854)
Resultados de alienação de outros activos				(40)				(370)	(410)
Outros resultados de exploração		1	(16)	150	4	4	(135)	(1)	7
<b>Produto bancário</b>	<b>5.466</b>	<b>245</b>	<b>1.682</b>	<b>532</b>	<b>403</b>	<b>(6.542)</b>	<b>(4.855)</b>	<b>11.413</b>	<b>8.344</b>
Custos com pessoal	(524)	(476)	(822)	(390)	(40)	(1.067)	(946)	(1.166)	(5.431)
Castos gerais administrativos	(563)	(443)	(501)	(697)	(60)	(1.184)	(802)	(1.543)	(5.793)
Amortizações do exercício	(73)	(63)	(88)	(60)	(10)	(133)	(578)	(302)	(1.307)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(58)	12	521			(8)	(20)	392	839
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	7.829	9	(6.459)				(3.484)	(2.967)	(5.072)
Imparidade de outros activos financ. líquida de reversões e recup.	(60)	(3)				(1.640)	(403)	(10.674)	(12.780)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(743)		(4)			2	(3.310)		(4.055)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>11.274</b>	<b>(719)</b>	<b>(5.671)</b>	<b>(615)</b>	<b>293</b>	<b>(10.572)</b>	<b>(14.398)</b>	<b>(4.847)</b>	<b>(25.255)</b>
Correntes	(179)	(11)	(90)	(10)	(5)	(167)	(228)	(56)	(746)
Diferidos	1.014	65	510	55	26	950	1.294	322	4.236
<b>Resultado após impostos</b>	<b>12.109</b>	<b>(665)</b>	<b>(5.251)</b>	<b>(570)</b>	<b>314</b>	<b>(9.789)</b>	<b>(13.332)</b>	<b>(4.581)</b>	<b>(21.765)</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas									
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>12.109</b>	<b>(665)</b>	<b>(5.251)</b>	<b>(570)</b>	<b>314</b>	<b>(9.789)</b>	<b>(13.332)</b>	<b>(4.581)</b>	<b>(21.765)</b>

## Segmentos de negócios em 31 de Dezembro de 2011:

	Banca Comercial	Banca Retalho	Corporate Finance	Corretagem	Custódia	Gestão Activos	Outros	Trading Sales	TOTAL
Juros e rendimentos similares	14.648	1.453	7.031			2	(39)	27.323	50.418
Juros e encargos similares	11.254	1.004	6.340			4.189	925	17.298	41.010
<b>Margem Financeira</b>	<b>3.394</b>	<b>449</b>	<b>691</b>			<b>(4.187)</b>	<b>(964)</b>	<b>10.025</b>	<b>9.408</b>
Rendimentos de instrumentos de capital						92	800		892
Rendimentos de serviços e comissões	1.023	358	2.404	791	137	2.427	977	381	8.498
Encargos com serviços e comissões			(3)	(216)		(3)	(33)	(328)	(583)
Result. de activos e passivos aval. ao justo valor através de result.	(557)	277	(12)	(22)		(3.872)	(2.177)	8.331	1.968
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(196)	(6)				(1.305)	(874)	487	(1.894)
Resultados de reavaliação cambial	6	4	2				527	4.321	4.860
Resultados de alienação de outros activos				(2)					(2)
Outros resultados de exploração		1	(23)	(7)	14		(519)		(534)
<b>Produto bancário</b>	<b>3.670</b>	<b>1.083</b>	<b>3.059</b>	<b>544</b>	<b>151</b>	<b>(6.848)</b>	<b>(2.263)</b>	<b>23.217</b>	<b>22.613</b>
Custos com pessoal	(785)	(771)	(1.008)	(825)	(42)	(1.338)	(1.461)	(1.168)	(7.398)
Castos gerais administrativos	(635)	(534)	(646)	(882)	(67)	(1.321)	(754)	(1.745)	(6.584)
Amortizações do exercício	(100)	(92)	(119)	(89)	(14)	(173)	(417)	(306)	(1.310)
Provisões líquidas de reposições e anulações	235	211	(643)	(9)			89	(394)	(511)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(1.598)	(37)	(56)	1					(1.690)
Imparidade de outros activos financ. líquida de reversões e recup.								26	26
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(50)	6	(22)	(2)					(68)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>737</b>	<b>(134)</b>	<b>565</b>	<b>(1.262)</b>	<b>28</b>	<b>(9.680)</b>	<b>(4.806)</b>	<b>19.630</b>	<b>5.078</b>
Correntes	(64)	(12)	(49)	(110)	(3)	(840)	(417)	(1.703)	(3.198)
Diferidos	24	4	18	41	1	311	154	630	1.183
<b>Resultado após impostos</b>	<b>697</b>	<b>(142)</b>	<b>534</b>	<b>(1.331)</b>	<b>26</b>	<b>(10.209)</b>	<b>(5.069)</b>	<b>18.557</b>	<b>3.063</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas									
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>697</b>	<b>(142)</b>	<b>534</b>	<b>(1.331)</b>	<b>26</b>	<b>(10.209)</b>	<b>(5.069)</b>	<b>18.557</b>	<b>3.063</b>

## Segmentos geográficos

A Sociedade desenvolve toda a sua actividade em Portugal.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa	1	2
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	3.256	997
	-----	-----
	3.257	999
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos à ordem		
No País	2.035	4.219
No Estrangeiro	25.270	30.529
	-----	-----
	27.305	34.748
	=====	=====

6. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Carteira de títulos	17.352	18.600
Instrumentos derivados com justo valor positivo	97.446	72.513
	-----	-----
	114.798	91.775
Provisões (nota 24)	(8)	(56)
	-----	-----
	114.790	91.057
	=====	=====

Esta rubrica é composta de títulos e instrumentos financeiros derivados, que se encontram na sua totalidade classificados como detidos para negociação. O justo valor negativo dos derivados que se encontram registados na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação (nota 20).

Descrição	Moeda	Notional	2012		2011	
			Justo Valor		Justo Valor	
			positivo	negativo	positivo	negativo
Currency Forwards	EUR	20.018	481	334	1.661	2.344
Cross Currency Interest Rate Swaps	EUR	9.748	716	717	857	850
Derivados de crédito	EUR	165.800	74.091	74.090	50.795	46.717
Equity swaps	EUR					
Interest Rate Swaps	EUR	233.996	21.356	18.780	15.104	12.569
Opções	EUR	29.741	757	757	4.008	4.008
Currency Swaps	EUR	2.260	45	7	88	54
<b>TOTAL</b>			<b>97.446</b>	<b>94.685</b>	<b>72.513</b>	<b>66.542</b>

Detalhe da carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2012:

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>15.369</b>
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
PORTUGUESE OT'S 4.35 10/16/17	EUR	200.000	0,97	195
PGB 4 3/8 06/16/14 JUN	EUR	150.000	1,01	155
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
FED REPUBLIC OF BRASIL 03/30	USD	110.000	2,04	173
BANCO NAC DESENV BNDES 0 06/16/08	USD	100.000	1,19	90
FED REPUBLIC OF BRAZIL 08/40	USD	62.000	1,26	61
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	48.000	1,15	43
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	112.000	1,16	62
FED REPUBLIC OF BRAZIL	BRL	250.000	1,23	120
REPUBLIC OF BRAZIL 01/10/2028	BRL	440.000	1,31	221
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	USD	100.000	1,22	93
BANCO NAC DESENV ECON 09/17	EUR	17.000	1,07	18
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
PETROBRAS INT FINANCE 07/02/13	USD	50.000	1,04	44
PETROBRAS INTL FINANCE 12/18	USD	181.000	1,27	175
EURO INVEST LIMITED 5 12/29/49	EUR	110.000	0,50	55
CSN ISLANDS VIII CORP	USD	150.000	1,06	121
PETROBRAS INTL FINANCE	USD	59.000	1,10	50
CSN ISLANDS IX CORP	USD	304.000	1,13	272
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA	USD	250.000	1,14	218
GOL FINANCE	USD	100.000	0,61	48
PORTUGAL TELECOM INT FIN 03/17	EUR	20.000	1,01	21
EDP FINANCE BV	EUR	43.000	1,03	45
COSIPA COMMERCIAL LTD	USD	125.000	1,13	107
LPC INTERNATIONAL INC 12/20/2015	USD	105.000	1,13	90
ENERCIPE Y SAELPA 07/19/13	USD	50.000	1,03	41
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	USD	5.000	1,03	4
BANCO VOTORANTIM SA	USD	490.000	0,98	368
PETROLEO INTL FIN CO 10/06/16	USD	370.000	1,13	321
BERTIN LTDA 10/05/16	USD	92.000	1,11	79
MARFRIC OVERSEAS LTD 11/16/2016	USD	42.000	0,99	32
BANCO SCHAHIN SA 11/21/16	USD	200.000	0,86	132
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	USD	185.000	1,15	165
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	USD	28.000	1,24	27

(continuação)

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
GP INVESTMENTS LTD 12/23/2049	USD	375.000	1,01	291
COSAN FINANCE LTD 02/01/2017	USD	260.000	1,14	231
BANCO SAFRA SA (CAYMAN) 04/03/2017	BRL	390.000	1,09	161
BANCO VOTORANTIM NASSAU 04/10/2014	BRL	200.000	1,02	70
EMBRAER OVERSEAS LTD 01/17	USD	100.000	1,13	88
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	BRL	236.000	1,14	103
PETROBRAS INTL FIN CO 03/01/2018	USD	37.000	1,14	33
BR MALLS INTL FINANCE 11/29/2049	USD	79.000	1,00	61
USIMINAS COMMERCAIL LTD	USD	150.000	1,11	130
BRASKEM FINANCE SA	USD	30.000	1,14	26
PEMEX PROJ FDC MASTER TR 03/01/2018	USD	56.000	1,17	50
PETROBRAS INTL FINANCE	USD	10.000	1,25	10
EDP FINANCE BV 6 02/18	USD	400.000	1,05	324
AMBEV INTL FINANCE CO 9 1/2 07/17	BRL	10.000	1,12	4
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA 07/19	USD	700.000	1,14	618
CCL FINANCE LTD 9 1/2 08/14	USD	150.000	1,11	130
CSN ISLANDS XI CORP 6 7/8 09/19	USD	370.000	1,12	319
VOTORANTIM OVERSEAS 6 5/8 09/19	USD	230.000	1,17	207
BANCO BRADESCO SA 6 3/4 09/19	USD	130.000	1,14	114
EMBRAER OVERSEAS LTD 6 3/8 01/20	USD	66.000	1,15	58
GERDAU HOLDINGS INC	USD	100.000	1,17	91
PETROBRAS INTL FINANCE CO 01/40	USD	10.000	1,28	10
BANCO DAYCOVAL SA 03/15	USD	100.000	1,04	80
VALE SA	EUR	62.000	1,11	71
VALE OVERSEAS LIMITED 11/39	USD	40.000	1,26	39
BANCO BMC SA	USD	65.000	0,82	41
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 01/20	USD	100.000	1,16	90
BANCO INDUSTR E COMRCL 01/13	USD	105.000	1,00	82
REARDEN G HOLDINGS EINS 7 7/8 20-18	USD	25.000	1,11	21
ITAU UNIBANCO HOLDING SA 04/15/20	USD	40.000	1,10	34
BANCO PANAMERICANO 8 1/2 04/20	USD	320.000	1,16	285
VOTO VOTORANTIM LDA 04/17	EUR	30.000	1,09	34
BRASKEM SA	USD	51.000	1,13	44
BM&FBOVESPA SA 5 1/2 07/20	USD	300.000	1,13	263
CSN RESOURCES SA 6 1/2 07/20	USD	350.000	1,09	295
GOL FINANCE 9 1/4 07/20/20	USD	94.000	0,87	65
BANCO PANAMERICANO 5 1/2 08/15	USD	205.000	1,04	165
BANCO BMC SA	USD	100.000	0,76	60
PETROLEOS MEXICANOS	EUR	7.000	1,14	8
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 5.9 01/21	USD	15.000	1,09	13
BFF INTERNATIONAL LTD 7 1/4 01/20	USD	400.000	1,19	371
VALE OVERSEAS LIMITED 4 5/8 09/20	USD	185.000	1,08	153
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 1/2 49-15	USD	5.000	1,09	4
ITAU UNIBANCO HLDC SA/KY 01/21	USD	32.000	1,07	26
BRASKEM FIN LTD BRASKM7 3/8 12/49	USD	125.000	1,04	100

(continuação)

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
BR PROPERTIES SA BRPRSA9 12/49-15	USD	415.000	1,10	351
PETROLEOS MEXICA PEMEX 6 5/8 49-15	USD	319.000	1,07	259
PETROLEOS MEXICA PEMEX 6 03/05/20	USD	80.000	1,20	74
PETROLEOS MEXICA PEMEX 5 1/2 01/21	USD	150.000	1,17	136
PETROLEOS MEXICA PEMEX 8 05/03/19	USD	100.000	1,31	100
ODEBRECHT VIII/I ODEBRE6.35 21-20	USD	255.000	1,13	211
ANHEUSER-BUSCH ABIBB 9 3/4 11/15	BRL	645.000	1,07	258
MORGAN ST & CO MS11 1/2 10/22/20	BRL	185.000	1,16	81
BANCO SAFRA CI BANSAF6 3/4 01/21	USD	235.000	1,12	205
FIBRIA OVERSEAS FINANCE 6 3/4 21-19	USD	104.000	1,11	89
BR MALLS INTL FI BRMLBZ8 1/2 49-16	USD	35.000	1,10	29
PETROBRAS INTL PETBRA 3 7/8 01/16	USD	59.000	1,05	48
ODEBRECHT FINANCE LTD 6 04/05/23	USD	251.000	1,16	223
BANCO SANTANDER SANBBZ4 1/4 01/16	USD	50.000	1,03	40
VOTORANTIM CIMENTOS SA 7 1/4 04/41	USD	62.000	1,12	53
HYPERMARCAS SA 6 1/2 21/19	USD	200.000	1,08	166
CIMENTO TUPI SA 9 3/4 05/18	USD	49.000	1,04	39
BANCO VOTORANTIM 6 1/4 05/16	BRL	105.000	1,16	47
BANCO SAFRA SA 3 1/2 05/14	USD	200.000	1,02	155
TAM CAPITAL 8 3/8 06/03/21	USD	20.000	1,11	17
OGX PETROLEO E C 8 1/2 06/18	USD	280.000	0,90	192
PORTUGAL TEL FIN 5 5/8 02/16	EUR	250.000	1,06	278
ARCOS DORADOS HL 10 1/4 07/16	BRL	554.000	1,06	226
BANCO SAFRA SA 10 1/4 16	BRL	430.000	1,07	177
ITAU UNIBANCO/ KY 6.2 12/21/21	USD	35.000	1,09	29
BANCO PACTUAL/KY 4 7/8 07/16	USD	637.000	1,05	517
BRASIL TELECOM 9 3/4 09/16	BRL	475.000	1,05	186
PETROLEOS MEXICA PEMEX 4 7/8 01/22	USD	175.000	1,13	152
VALE SA 5 5/8 09/42	USD	275.000	1,09	231
PETROBAS 3 1/4 04/19	EUR	50.000	1,03	52
PORTUGAL TEL FIN 5 7/8 04/18	EUR	100.000	1,04	105
PETROLEOS MEXICA 6 1/2 06/41	USD	24.000	1,25	23
VALE OVERSEAS 4 3/8 01/22	USD	370.000	1,07	305
BANCO EST RIO GR 7 3/8 02/22	USD	250.000	1,10	214
BANCO SANTANDER 4 5/8 02/17	USD	65.000	1,06	53
PETROBRAS INTL FIN CO 2 7/8 02/15	USD	10.000	1,03	8
OGX AUSTRIA GMBH 8 3/8 22/20	USD	308.000	0,84	202
EMPRESA BRAS DE AERONAU 5.15 06/22	USD	27.000	1,09	22
ODEBRECHT FINANC 7 1/8 06/42	USD	70.000	1,16	62
BRF-BRASIL FOODS 7/8 06/22	USD	65.000	1,10	55
ITAU UNIBANCO HLDGS 5 1/2 08/06/22	USD	100.000	1,05	81
CAIXA ECONOMICA FEDERAL 2 3/8 11/17	USD	50.000	0,99	38
SAMARCO MINERACAO SA 4 1/8 11/22	USD	278.000	1,01	215
CIELO SA/ CIELO USA INC 3 3/4 11/22	USD	220.000	0,99	165
BANCO EST RIO GR 7 3/8 02/22	USD	100.000	1,10	85

(continuação)

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
<b>2 - Instrumentos de capital</b>				<b>125</b>
Emitidos por residentes				
ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, SA	EUR	50	2,29	0
GALP ENERGIA SCPS-NOM	EUR	20	11,76	0
BANIF SA	EUR	821.951	0,15	120
BANIF SA	EUR	30.000	0,15	4
Emitidos por não residentes				
PARMALAT FINANZIARIA SPA	EUR	30.000	0,00	0
DIREXION DLY SM CAP BEAR 3X	USD	1	13,50	0
PACIFIC ETHANOL INC	USD	1	0,31	0
AMERICAN INTERNATIONAL - CW21	USD	1	13,80	0
<b>3 - Outros</b>				<b>1.850</b>
Emitidos por residentes				
PARPUBLICA 3 1/2 07/13	EUR	250.000	0,99	252
PARPUBLICA PARPUB5 1/4 09/17	EUR	500.000	1,03	523
PARPUBLICA 4.191 14	EUR	217.000	0,98	214
EDP FINANCE BV	EUR	97.000	1,01	100
BRISA-AUTO ESTRADA PORT 12/05/2016	EUR	100.000	1,01	101
BCP FINANCE BANK LTD 05/09/2014	EUR	5.000	0,94	5
BRISA CONCESSAO BRCORO 4.797 13	EUR	71.000	1,02	73
REN REDES ENERGE 7 7/8 12/13	EUR	500.000	1,04	523
REN 6.25 2016	EUR	5.000	1,07	5
BANCO COM PORTUG 9 1/4 10/14	EUR	50.000	1,08	55
<b>Total</b>				<b>17.344</b>

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

Natureza e espécie	Maturidade	Valor de balanço
PETROBRAS INT FINANCE 07/02/13	02-07-2013	44
CSN ISLANDS VIII CORP	16-12-2013	121
ENERGIPE Y SAELPA 07/19/13	19-07-2013	41
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	11-08-2013	4
BANCO INDUSTR E COMRCL 01/13	20-01-2013	82
PARPUBLICA 3 1/2 07/13	08-07-2013	252
BRISA CONCESSAO BRCORO 4.797 13	26-09-2013	73
REN REDES ENERGE 7 7/8 12/13	10-12-2013	523
TOTAL		<u>1.140</u>

De acordo com a nota 3.2.1 existiram três títulos cujo reconhecimento inicial não estava correcto pelo que foram reclassificados da rúbrica de activos financeiros detidos para negociação para a rúbrica de crédito a clientes. Nessa nota estão evidenciados os títulos e as reclassificações.

7. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>83</b>
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5,45	EUR	0,4	1,00	0
PCB 4 3/8 06/16/14 JUN	EUR	80.000	1,01	83
<b>2 - Instrumentos de capital</b>				<b>72.578</b>
Emitidos por residentes				
GALERIAS NAZONI	EUR	750	0,00	0
FINPRO SCR, SA	EUR	407.461	6,17	2.513
BANIF IMOPREDIAL	EUR	2.934.133	7,05	20.697
FUNDO CAPITAL RISCO CAPVEN	EUR	431	971,73	419
BANIF IMOGEST	EUR	200.735	34,93	7.011
TURIRENT-FUNDO INV IMOB FECHADO	EUR	11.803	697,35	8.231
NEW ENERGY FUND	EUR	177	23.570,14	4.172
PORTO NOVO F.I.I.F.	EUR	20.788	87,46	1.818
FLORESTA ATLÂNTICA - SCFII (CL B)	EUR	40.000	58,98	2.359
BANIF FORTUNY - FII FECHADO	EUR	500	8.958,86	4.479
INFRA INVEST - FEI ABERTO	EUR	129.667	35,50	4.603
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	EUR	1.035	3.348,67	3.466
BANIF GLOBAL PRIVATE EQUITY F - FCR	EUR	1.000.000	0,67	667
Emitidos por não residentes				
SHOTGUN PICTURES	EUR	10.000	0,00	0
BANIF US REAL ESTATE FUND CLASS	USD	126.845	98,42	9.462
GED SUR FCR-CL A	EUR	100	53,62	5
GED SUR FCR-CL B	EUR	49.900	53,62	2.676
<b>Total</b>				<b>72.660</b>

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

<b>Natureza e espécie</b>	<b>Maturidade</b>	<b>Valor de balanço</b>
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5,45	23-09-2013	<u>0</u>
TOTAL		<u>0</u>

8. ACTIVOS FINANCIEROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>196.875</b>
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
PGB 3,35 10/15/15	EUR	330.000	0,98	326
PGB 3,35 10/15/15	EUR	19.670.000	0,98	19.455
PORTUGUESE OT'S 4.35 10/16/17	EUR	5.000.000	0,97	4.875
OBRIGACOES DO TESOURO 4.8 06/15/20	EUR	25.655.000	0,90	23.671
OBRIGACOES DO TESOURO 6.4 02/15/16	EUR	9.370.000	1,04	10.295
PORTUGAL T-BILL 0 07/19/13	EUR	30.000.000	0,99	29.763
PORTUGAL T-BILL 0 10/18/13	EUR	12.523.000	0,99	12.350
PORTUGAL T-BILL 0 05/17/13	EUR	10.000.000	0,99	9.950
PORTUGAL T-BILL 0 06/21/13	EUR	15.000.000	0,99	14.898
PORTUGAL T-BILL 0 05/23/14	EUR	20.000.000	0,96	19.235
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
BUONI POLIENNALI DEL TES 02/01/2012	EUR	1.250.000	1,04	1.325
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	USD	1.000.000	1,22	926
IRISH GOVT-TREASURY 5.9 10/19	EUR	6.000.000	1,09	6.640
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO 07/30/18	EUR	1.125.000	0,99	1.129
SPANISH GOV'T 5 1/2 04/21	EUR	1.875.000	1,02	1.989
BTPS 5 03/01/22	EUR	750.000	1,05	802
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
GE CAP EUR FUND 5 1/4 01/31/13	EUR	3.250.000	1,00	3.422
BANK OF AMERICA CORP 7 06/15/16	EUR	1.000.000	1,18	1.221
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	EUR	2.500.000	1,09	2.834
BANK OF IRELAND 4 5/8 09/14	EUR	1.000.000	1,04	1.049
ABERTIS INFRAESTRUCTURAS 10/16	EUR	500.000	1,06	535
CAS NATURAL CAPITAL 4 3/8 11/16	EUR	500.000	1,07	541
GOLDMAN SACHS GROUP INC FLOAT 10/19	EUR	1.000.000	1,16	1.165
TELEFONICA EMISIONES SAU	EUR	2.000.000	1,09	2.187
NOMURA EUROPE FINANCE NV 12/14	EUR	500.000	1,06	533
VIVENDI 4 7/8 12/19	EUR	500.000	1,16	582
EDP FINANCE BV 3 1/4 03/15	EUR	3.000.000	1,00	3.081
GOLDMAN SACHS GROUP INC 03/17	EUR	2.000.000	1,09	2.256
GLENCORE FINANCE EUROPE	EUR	750.000	1,12	874
BES INVESTIMENTO BRASIL 5 5/8 03/15	USD	800.000	1,03	634
INTESA SANPAOLO SPA	EUR	2.000.000	1,03	2.074
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 01/15	EUR	1.000.000	1,06	1.093
CAS NATURAL CAPITAL 4 1/8 01/18	EUR	1.000.000	1,06	1.095

(continuação)

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
BARCLAYS BANK PLC 01/17	EUR	4.500.000	1,11	5.170
TELECOM ITALIA SPA 5 1/4 02/22	EUR	1.000.000	1,07	1.115
CITIGROUP INC 7 3/8 09/04/19	EUR	500.000	1,31	665
ATLANTES MORTGAGE PLC	EUR	8.000.000	0,82	1.638
AZOR MORTGAGES PLC	EUR	9.300.000	0,84	1.089
ENI SPA 4 06/29/20	EUR	1.000.000	1,12	1.141
SCHNEIDER ELECTRIC SA 3 5/8 07/20	EUR	500.000	1,12	568
MORGAN STANLEY 5 3/8 08/10/20	EUR	500.000	1,14	579
AREVA SA 3 1/2 03/21	EUR	1.000.000	1,02	1.045
TELEFONICA EMISIONES SAU 3.661 17	EUR	500.000	1,04	526
KONINKLIJKE KPN NV 3 3/4 09/21/20	EUR	500.000	1,05	530
<b>2 - Instrumentos de capital</b>				<b>51.986</b>
Emitidos por residentes				
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII, SA	EUR	10.125	8,54	86
FINPRO SCR, SA	EUR	333.703	6,17	2.058
BANIF IMOBILIÁRIA S.A.	EUR	6.400.000	5,00	23.570
ASCENDI OPERADORA BLA	EUR	63	1,00	0
ASCENDI OPERADORA NT	EUR	97	1,00	0
ASCENDI BEIRAS LITORAL E ALTA	EUR	32.460	41,72	1.354
ASCENDI NORTE	EUR	54.199	4,00	217
Ascendi Norte	EUR	541.996	1,00	542
Ascendi Beira Litoral	EUR	128.461	1,00	128
BANIF IMOGEST	EUR	9.447	34,93	330
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	EUR	82	34.005,10	2.788
ART INVEST (CP)	EUR	312.900	4,18	1.308
BANIF FORTUNY - FII FECHADO	EUR	500	8.958,86	4.479
BANIF INVESTIMENTO CONSERVADOR	EUR	100.000	5,29	529
BANIF INVESTIMENTO MODERADO	EUR	100.000	5,12	512
Emitidos por não residentes				
GED SUR CAPITAL S.A., SGEGR	EUR	30.000	0,81	24
PREFF-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	EUR	29.750	78,70	2.341
PREFF-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	EUR	12.750	78,70	1.003
AVIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	EUR	4.403.427	0,72	3.170
AVIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	EUR	3.889.266	0,72	2.800
JP MORGAN EUROPEAN PROPERTY FUND	EUR	19	4.735,44	90
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND CLASS1	EUR	300.000	4,78	1.434
FINE ART FUND (CP)	USD	12.645	78,28	750
DB GLOBAL MASTERS FUND - 04/05	EUR	2.408	25,98	63
DB GLOBAL MASTERS FUND - 07/07	EUR	2.824	19,22	54
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	EUR	3.000	191,30	574

(continuação)

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
BELMONT ASSET BASED LENDING - B+	USD	7.837	0,00	0
GREFF GLOBAL REAL ESTATE FUND A	EUR	2.541	80,95	206
JPM GREATER CHINA	USD	207.141.363	0,01	1.507
BELMONT RX SPC FI SEP08	USD	2	18,21	0
BELMONT RX SPC FI DEC08	USD	1.730	49,43	65
OPUS CREDIT SP1 NOV08	EUR	1	218,65	0
OPUS CREDIT SP2 DEC08	EUR	3	28,18	0
DB GLOBAL MASTERS FUND-V 13-07	EUR	4	18,23	0
OPUS CREDIT SP LIMITED	EUR	2	48,43	0
<b>3 - Outros</b>				<b>17.462</b>
Emitidos por residentes				
PARPUBLICA 3 1/2 07/13	EUR	10.000.000	0,99	10.069
CP COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17 10/19	EUR	5.000.000	0,78	3.943
CAIXA GERAL DEPO 5 1/8 02/14	EUR	3.250.000	1,02	3.451
<b>Total</b>				<b>266.324</b>

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

Natureza e espécie	Maturidade	Valor de Balanço
PORTUGAL T-BILL 0 07/19/13	19-07-2013	29.763
PORTUGAL T-BILL 0 10/18/13	18-10-2013	12.350
PORTUGAL T-BILL 0 05/17/13	17-05-2013	9.950
PORTUGAL T-BILL 0 06/21/13	21-06-2013	14.898
GE CAP EUR FUND 5 1/4 01/31/13	31-01-2013	3.422
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	10-10-2013	2.834
PARPUBLICA 3 1/2 07/13	08-07-2013	10.069
TOTAL		<u>83.287</u>

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos a prazo		
No Estrangeiro	11.718	11.073
Operações de compra com acordo de revenda	817	48.384
	-----	-----
	12.535	59.457
	=====	=====

10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição, de acordo com o desenvolvimento da Situação Analítica em NCA:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Crédito interno		
Empresas		
Crédito sindicato	121.344	37.492
Outros empréstimos	24.712	51.247
Créditos em Conta Corrente	146.945	204.853
Descobertos em depósitos à ordem	5.890	32.104
Operações de compra com acordo de venda	67.945	-
Outros créditos	100	94
Particulares		
Crédito sindicato	17.968	-
Outros empréstimos	1.151	1.652
Créditos em Conta Corrente	6.731	7.403
Descobertos em depósitos à ordem	27	14
Outros créditos	642	748
Crédito ao exterior		
Empresas		
Crédito sindicato	26.774	-
Outros empréstimos	12.315	17.710
Créditos em Conta Corrente	-	28.510
Descobertos em depósitos à ordem	1.587	-
Outros créditos	195	315
	-----	-----
	434.325	382.142
Crédito e juros vencidos	8.727	53.658

	-----	-----
	443.052	435.800
	-----	-----
Carteira de títulos	18.098	22.257
	-----	-----
	461.150	457.395
	-----	-----
Provisões (nota 24)	(14.289)	(13.279)
	-----	-----
	446.861	444.778
	=====	=====

O prazo residual para o vencimento do crédito de clientes está apresentado na nota 37.6.

Em 31 de Dezembro de 2012, a carteira de títulos apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>4.883</b>
Emitidos por residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BANIF SA	EUR	10.000	0,57	7
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
HARBOURMASTER CLO	EUR	5.000.000	0,55	4.876
<b>3 - Outros</b>				<b>13.214</b>
Emitidos por residentes				
CIA SEC ACORES SA 17/12/2017	EUR	685.000	0,75	524
PEBBLE-CONSULTORIA	EUR	4.250.000	1,00	3.537
PEBBLE-CONSULTORIA	EUR	11.000.000	1,00	9.154
<b>Total</b>				<b>18.098</b>

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica com reflexos na liquidez e disponibilidade de preços correntes no mercado, o Grupo reclassificou com data de 30 de Setembro de 2008, tendo em conta as alterações da IAS 39, na rubrica "Outros Créditos e Valores a receber"

instrumentos financeiros retirando-os da categoria de “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”. Os títulos reclassificados nesta rubrica são os seguintes:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Valor de mercado
HARBOURMASTER CLO	5.000.000	4.876	2.752
<b>Total</b>		<b>4.876</b>	<b>2.752</b>

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto negativo de 843 mil de euros na situação líquida de 2012.

De acordo com a nota 2.3.1 existiram três títulos cujo reconhecimento inicial não estava correcto pelo que foram reclassificados da rubrica de activos financeiros detidos para negociação para a rubrica de crédito a clientes. Nessa nota estão evidenciados os títulos e as reclassificações.

11. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>20.706</b>
Emitidos por não residentes				
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
MORGAN STANLEY & CO INTL	EUR	3.000.000	1,00	2.994
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	USD	7.500.000	1,00	5.682
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	EUR	2.500.000	1,00	2.495
GOLDMAN SACHS GROUP INC	EUR	1.500.000	0,96	1.460
EDP FINANCE BV 5 1/2 02/14	EUR	1.500.000	1,03	1.611
PORTUGAL TEL INT FIN	EUR	3.900.000	1,01	3.923
CRITERIA CAIXACORP SA	EUR	2.500.000	1,01	2.540
<b>3 - Outros</b>				<b>5.032</b>
Emitidos por residentes				
BANCO ESPIRITO SANTO 5 5/8 06/14	EUR	2.400.000	1,01	2.526
BRISA CONCESSAO BRCORO 4.797 13	EUR	2.500.000	1,02	2.506
<b>Total</b>				<b>25.738</b>

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

Natureza e espécie	Maturidade	Valor de balanço
MORGAN STANLEY & CO INTL	01-03-2013	2.994
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	12-04-2013	5.682
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	26-04-2013	2.495
BRISA CONCESSAO BRCORO 4.797 13	26-09-2013	2.506
TOTAL		<u>13.677</u>

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica durante o exercício de 2008, o Grupo mudou a intenção sobre a detenção de alguns títulos detidos na categoria de disponíveis para venda, tendo agora a intenção e capacidade de os deter até ao seu vencimento. Nesse sentido, os títulos na tabela anexa foram reclassificados para a categoria de detidos até à maturidade:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Valor de mercado
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.994	3.002
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.682	5.696
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.495	2.506
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.460	1.444
<b>Total</b>		<b>12.631</b>	<b>12.648</b>

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto positivo de 510 milhares de euros na situação líquida de 2012.

## 12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imóveis em dação	8.407	3.273
Imparidade	(596)	-
	-----	-----
	7.811	3.273
	=====	=====

No período em referência, foram efectuadas aquisições no montante de 5.134 milhares de euros correspondem ao montante recuperado por meio de execução ou arrematação de garantias colaterais associadas a crédito concedido, correspondendo a imóveis, os quais estão disponíveis para uma transacção de venda. O movimento ocorrido no período foi:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2011</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Imparidade</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2012</u>
Imóveis em Dação	3.273	5.134	(596)	7.811

13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

CATEGORIA	SALDO INÍCIO DO ANO		MOVIMENTO NO EXERCÍCIO					SALDO NO FINAL DO ANO		
	SALDO BRUTO	AMORTIZ.	AQUISIÇÕES	ABATES		IMPARIDADE	AMORTIZ. + IMPARIDADE DO EXERCÍCIO	SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO
				SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE					
<b>ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>										
<b>IMÓVEIS</b>	<b>13.052</b>	<b>1.253</b>	<b>52</b>			<b>2.715</b>	<b>287</b>	<b>13.104</b>	<b>4.254</b>	<b>8.850</b>
Terrenos	2.355							2.355		2.355
Edifícios	8.111	500	3			2.714	162	8.114	3.376	4.738
Obras em imóveis arrendados	2.586	753	49			1	125	2.635	878	1.757
<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>3.275</b>	<b>2.441</b>	<b>84</b>	<b>-184</b>	<b>-180</b>		<b>301</b>	<b>3.175</b>	<b>2.562</b>	<b>613</b>
Mobiliário e material de escritório	532	183					65	532	248	284
Máquinas e ferramentas	82	64					6	82	70	12
Equipamento informático	1.454	1.347	10				83	1.464	1.430	34
Instalações interiores	554	432	74				29	628	461	167
Material de transporte	581	389		-184	-180		109	397	318	79
Equipamento de segurança	22	14					3	22	17	5
Outro equipamento	50	12					6	50	18	32
<b>TOTAL</b>	<b>16.327</b>	<b>3.694</b>	<b>136</b>	<b>-184</b>	<b>-180</b>	<b>2.715</b>	<b>588</b>	<b>16.279</b>	<b>6.816</b>	<b>9.463</b>

No exercício de 2012 ocorreram reavaliações de imóveis que provocaram uma imparidade de 2.714 milhares de euros (nota 24).

Não existem Activos fixos tangíveis em regime de locação financeira ou em regime de locação operacional.

14. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

CATEGORIA	EXERCÍCIO ANTERIOR		MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO FINAL DO EXERCÍCIO		
	SALDO BRUTO	AMORTIZ.	AQUISIÇÕES	AMORTIZ. + IMPARIDADE DO EXERCÍCIO	SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO
<b>ACTIVOS INTANGÍVEIS</b>	<b>7.703</b>	<b>4.175</b>	<b>354</b>	<b>719</b>	<b>8.057</b>	<b>4.894</b>	<b>3.163</b>
Software	7.595	4.175	339	719	7.934	4.894	3.040
Em curso	108		15		123		123
<b>TOTAL</b>	<b>7.703</b>	<b>4.175</b>	<b>354</b>	<b>719</b>	<b>8.057</b>	<b>4.894</b>	<b>3.163</b>

15. INVESTIMENTOS EM FILIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Nome	% participação	31-12-2012			31-12-2011					
		Valor de balanço Bruto	imparidade	Valor de balanço Líquido	Valor do capital próprio	% participação	Valor de balanço Bruto	imparidade	Valor de balanço Líquido	Valor do capital próprio
<b>Participações</b>										
Banif Açor Pensões	56%	1.525		1.525	4.742	54%	1.418		1.418	4.120
Banif Cestão de Activos	100%	2.137		2.137	8.286	100%	2.137		2.137	8.631
Banif Capital	100%	784		784	897	100%	784		784	873
Gamma	100%	250		250	5.979	100%	250		250	5.460
MCO2	25%	738	452	286	5.014	25%	113		113	5.005
Ecoprogresso Trading	50%	150		150	87	50%	150		150	204
Worldvillas	5%	0		0	-5					
BIAM	100%	252		252	266	100%	257		257	256
<b>Prestações Acessórias e suprimentos</b>										
Banif Capital		500		500			7.714		7.714	
MCO2, SA		550	338	212			1.175		1.175	
Gamma, SA		4.035		4.035			4.035		4.035	
<b>Total</b>		<b>10.921</b>	<b>790</b>	<b>10.131</b>	<b>25.266</b>		<b>18.033</b>		<b>18.033</b>	<b>24.550</b>

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2012, as alterações verificadas em associadas foram as seguintes:

- A prestação acessória à Banif Capital diminui no montante de 7.214 milhares de euros, este valor foi contabilizado em suprimentos;
- A prestação acessória da MCO2 diminui no montante 625 milhares de euros por conversão em capital;
- Foi adquirida a Sociedade Worlvillas – Sociedade Imobiliária, Lda

16. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos devedores e credores desta rubrica resumem-se como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar		
Pagamento por conta	1.391	2.097
Retenções na fonte	2	1.854
Passivos por impostos correntes		
Estimativa de impostos	(219)	(2.684)
	-----	-----
IRC a recuperar (pagar)	1.174	1.266
	=====	=====

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva do imposto sobre o rendimento em 2012 e 2011 pode ser demonstrada como segue:

Descrição	2012	2011
Resultados Antes de Impostos	<u>(25.255)</u>	<u>5.078</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos incidentes sobre lucros	(6.693)	1.344
Taxa legal de imposto sobre rendimento	25,00%	25,00%
Adicionais sobre taxa legal	1,50%	1,50%
Despesas não dedutíveis	9.981	3.996
Receitas não Tributáveis	(5.381)	(2.984)
Tributação Autónoma	219	157
Derrama Estadual	-	172
Imposto Sobre a Banca	527	513
Total do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	<u>746</u>	<u>3.198</u>
Impostos Diferidos	<u>(4.236)</u>	<u>(1.183)</u>
Carga Fiscal Total	<u>(3.490)</u>	<u>2.015</u>
Taxa Efectiva	<u>13,82%</u>	<u>39,68%</u>

17. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido no período foi:

**INFORMAÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃO DO GRUPO**

Impostos diferidos – las 12  
Movimento nos impostos diferidos  
Saldos devedores / (credores)

DESCRIÇÃO	31-12-2011	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		31-12-2012
	IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	REFORÇOS / (REALIZAÇÕES/ANULAÇÕES)		IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)
		CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	
<b>1. Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente</b>	<b>3.760</b>		<b>2.262</b>	<b>6.022</b>
Riscos gerais de crédito	1.102		(104)	998
Riscos específico de crédito	153		(122)	31
Provisões sobre devedores	33		(12)	21
Provisões sobre crédito com garantia real	2.419		(1.460)	959
Imparidade não aceite fiscalmente	53		2.252	2.305
Provisões Extraordinárias			1.708	1.708
<b>2. Valorizações não aceites para efeitos fiscais</b>	<b>9.416</b>	<b>(9.811)</b>		<b>(395)</b>
Carteira Disponíveis para Venda	9.416	(9.811)		(395)
<b>3. Prejuizos fiscais reportáveis</b>			<b>1.974</b>	<b>1.974</b>
Ano 2012			1.974	1.974
<b>TOTAL</b>	<b>13.176</b>	<b>(9.811)</b>	<b>4.236</b>	<b>7.601</b>

18. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Devedores diversos	25.204	5.093
Rendimentos a receber	1.079	986
Despesas com encargos diferidos	477	676
Operações de bolsa a regularizar	18.441	11.705
Outras operações activas por regularizar	3.478	5.341
	-----	-----
	48.679	23.801
	-----	-----
Perdas de imparidade de outros activos (nota 25)	(81)	(126)
	-----	-----
	48.598	23.675
	=====	=====

A rubrica “Devedores diversos” inclui um valor de 23.464 milhares de euros de suprimentos à Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A..

19. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Recursos de Bancos Centrais	334.820	313.268
	-----	-----
	334.820	313.268
	=====	=====

Os “ Recursos de Bancos Centrais” correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis. O valor de Balanço dos activos dados em penhor em 31 de Dezembro de 2012 ascendia a 338.526 milhares de euros.

20. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Vendas a descoberto	7.186	8.656
Instrumentos derivados com justo valor negativo (nota 6)	94.685	66.542
	-----	-----
	101.871	75.198
	=====	=====

As vendas a descoberto em 31 de Dezembro de 2012 têm o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>-7.086</b>
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	-40.000	1,46	-46
FED REPUBLIC OF BRAZIL 8 1/2 01/24	BRL	-60.000	1,23	-28
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
VALE OVERSEAS LIMITED 01/34	USD	-50.000	1,39	-54
BANCO BMC 9.1501/15/2016	USD	-35.000	0,99	-22
JBS SA 08/04/2016	USD	-300.000	1,11	-262
CESP-COMP ENER SAO PAUL 9 3/4 01/15	USD	-100.000	0,74	-60

(Continuação)

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
MORGAN STANLEY 05/03/2017	BRL	-167.000	1,10	-69
GOL FINANCE 04/03/2017	USD	-223.000	0,94	-163
VALE OVERSEAS LIMITED 5 5/8 09/19	USD	-163.000	1,15	-144
BES INVESTIMENTO BRASIL 5 5/8 03/15	USD	-200.000	1,03	-158
PETROBRAS INTL FINANCE CO	USD	-36.000	1,14	-32
BANCO VOTORANTIM 7 3/8 01/20	USD	-13.000	1,13	-11
VOTORANTIM PARTICIPACOES 6 3/4 4/21	USD	-200.000	1,18	-182
BANCO ABC-BRASIL SA 7 7/8 04/20	USD	-200.000	1,09	-168
BANCO INDUSTR E COMRCL 04/27/20	USD	-53.000	1,01	-41
MARFRIG OVERSEAS LTD 05/20	USD	-42.000	0,86	-28
FIBRIA OVERSEAS FINANCE	USD	-609.000	1,12	-522
BANCO MERCANT DO BRASIL 9 5/8 07/20	USD	-290.000	0,98	-224
JBS FINANCE II LIMITED	USD	-55.000	1,07	-46
TELEMAR N LESTE SA 5 1/2 10/20	USD	-20.000	1,05	-16
CSN ISLANDS XII 7 12/23/49	USD	-130.000	1,03	-102
SUZANO TRADING BAHIA 5 7/8 01/21	USD	-20.000	1,05	-16
BANCO DO BRASIL 5 3/8 01/21	USD	-100.000	1,07	-83
PETROLEOS MEXICA PEMEX 4 7/8 03/15	USD	-48.000	1,08	-40
BANCO DO NORDEST NORBRA3 5/8 11/15	USD	-65.000	1,04	-52
ITAU UNIBANCO/KY ITAU 10 1/2 11/15	BRL	-375.000	1,13	-165
PETROBRAS INTL PETBRA5 3/8 01/21	USD	-336.000	1,13	-294
GLOBO COMUNICACOES PART 6 1/4 49-15	USD	-550.000	1,10	-462
MARFRIG HLDC 8 3/8 05/18	USD	-200.000	0,85	-131
BANCO BRASL 5 7/8 01/22	USD	-155.000	1,11	-133
COELBA 11 3/4 04/16	BRL	-500.000	1,08	-204
BRASKEM AMERICA 7 1/8 07/41	USD	-170.000	1,06	-141
BANQUE SAFRA LUX 10 01/15	BRL	-520.000	1,04	-208
EDP FINANCE BV 5 3/4 09/21/17	EUR	-500.000	1,08	-549
BANCO BTC PACTUAL/CAYMAN5 3/4 09/22	USD	-27.000	1,03	-21
PORTUGAL TEL FIN 5 7/8 04/18	EUR	-50.000	1,04	-53
BRASIL TELECOM 5 3/4 02/22	USD	-300.000	1,05	-244
PETROBRAS INTL FIN CO 3 1/2 02/17	USD	-128.000	1,05	-103
BANCO BRADES CI 5 3/4 03/22	USD	-222.000	1,09	-186
ITAU UNIBANCO 5.65 03/22	USD	-452.000	1,06	-369
MAGNESITA FINANCE 8 5/8 04/49	USD	-184.000	1,07	-152
BANCO BRASL 5 7/8 01/23	USD	-250.000	1,11	-216
OSX 3 LEASING BV 9 1/4 03/15	USD	-570.000	1,04	-452
USJ ACUCAR E ALCOOL SA 9 7/8 11/19	USD	-20.000	1,08	-17
PETROLEOS MEXICANOS 5 1/2 06/44	USD	-500.000	1,10	-418
<b>3 - Outros</b>				<b>-100</b>
Emitidos por residentes				
EDP FINANCE BV	EUR	-97.000	1,01	-100
<b>Total</b>				<b>-7.186</b>

21. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>De instituições de crédito no país</u>		
Depósitos	25.714	28.753
Empréstimos	143.599	142.193
	-----	-----
	169.313	170.946
	-----	-----
<u>De instituições de crédito no estrangeiro</u>		
Depósitos	46.084	78.456
Repo's	53.561	59.718
	-----	-----
	99.645	138.174
	-----	-----
	268.958	309.120
	=====	=====

22. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos		
À vista	68.102	79.655
A prazo	175.622	197.270
	-----	-----
	243.724	276.925
	=====	=====

23. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Divida emitida	150.898	151.232
Divida readquirida	150.733	151.050
	-----	-----
	165	182
	=====	=====

Em Julho de 2011, foram emitidas Eur 55.000.000 de obrigações com garantia da Republica Portuguesa com data de maturidade em 19 de Julho de 2014. Os juros destas obrigações escriturais e ao portador serão pagos trimestralmente a partir da Data de emissão, em 19 de Outubro, 19 de Janeiro, 19 de Abril e 19 de Julho de cada ano (“Datas de Pagamento de Juros”), sujeitando-se à ocorrência do Reembolso Opcional, sendo que o primeiro pagamento irá ser efectuado em 19 de Outubro de 2011 e o último na Data de Maturidade ou na(s) data(s) de reembolso antecipado, caso estas se verifiquem. O juro será calculado tendo por base a Euribor a 3 meses, cotada no segundo “Dia Útil Target” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 4,95% por ano. O Banif - Banco de Investimento tem a opção de reembolsar as Obrigações, total ou parcialmente, em qualquer Data de Pagamento de Juros, a partir de 19 de Outubro de 2012, inclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), mediante pré-aviso de no mínimo de 10 dias aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável), ao par, juntamente com juro acumulado (se existente) até à data fixada para reembolso.

Em Dezembro de 2011, foram emitidas Eur 95.000.000 de obrigações com garantia da Republica Portuguesa com data de maturidade em 22 de Dezembro de 2014. Os juros destas obrigações escriturais e ao portador serão pagos trimestralmente a partir da Data de emissão, em 22 de Março, 22 de Junho, 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano (“Datas de Pagamento de Juros”), sujeitando-se à ocorrência do Reembolso Opcional, sendo que o primeiro pagamento irá ser efectuado em 22 de Março de 2012 e o último na Data de Maturidade ou na(s) data(s) de reembolso antecipado, caso estas se verifiquem. O juro será calculado tendo por base a Euribor a 3 meses, cotada no segundo “Dia Útil Target” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 12% por ano. O Banif - Banco de Investimento tem a opção de reembolsar as Obrigações, total ou parcialmente, em qualquer Data de Pagamento de Juros, a partir de 22 de Março de 2012, inclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), mediante pré-aviso de no mínimo de 10 dias aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável), ao par, juntamente com juro acumulado (se existente) até à data fixada para reembolso

24. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento ocorrido no exercício foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/2011	Reforços	Utilizações	Reposições	Diferenças de câmbio	Saldo em 31/12/2012
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	56	204		(252)		8
Activos financeiros disponíveis para venda		11.235		(699)		10.536
Crédito a clientes	13.279	29.963	(6.531)	(22.397)	(25)	14.289
Investimentos detidos até à maturidade	200			(200)		
Activos não correntes detidos para venda		596				596
Outros activos tangíveis		2.714				2.714
Invest. em filiais, assoc. e empreend. conjuntos		790				790
Outros activos	126	71		(116)		81
Passivo						
Riscos gerais de crédito	4.063	2.586	(3)	(2.935)	(4)	3.707
Outras provisões	670	2.725	(8)	(3.216)		171
<b>Total</b>	<b>18.394</b>	<b>50.884</b>	<b>(6.542)</b>	<b>(29.815)</b>	<b>(29)</b>	<b>32.892</b>

As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Garantias prestadas (das quais:)		
Garantias e avales	11.943	27.334
	<b>11.943</b>	<b>27.334</b>

Outras contingências e compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Outras garantias prestadas (das quais:)		
Activos dados em Garantia	53.565	59.692
Compromissos perante terceiros (dos quais:)		
Compromissos irrevogáveis	663	92.736
Compromissos revogáveis	44.719	72.876
	<b>98.947</b>	<b>225.304</b>

25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Dívida emitida	30.007	30.010
Dívida readquirida	12.535	12.189
	-----	-----
	17.472	17.821
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de outros passivos subordinados, dizem respeito a duas emissões, cuja descrição das operações estão descritas abaixo.

Em 2006 emitiu-se 15.000 Obrigações de Caixa Subordinadas do Banif – Banco de Investimento, S.A., a taxa variável 2006/2016 representadas por 15.000 títulos de 1.000 euro cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 29 de Junho e 29 de Dezembro de cada ano. Durante os cinco primeiros anos de vida, a taxa será a equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,875%. Caso não ocorra o reembolso antecipado, a partir do 11º cupão (inclusive) e até à data de maturidade, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. O empréstimo será amortizado, ao par, de uma só vez, em 29 de Junho de 2016 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente na totalidade ou parcialmente por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º ou 18º cupões, não acrescendo nenhum prémio sobre o valor reembolsado. O reembolso parcial antecipado, só poderá ser efectuado por 25% ou 50% do montante inicial de emissão, correspondendo a uma redução ao valor nominal das Obrigações.

Em 2007 foram emitidas 15.000 Obrigações Perpétuas Subordinadas ao valor de 1.000 Euros cada. Os juros destas obrigações escriturais e ao portador serão pagos trimestralmente a partir da Data de emissão, em 28 de Fevereiro, 28 de Maio, 28 de Agosto e 28 de Novembro de cada ano (“Datas de Pagamento de Juros”), sujeitando-se à ocorrência do Reembolso Opcional, sendo que o primeiro pagamento irá ser efectuado em 28 de Agosto de 2007 e o último na Data de Maturidade ou na(s) data(s) de reembolso antecipado, caso estas se verifiquem. O juro até 28 de Maio de 2017 exclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), será calculado tendo por base a Euribor a 3 meses, cotada no segundo “Dia Útil Target” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,35% por ano e, a partir dessa data com base na Euribor a 3 meses acrescida de 2,35% por ano (Step-Up de 1,00%). O Banif - Banco de Investimento tem a opção de reembolsar as Obrigações, total ou parcialmente, em qualquer Data de Pagamento de Juros, a partir de 28 de Maio de 2017, inclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente),

mediante pré-aviso de no mínimo de 30 dias e no máximo de 60 dias, aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável), ao par, juntamente com juro acumulado (se existente) até à data fixada para reembolso. O exercício deste reembolso opcional está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal.

Durante o ano de 2012 foram readquiridas 346.000 obrigações Perpétuas Subordinadas, tendo sido obtida um mais valia de 173 milhares de euros.

## 26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Operações bolsa a regularizar	142	21.393
Credores e outros recursos	1.927	1.970
Encargos a pagar	1.243	1.796
Receitas com rendimento diferido	31	107
Outras contas de regularização	706	513
	-----	-----
	4.049	25.779
	=====	=====

## 27. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte decomposição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Capital	85.000	55.000
Reservas de reavaliação de títulos	1.095	(26.117)
Reservas e Resultados Transitados	18.144	15.082
Resultado do Exercício	(21.765)	3.063
	-----	-----
	82.474	77.028
	=====	=====

A rubrica reservas de reavaliação de títulos apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Empréstimos concedidos e contas a receber	(28)	(71)
Activos financeiros disponíveis para venda	1.544	(35.370)
Investimentos detidos até à maturidade	(26)	(92)
Impostos diferidos	(395)	9.416
	-----	-----
	1.095	(26.117)
	=====	=====

O valor registado no capital próprio relativo a empréstimos concedidos e investimentos detidos até à maturidade, dizem respeito a perdas potenciais relativas a activos financeiros, que anteriormente se encontravam registados como activos financeiros disponíveis para venda e cujo valor irá ser amortizado durante a vida remanescente do activo utilizando o método do juro efectivo.

#### 28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades em IC	93	374
Juros de crédito a clientes	23.153	23.506
Juros de outros créditos (títulos)	921	1.478
Juros de activos financeiros detidos para negociação	7.980	8.512
Juros de activos financ. ao justo valor atrav. resultados	995	2.290
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	11.148	11.598
Juros de activos com acordo de recompra	940	884
Juros de investimentos detidos até à maturidade	899	1.468
Juros de devedores e outras aplicações	-	308
	-----	-----
	46.129	50.418
	=====	=====

## Juros e encargos similares

Juros de recursos de IC	11.286	17.010
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	12.518	14.925
Juros de passivos detidos para negociação	9.716	8.286
Juros de outros passivos subordinados	428	789
	-----	-----
	33.948	41.010
	=====	=====

29. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Dividendos antecipados da Banif gestão de Activos, S.A.	-	800
Outros dividendos recebidos	708	92
	-----	-----
	708	892
	=====	=====

30. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Rendimentos com comissões		
Garantias prestadas	271	40
Serviços prest. de administ., guarda e depósito de valores	987	976
Montagem de operações	113	51
Operações de crédito	530	610
Outros serviços prestados	2.234	2.943
Operações realizadas sobre títulos	771	1.030
Outras comissões recebidas	2.640	2.848
	-----	-----
	7.546	8.498
	=====	=====

## Encargos com comissões

Serviços bancários prestados por terceiros	105	38
Operações realizadas sobre títulos	612	502
Outras comissões pagas	30	43
	-----	-----
	747	583
	=====	=====

31. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados</u>		
Canhos em activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	6.674	15.831
Instrumentos derivados	35.689	52.237
Perdas em activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	(10.308)	(15.211)
Instrumentos derivados	(39.063)	(50.889)
	-----	-----
	(7.008)	1.968
	=====	=====

Resultados de activos disponíveis para venda

Canhos em títulos	1.570	1.434
Perdas em títulos	(3.649)	(3.328)
	-----	-----
	(2.079)	(1.894)
	=====	=====

Resultados de reavaliação cambial

Canhos em diferenças cambiais	55.734	26.511
Perdas em diferenças cambiais	(57.588)	(21.651)
	-----	-----
	(1.854)	4.860
	=====	=====

32. RESULTADOS DE ALINEAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Perdas na alienação de activos	(204)	
Perdas em investimentos detidos	(206)	
Perdas em passivos financeiros		(2)
	-----	-----
	(410)	(2)
	=====	=====

33. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outros rendimentos e receitas operacionais	364	111
Outros encargos e gastos operacionais	(247)	(597)
Outros impostos	(110)	(48)
	-----	-----
	(7)	(534)
	=====	=====

34. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	827	1.575
Remuneração de empregados:		
. Remuneração mensal	1.433	2.024
. Subsídio de férias e de Natal	859	842
. Subsídio de almoço	216	220
. Outras remunerações adicionais	76	21
	-----	-----
	3.411	4.682
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios:		
. Encargos relativos a remunerações	1.395	1.536
. Encargos com pensões	129	146
. Outros encargos sociais	37	38
	-----	-----
	1.561	1.720
	-----	-----
Outros custos com pessoal	459	996
	-----	-----
	5.431	7.398
	=====	=====

A Sociedade e os seus funcionários contribuem para um fundo de pensões de contribuição definida de natureza contributiva gerido pela Banif Açor Pensões, conferindo aos associados direitos adquiridos individualizados.

35. CASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Água, energia e combustíveis	191	216
Material de consumo corrente	18	25
Publicações	8	14
Material de higiene e limpeza	-	5
Outros fornecimentos de terceiros	21	34
Rendas e alugueres	882	1.027
Comunicações	288	338
Deslocações, estadas e representação	389	501
Publicidade e edição de publicações	44	230
Conservação e reparação	69	54
Formação de pessoal	3	8
Seguros	57	86
Avenças e honorários	536	279
Judiciais, contencioso e notariado	11	11
Informática	855	1.223
Limpeza	56	49
Informações	1.240	1.295
Mão-de-obra eventual	35	39
Outros serviços especializados	1.090	1.150
	-----	-----
	5.793	6.584
	=====	=====

36. RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Resultado do exercício (em euros)	(21.765.123)	3.062.646
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	17.000.000	17.000.000
Ganhos por acção básico (expresso em Eur por acção)	-1,28	0,18

37. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS

Fazendo parte do Banif Grupo Financeiro, as políticas de risco seguidas pelo Banif Banco de Investimento, S.A. (BBI) seguem as directrizes estabelecidas para o Grupo em geral, com as especificidades inerentes ao exercício das suas actividades, posicionando-se como a unidade de banca de investimento, em Portugal, e tendo em consideração o controlo e a diversificação dos riscos não só a nível individual da instituição, como ao nível consolidado.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição da estratégia e políticas de risco da Sociedade, delegando na Comissão Executiva e no Administrador do Pelouro a gestão diária dos riscos assumidos. Em termos funcionais, a gestão e monitorização do risco do BBI é centralizada na Direcção de Risco (DR), uma unidade independente dos departamentos de originação, usufruindo da necessária autonomia orgânica e funcional, e que analisa os vários tipos de risco: crédito, mercado, liquidez, operacional, de uma forma transversal e integrada. Tem como principal função a implementação de um sistema integrado de gestão de riscos adequado à natureza e perfil de risco do Banco.

Suportando as decisões da Comissão Executiva, existe ainda um conjunto de Comités especializados, que assumem um papel determinante na área de gestão e controlo de risco, quer financeiros como não financeiros. Visando uma maior organização e disseminação da informação, assim como o fomento da cultura de risco no Banco, foi criado na Intranet o portal Risk Management, onde são disponibilizados os principais relatórios de risco produzidos pela direcção (incluindo o respectivo histórico), mediante acessos pré-definidos de acordo com o perfil do utilizador,

## a) Risco de Crédito

O risco de crédito define-se como a probabilidade de impactos negativos nos resultados ou capital, devido à incapacidade de um emitente, devedor ou contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. No caso de crédito titulado, traduz-se ainda na variação do valor económico de um determinado instrumento devido à degradação da qualidade creditícia do emitente.

No BBI, o risco de crédito subjacente à actividade resulta essencialmente da sua carteira de obrigações e do crédito concedido e garantias prestadas a clientes, como área complementar às outras actividades de banca de investimento desenvolvidas, nomeadamente, Project Finance, Private Banking, Corporate Finance, entre outras.

A política do banco passa pela concessão de crédito colateralizado, sendo que este encontra-se largamente coberto por garantias reais, designadamente, hipotecas sobre imóveis e penhor sobre valores mobiliários, entre outros. Todos os colaterais recebidos são avaliados ao seu justo valor, com base no valor de mercado, ou através de modelo,

tendo em conta as especificidades de cada tipo de colateral. No caso do crédito com hipotecas, o Banco recorre à assessoria das mais conceituadas empresas de avaliação imobiliária, certificados pela CMVM. No crédito com penhor de títulos, é realizado um controle diário ao valor de mercado das posições caucionadas através de uma aplicação informática desenvolvida internamente, a qual produz os alertas necessários à solicitação de margens adicionais ou à execução das garantias.

Todas as operações são analisadas e discutidas pelo respectivo Comité, incluindo o risco de crédito de contraparte inerente a operações de derivados, órgão que reúne regularmente, com poderes de decisão para determinadas alçadas de risco. Periodicamente, é feita uma análise global da evolução do crédito concedido a clientes, visando o acompanhamento do risco de concentração, nomeadamente em termos de sectores e de grandes riscos e, ainda, da qualidade da carteira e respectivo nível de colateralização. Entre outros pontos, é realizada uma análise da composição da carteira por tipo de colaterais associados, com o objectivo de monitorização da exposição ao risco líquido, bem como da evolução do spread médio e consumo de capital, numa lógica de controlo do binómio risco–rendibilidade.

No que diz respeito ao controle do risco de crédito inerente às exposições de títulos da carteira bancária, são elaborados mapas específicos que contêm uma análise da carteira por qualidade de crédito, baseada nos ratings externos das principais agências internacionais, assim como modelos de acompanhamento desenvolvidos internamente.

O Banco, em termos individuais, não dispõe de informação histórica nem uma carteira de crédito suficientemente alargada que lhe permita efectuar um estudo exaustivo de frequências de incumprimento e perdas efectivamente incorridas (PD e LCD), sendo aplicadas a PD e LCD do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. a apenas a alguns segmentos de crédito globalmente pouco significativos. Desta forma, o apuramento das perdas por imparidade é realizado fundamentalmente a nível individual ou casuístico, levando em consideração as especificidades da operação e a melhor estimativa do valor recuperável (crédito e garantias) à data da avaliação.

No caso do crédito titulado, incluindo titularizações (ABS, CDO e CLOs) são realizadas igualmente análises casuísticas, no sentido de aferir quanto à existência de imparidade, tendo por base a informação de mercado, entre os quais, os investor reports, assim como os modelos desenvolvidos internamente para seguimento do risco de crédito dos títulos.

#### b) Risco de Mercado

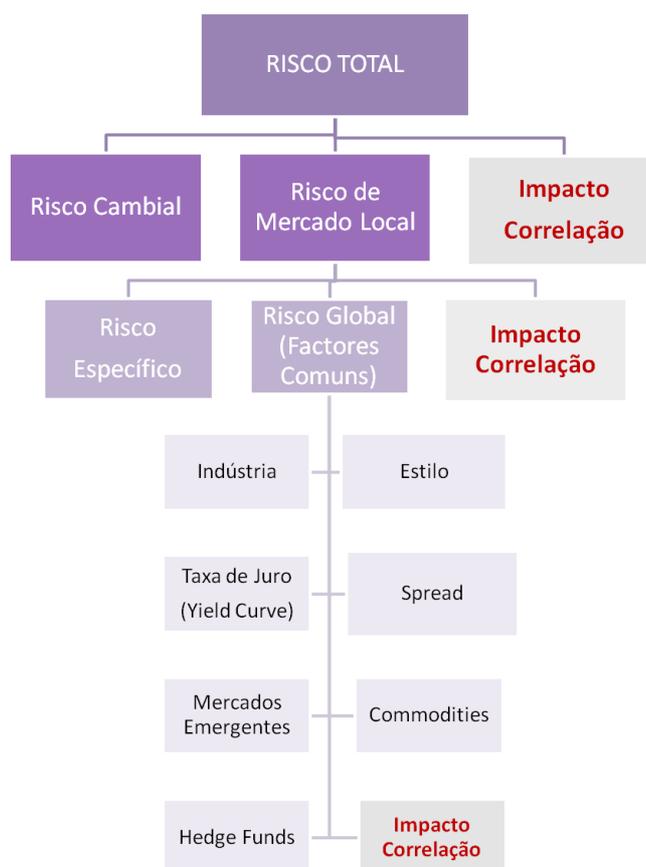
O Risco de Mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções e preços de mercadorias. O risco de mercado advém

sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

No BBI, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos na carteira de negociação, não sendo política do banco a realização de trading de derivados. Em regra, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para clientes, através da realização de operações simétricas com outros contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria.

O Banco desenvolveu grandes esforços no sentido de revisão e aperfeiçoamento das métricas de medição e controlo deste tipo de risco, utilizando uma ferramenta de análise do risco de mercado: o BarraOne, propriedade do MSCI Barra. Este sistema permite analisar o risco das carteiras desagregado pelos vários factores explicativos, nomeadamente entre as componentes de risco específico e risco global (ou de mercado), o qual por sua vez é desagregado em diversos constituintes. O risco total leva em consideração a correlação entre os activos, quer ao nível de topo, quer nos diversos níveis de desagregação do risco. O BarraOne tem como metodologia um sistema Multi-Factor, baseado em fundamentais que incluem características económicas intuitivas na escolha de temas/factores baseados em dados do mercado, de estimação do risco com o objectivo de gestão de risco numa perspectiva “forward-looking”.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o risco é decomposto, realizando uma análise de sensibilidade para cada um dos itens aplicáveis à carteira.



O cálculo do VaR é assim decomposto pelos seguintes factores:

- Risco Cambial - componente de VaR atribuível ao risco moeda, explícito e implícito, nomeadamente através de investimento indirecto. Devido à extrema sensibilidade deste factor o modelo utiliza como histórico apenas as últimas 17 semanas de dados.
- Risco de Mercado Local – componente de VaR atribuível ao risco de mercado *per se*, excluindo o risco cambial. O risco para cada mercado é decomposto em 3 componentes: risco global, risco específico e correlação.
- Risco Global - consiste no risco explicado por factores comuns de mercado, que inclui risco de indústria, estilo, taxa de juro, spread, mercados emergentes e hedge funds, commodities. Analisa o risco da carteira que advém da sua exposição aos factores específicos de cada mercado/modelo.
  - i) Indústria – cada activo é classificado no sector que melhor se adequa (de acordo com a metodologia do Barra), sendo assim calculado a componente do VaR que é explicada pelo sector.
  - ii) Estilo – neste item, o modelo captura o risco que deriva do facto do activo: i) deter uma grande capitalização ou uma pequena capitalização; expectativa de crescimento elevado versus avaliações mais baixas; padrão de volatilidade de longo e de curto prazo;

- iii) Taxa de Juro (Yield Curve) – inclui o risco que decorre em alterações da inclinação da curva de rendimentos e a curvatura (twist ou butterfly) o que corresponde a três factores de risco para cada mercado. O modelo da Zona Euro é constituído pelos modelos dos países que a compõem.
- iv) Spread – analisa a diferença entre a curva swap e a curva de dívida pública, e eventos de crédito, calculando a respectiva alocação em termos de risco.
- v) Mercados Emergentes – advém do risco adicional pelo facto do emitente ser de um país emergente ou, pelo facto, do activo ter sido emitido num país emergente.
- vi) Commodities – permite obter estimativas de risco para futuros e spot de commodities. O modelo utiliza os retornos de 26 sub-índices de forma a detalhar o risco de diferentes tipos de commodities que, posteriormente são agregados em 5 grandes grupos e integrados no modelo multi-classe através de uma matriz de co-variâncias. Não é aplicável ao BBI.
- vii) Hedge Funds – permite obter estimativas de risco para exposição a este tipo de activos. Não é aplicável ao BBI.
- Risco Específico – o risco que não é explicado pelos factores comuns, isto é, risco único exclusivo a cada activo e, por isso, diversificável. Este modelo conjuga a estimativa do nível médio de risco específico com valor de risco específico face às características fundamentais do activo.

O VaR é calculado utilizando o modelo paramétrico, aplicado para um horizonte de 10 dias e com intervalo de confiança de 99%, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do BdP (aviso 8/2007).

c) Risco Cambial

O Risco Cambial representa o risco de que o valor dos activos financeiros expressos em moeda estrangeira apresente flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

O Banco procede a uma monitorização sistemática da sua exposição global ao risco de taxa de câmbio. Para o efeito, existe uma rotina diária de cálculo da posição cambial pelas principais moedas, o qual abrange as posições à vista decorrentes, sobretudo, da actividade de negociação da carteira de títulos, bem como as variações nos resultados líquidos da Sociedade (potenciais ou realizados) resultantes das conversões dos saldos de cada conta ao *fixing* do BCE.

d) Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos das taxas de juro, tendo em

conta a estrutura de balanço de uma instituição. A avaliação deste tipo de risco é realizada em base sistemática, numa óptica de longo prazo, incidindo sobre as exposições da carteira bancária em função dos períodos de repricing, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do BdP (aviso 19/2005).

De referir que a avaliação do risco de taxa de juro da carteira de negociação deverá ser realizada no âmbito do risco de mercado, focando-se num horizonte de curto prazo, tendo em consideração que esta carteira é gerida numa base diária. O modelo de análise utilizado pelo BBI, assente na ferramenta BarraOne, procede à decomposição do risco de mercado nas várias componentes, entre os quais, a componente de risco de taxa de juro embutida na variação de preço (decomposição do VaR nas várias componentes, incluindo risco de taxa de juro).

São produzidos regularmente mapas de controlo de exposições, onde são apuradas os activos e passivos por prazos de maturidade em termos globais, fazendo-se igualmente uma análise em separado para a carteira bancária e a de negociação, evidenciando os mismatches do prazos de refixação de taxa dos activos e passivos e por principais moedas.

e) Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de perdas devido à incapacidade de uma instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações, e se tal é efectuado em condições razoáveis. No BBI, os níveis de liquidez são adaptados em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos obtidos, em função da identificação de gaps. As políticas de obtenção de funding, quer junto dos clientes, quer no mercado, têm garantido a estabilidade dos recursos, assentando numa lógica integrada de Grupo.

Com o objectivo de maximizar a componente de gestão dos riscos estruturais de balanço existe uma unidade operativa dentro do BBI, cujo principal objectivo passa pela definição e execução das políticas financeiras, em particular, em termos de gestão de liquidez e de tesouraria, numa base individual do banco, e em complemento da gestão consolidada neste âmbito pelo Grupo Banif.

f) Risco operacional

O Risco Operacional define-se como o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Esta probabilidade de perda pode decorrer de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de

outsourcing, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

No BBI, a DR é responsável pela gestão de risco operacional, que compreende a avaliação, monitorização e controlo dos riscos desta natureza, visando a mitigação dos mesmos e procedendo à elaboração de informação de apoio à decisão.

Foram nomeados Gestores de Risco Operacional (Gestores RO) nas áreas críticas, que têm como função supletiva o registo de eventos de risco operacional ou falhas detectadas na gestão do dia-a-dia num software próprio: o SAS OpRisk Monitor. Actualmente existe um conjunto de Gestores RO nomeados cujo objectivo é a recolha e registo de eventos de risco operacional, para que o Banco possua informação necessária para avaliar o risco, para posterior mitigação, respondendo ainda às necessidades de reforço do controlo interno. Os gestores de risco operacional reportam os eventos detectados nesta aplicação na sua área de influência ou noutra, através de uma ferramenta externa específica, e que faz o interface entre o gestor operacional, a DR e o Risco Corporativo do Grupo Banif, sendo possível a obtenção de estatísticas, por área de reporte, frequência, origem, processo, fonte de risco, etc.

Pretende-se, desta forma, atingir o objectivo de monitorização e medição do risco operacional inerente à actividade, detalhando as ocorrências pelos vários processos e áreas intervenientes, o que se irá traduzir numa avaliação efectiva e dinâmica dos actuais sistemas de controlo interno.

Para além das disposições legais, estatutárias e deontológicas aplicáveis ao exercício das actividades de intermediação financeira, tem sido uma preocupação da Administração da Sociedade a elaboração e difusão de Manuais, Regulamentos, Circulares e outros normativos internos adequados a assegurar o cumprimento das normas aplicáveis ao exercício da actividade desenvolvida. Toda a informação é devidamente divulgada, sendo do conhecimento de todos os colaboradores da Sociedade, encontrando-se disponível para consulta na respectiva Intranet. Em paralelo, a actuação das Direcções de Compliance e de Auditoria Interna visam complementar e reforçar as medidas adoptadas.

Existe uma rotina de monitorização e revisão do sistema de controlo interno implementada, que segue as directrizes regulamentares e da própria cultura organizacional. No âmbito dos requisitos de controlo interno do Banco de Portugal e CMVM, é desenvolvido regularmente um self assessment para cada um dos tipos de risco, de acordo com a matriz apresentada pelo Banco de Portugal no seu relatório MAR (Modelo de Avaliação de Riscos). A auditoria interna é responsável pelo desenvolvimento de mecanismos de avaliação da adequação do controlo interno, e respectiva monitorização, procedendo à identificação das falhas ou fragilidades do sistema de controlo interno, na sua concepção, implementação ou utilização, as quais são devidamente registadas, documentadas e reportadas aos níveis de gestão apropriados, de forma a serem prontamente ultrapassadas.

O órgão de administração e os directores de topo recebem reportes regulares relativos à monitorização do sistema de controlo interno, incluindo a identificação das falhas ou fragilidades detectadas, quer quando avaliadas isoladamente, quer de forma agregada.

### 38. Risco de crédito

Para efeitos de análise de risco de crédito da presente nota considerou-se a carteira de títulos detida pelo BBI e o crédito concedido a clientes; desta forma, o valor da rubrica Activos financeiros detidos para negociação exclui o valor de mercado dos derivados. A referir que a carteira de negociação do Banco incluía posições curtas no valor de cerca de 7,0 milhões de euros no final do ano (8,7 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2011), que se encontram relevadas na rubrica contabilística passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros, por rubrica de balanço, apresentam a seguinte exposição ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2012:

	<b>Exposição máxima</b>	<b>Colaterais</b>	<b>Exposição líquida</b>
Activos financeiros detidos para negociação	17.352		17.352
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	72.660		72.660
Activos financeiros disponíveis para venda	266.325		266.325
Crédito a clientes	446.861	400.904	45.956
Investimentos detidos até à maturidade	25.738		25.738
<b>Total de exposição a risco de crédito</b>	<b>828.935</b>	<b>400.904</b>	<b>428.031</b>

Valores líquidos de provisões. Montante dos colaterais considerado até ao valor da exposição líquida.

A 31 de Dezembro de 2011 era seguinte:

	<b>Exposição máxima</b>	<b>Colaterais</b>	<b>Exposição líquida</b>
Activos financeiros detidos para negociação	19.262		19.262
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	110.321		110.321
Activos financeiros disponíveis para venda	243.296		243.296
Crédito a clientes	444.116	344.912	99.204
Investimentos detidos até à maturidade	39.813		39.813
<b>Total de exposição a risco de crédito</b>	<b>856.808</b>	<b>344.912</b>	<b>511.896</b>

Valores líquidos de provisões. Montante dos colaterais considerado até ao valor da exposição líquida.

Note-se que a rubrica Crédito a Clientes inclui uma carteira de títulos no valor de cerca de 17,2 milhões de euros líquidos contabilizada ao custo amortizado, constituída por produtos estruturados (CLO) num total de cerca de 4 milhões de euros e ainda um project finance sob a forma de uma obrigação, que se encontram classificados em termos de IAS como Loans & Receivables (LaR). Adicionalmente, a 31 de Dezembro de 2012, encontrava-se registado neste rubrica reverse repos no valor de 68 milhões de euros, que tinham como colateral uma carteira de dívida soberana europeia (em Dezembro de 2011, não existiam reverse repos registados na rubrica de crédito a clientes).

Excluindo estes instrumentos financeiros, o valor do crédito concedido a clientes, líquido de provisões, ascendia a cerca de 362 milhões de euros, dos quais 320 milhões de euros encontravam-se colateralizados por garantias reais, entre as quais, hipotecas sobre imóveis e penhor sobre valores mobiliários, representando um rácio de cerca de 88%. A referir que cerca de 135 milhões de euros da carteira, incluindo crédito titulado, dizem respeito a operações de Project e Acquisition Finance.

A rubrica contabilística Activos financeiros disponíveis para venda inclui a participação de 16% do BBI no capital da Banif Imobiliária, entidade do Grupo Banif que consolida integralmente, sendo o valor líquido desta posição de 23,6 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2012.

Fora de balanço, a relevar o montante de 11,9 milhões de euros de garantias prestadas pelo Banco, das quais cerca de 20% são técnicas.

Concentração de risco de crédito por sector de actividade em 31 de Dezembro de 2012:

	Exposição máxima	Colaterais	Exposição líquida
Indústria	9.731		9.731
Construção	29.264	28.057	1.207
Vendas a retalho	763		763
Serviços	24.540	12.666	11.874
Instituições financeiras e seguradoras	118.607	67.945	50.662
Sector público	173.867		173.867
Particulares	26.382	26.108	274
Outros	445.782	266.128	179.654
<b>Total de exposição a risco de crédito</b>	<b>828.935</b>	<b>400.904</b>	<b>428.031</b>

Valores líquidos de provisões. Montante dos colaterais considerado até ao valor da exposição líquida.

O item Outros é maioritariamente composto pela rubrica de balanço de crédito concedido a clientes, que a 31 de Dezembro de 2012 ascendia a cerca de 306 milhões de euros. Analisando o risco intrínseco desta exposição, que inclui, entre outros itens, crédito concedido a fundos de investimento e concessões, salienta-se que mais de metade corresponde a risco imobiliário, seguido do risco de *project finance* no sector de energias renováveis e PPPs, que assume um peso superior a 30%.

A 31 de Dezembro de 2011 era seguinte:

	<b>Exposição máxima</b>	<b>Colaterais</b>	<b>Exposição líquida</b>
Indústria	7.240		7.240
Construção	43.668	27.182	16.486
Vendas a retalho	154		154
Serviços	26.174		26.174
Instituições financeiras e seguradoras	73.457		73.457
Sector público	162.852		162.852
Outros	521.050	295.623	225.427
Particulares	22.212	22.107	106
<b>Total de exposição a risco de crédito</b>	<b>856.808</b>	<b>344.912</b>	<b>511.896</b>

Valores líquidos de provisões. Montante dos colaterais considerado até ao valor da exposição líquida.

Concentração de risco de crédito por região geográfica em 31 de Dezembro de 2012:

	<b>Exposição máxima</b>	<b>Colaterais</b>	<b>Exposição líquida</b>
Portugal	690.579	361.375	329.204
União Europeia	82.464	26.800	55.664
Resto da Europa	0	0	0
América do Norte	36.074	12.729	23.345
América Latina	14.616	0	14.616
Resto do Mundo	5.201	0	5.201
<b>Total de exposição a risco de crédito</b>	<b>828.935</b>	<b>400.904</b>	<b>428.031</b>

Valores líquidos de provisões. Montante dos colaterais considerado até ao valor da exposição líquida.

A 31 de Dezembro de 2011 era seguinte:

	<b>Exposição máxima</b>	<b>Colaterais</b>	<b>Exposição líquida</b>
Portugal	682.148	297.694	384.454
União Europeia	80.955	28.510	52.446
Resto da Europa			
América do Norte	34.400	12.853	21.546
América Latina	26.419	5.682	20.737
Resto do Mundo	32.885	173	32.713
<b>Total de exposição a risco de crédito</b>	<b>856.808</b>	<b>344.912</b>	<b>511.896</b>

Valores líquidos de provisões. Montante dos colaterais considerado até ao valor da exposição líquida.

Os quadros seguintes apresentam a repartição de todos os activos financeiros por qualidade de crédito, cujas notações têm por base o mapeamento dos *ratings* externos atribuídos pelas principais agências internacionais Moodys, Fitch e S&P. A métrica de atribuição do *rating* seguiu a metodologia *standard* do acordo de Basileia, escolhendo-se o pior dos dois melhores ratings no caso de haver notações diferenciados para o mesmo activo. A classificação High Grade corresponde a *ratings* entre [AAA e A-], Standard Grade a [BBB+ a BBB-] e Sub-Standard Grade a ratings iguais ou inferiores a BB+. As posições em crédito ou títulos que não possuam *rating* externo atribuído por nenhuma das três principais agências internacionais são classificadas como Not Rated.

Entre as exposições sem *rating* externo, no montante total de 567 milhões de euros, a principal fatia, correspondente a cerca de 64%, diz respeito à concessão de crédito a empresas e particulares, nomeadamente crédito com hipoteca de imóveis ou com penhor de valor mobiliários e operações de Project Finance e Acquisition Finance. A carteira `Outros Activos financeiros ao justo valor através de resultados que a 31 de Dezembro de 2012 ascendia a cerca de 73 milhões de euros é composta quase exclusivamente por títulos sem *rating*, correspondente ao investimento em unidades de participação de fundos, maioritariamente da Banif Gestão de Activos (BCA), entidade integralmente detida pelo BBI. A componente sem *rating* atribuído na carteira Activos financeiros disponíveis para venda, correspondente a cerca de 52 milhões de euros, diz respeito essencialmente ao investimento em unidades de participação de fundos geridos pela BCA e por entidades terceiras, sem *rating* atribuído por aquelas agências de *rating* e, ainda, à participação detida na Banif Imobiliária.

Decomposição dos activos financeiros por qualidade do crédito, por rubrica de balanço, a 31 de Dezembro de 2012:

	High Grade	Standard Grade	Sub-Standard Grade	Not Rated	Total
Activos financeiros detidos para negociação	343	9.616	7.337	56	17.352
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados			83	72.578	72.660
Activos financeiros disponíveis para venda	21.205	27.137	165.997	51.986	266.325
Crédito a clientes			4.050	442.811	446.861
Investimentos detidos até à maturidade	12.614	2.529	10.594		25.738
<b>Total de exposição a risco de crédito</b>	<b>34.162</b>	<b>39.281</b>	<b>188.061</b>	<b>567.430</b>	<b>828.935</b>

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2011 era seguinte:

	High Grade	Standard Grade	Sub-Standard Grade	Not Rated	Total
Activos financeiros detidos para negociação	827	11.715	4.366	2.353	19.262
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados			43.342	66.979	110.321
Activos financeiros disponíveis para venda	30.628	20.756	125.643	66.269	243.296
Crédito a clientes	986	797	6.412	435.920	444.116
Investimentos detidos até à maturidade	15.199	18.752	5.861		39.813
<b>Total de exposição a risco de crédito</b>	<b>47.641</b>	<b>52.020</b>	<b>185.624</b>	<b>571.522</b>	<b>856.808</b>

Valores líquidos de provisões.

Com o objectivo de um melhor acompanhamento da qualidade do crédito concedido, e de forma padronizada, pelo sistema financeiro português, o Banco de Portugal aprovou a Instrução 22/2011 que procedeu à definição de novos indicadores de referência nesta matéria. No quadro abaixo são apresentados os principais rácios para o BBI, em base individual, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Rácio de crédito em risco	11,6%	18,0%
Rácio de crédito com incumprimento	1,9%	6,5%
Rácio de cobertura de crédito em risco	26,7%	17,0%
Rácio de cobertura de crédito com incumprimento	164,2%	47,1%

Em 2012, verificou-se uma melhoria significativa dos principais indicadores face ao ano anterior, explicado por um lado pela cessão de créditos que se encontravam vencidos, pela recuperação de crédito vencido e, ainda, pela reestruturação de crédito vencido com reforço significativo de colaterais.

39. Risco de Mercado

Nos quadros seguintes, apresenta-se o cálculo do Value-at-Risk (VaR) para carteira de títulos de negociação detidos pelo BBI, que a 31 de Dezembro de 2012 ascendia a cerca de 24 milhões de euros em valores absolutos (17 milhões de euros de posições longas e 7 milhões de euros de posições curtas) composta essencialmente por títulos de renda fixa, em que a componente de acções apresenta um valor imaterial.

Para o cálculo desta métrica de risco foi utilizado o software especializado BarraOne, propriedade da “MSCI Barra”, tendo sido calculado o VaR paramétrico com um horizonte de 10 dias e uma probabilidade de 99%, em linha com as boas práticas internacionais, em particular, seguindo as recomendações constantes do acordo de capital de Basileia.

A 31 de Dezembro 2012, o VaR da carteira de negociação ascendia a cerca de 372 mil euros (392 mil euros em 2011), representando 3,7% do valor de mercado líquido da carteira. O risco decorrente da exposição a acções é completamente imaterial, traduzindo-se num VaR de 45 mil euros (12 mil euros em 2011).

O VaR global da carteira de negociação do BBI correspondia a 0,5% do Core Tier 1 da instituição.

A decomposição do VaR por tipo de títulos a 31 de Dezembro de 2012 é a seguinte:

	<b>VaR da Carteira €mil</b>	<b>VaR % Carteira</b>
Acções	45	36,4
Obrigações	370	3,7
<i>Efeito diversificação</i>	-44	<i>n.a.</i>
<b>Total</b>	<b>372</b>	<b>3,7</b>

Fonte: Barra One

A 31 de Dezembro de 2011 era seguinte:

	VaR da Carteira €mil	VaR % Carteira
Acções	12	24,0
Obrigações	392	3,6
<i>Efeito diversificação</i>	-13	n.a.
<b>Total</b>	<b>392</b>	<b>3,6</b>

Fonte: Barra One

A decomposição do VaR por tipo de risco, a 31 de Dezembro de 2012 é a seguinte:

	Desvio Padrão	% Risco da Carteira	Variância da Carteira	VaR da Carteira €mil
<b>Risco de Mercado Local</b>	<b>4,75</b>	<b>35,7%</b>	<b>22,60</b>	<b>222</b>
<b>Risco Global (factores comuns)</b>	<b>4,46</b>	<b>31,4%</b>	<b>19,88</b>	<b>208</b>
<i>Indústria</i>	0,67	0,7%	0,45	31
<i>Estilo</i>	0,46	0,3%	0,21	22
<i>Taxa de Juro (Yield Curve)</i>	2,72	11,7%	7,39	127
<i>Spread</i>	2,42	9,3%	5,87	113
<i>Mercados Emergentes</i>	2,44	9,4%	5,93	114
<i>Correlação - factores comuns</i>	n.a.	0,0%	0,02	n.a.
<b>Risco Específico (selecção)</b>	<b>1,65</b>	<b>4,3%</b>	<b>2,72</b>	<b>77</b>
<b>Risco Cambial</b>	<b>7,90</b>	<b>98,6%</b>	<b>62,48</b>	<b>369</b>
Correlação Moeda / Mercado	n.a.	-34,3%	-21,71	n.a.
<b>Risco Total</b>	<b>7,96</b>	<b>100,0%</b>	<b>63,36</b>	<b>372</b>

Fonte: BBI e BarraOne

A 31 de Dezembro de 2011 era seguinte:

	Desvio Padrão	% Risco da Carteira	Variância da Carteira	VaR da Carteira €mil
<b>Risco de Mercado Local</b>	<b>3,57</b>	<b>21,6%</b>	<b>12,72</b>	<b>182</b>
<b>Risco Global (factores comuns)</b>	<b>2,88</b>	<b>14,1%</b>	<b>8,32</b>	<b>147</b>
<i>Indústria</i>	0,11	0,0%	0,01	6
<i>Estilo</i>	0,07	0,0%	0,01	4
<i>Taxa de Juro (Yield Curve)</i>	1,78	5,4%	3,17	91
<i>Spread</i>	2,13	7,7%	4,52	109
<i>Mercados Emergentes</i>	1,36	3,1%	1,85	69
<i>Correlação - factores comuns</i>	n.a.	-2,1%	-1,25	n.a.
<b>Risco Específico (selecção)</b>	<b>2,10</b>	<b>7,5%</b>	<b>4,40</b>	<b>107</b>
<b>Risco Cambial</b>	<b>7,53</b>	<b>96,0%</b>	<b>56,63</b>	<b>384</b>
Correlação Moeda / Mercado	n.a.	-17,6%	-10,38	n.a.
<b>Risco Total</b>	<b>7,68</b>	<b>100,0%</b>	<b>58,97</b>	<b>392</b>

Fonte: BBI e BarraOne

40. Risco de taxa de câmbio

A posição cambial, por divisa, a 31 de Dezembro de 2012:

DIVISAS	Posições Líquidas	
	Longas	Curtas
USD	745,9	
GBP	180,5	
CHF	34,0	
JPY	0,0	
SEK	0,1	
NOK	4,6	
DKK	0,4	
CAD	2,5	
ZAR	2,2	
AUD	11,1	
BRL	988,9	
PLN		6,5
HKD	0,3	
HUF	0,0	

A 31 de Dezembro de 2011 era a seguinte:

DIVISAS	Posições Líquidas	
	Longas	Curtas
USD	2.667,2	
GBP	35,6	
CHF		462,0
JPY	112,8	
SEK	0,7	
NOK	1,9	
DKK	2,3	
CAD	55,6	
ZAR	0,9	
AUD	20,7	
MOP		
BRL	1.051,0	
PLN	5,4	
HUF	0,0	

A 31 de Dezembro de 2012, as maiores exposições correspondiam às divisas BRL, USD e GBP respectivamente, posições longas de e 1 milhão, 750 mil euros e 180 mil euros, sendo as restantes moedas insignificantes, reflectindo uma redução significativa da posição cambial, em particular de USD, face ao ano anterior.

41. Risco de taxa de juro

A desagregação dos activos e passivos financeiros por prazos de refixação da taxa de juro em 31 de Dezembro de 2012 é a seguinte:

	< 1 Mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	>= 5 Anos	Não Sensível	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	82	5	90	414	644	837	1.133	2.857	1.642	9.371	97.716	114.790
Activos financeiros ao justo valor através de resultados				0		83					72.578	72.660
Activos financeiros disponíveis para venda	1.638	4.511	24.848	39.832	12.350	27.102	24.589	14.666	13.702	51.100	51.986	266.325
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito				11.070							32.026	43.096
Créditos o Outros valores a receber	72.279	84.096	143.730	9.799	42.638	4.970			17.953	307	2.330	378.102
Investimentos detidos até à maturidade	8.177	4.454		2.506		6.678				3.923		25.738
Outros activos	68.759										88.555	157.314
<b>Total de Activos</b>	<b>150.934</b>	<b>93.066</b>	<b>168.668</b>	<b>63.621</b>	<b>55.633</b>	<b>39.669</b>	<b>25.722</b>	<b>17.523</b>	<b>33.297</b>	<b>64.701</b>	<b>345.191</b>	<b>1.058.025</b>
Depósitos de bancos centrais	43.009	50.063					241.749					334.821
Passivos financeiros detidos para negociação							1.135	488	884	4.527	94.838	101.871
Passivos financeiros ao custo amortizado	307.654	19.725	41.552	7.508	21.304	1.697	25				113.381	512.846
<i>Depósitos de instituições de crédito</i>	<i>192.860</i>	<i>6.940</i>	<i>20.900</i>								<i>48.258</i>	<i>268.958</i>
<i>Depósitos do sector público</i>												
<i>Depósitos de empresas</i>	<i>111.963</i>	<i>10.760</i>	<i>16.112</i>	<i>2.758</i>	<i>16.524</i>	<i>1.338</i>	<i>25</i>				<i>62.196</i>	<i>221.677</i>
<i>Depósitos de particulares</i>	<i>2.830</i>	<i>2.025</i>	<i>4.540</i>	<i>4.750</i>	<i>4.781</i>	<i>359</i>					<i>2.763</i>	<i>22.047</i>
<i>Certificados de dívida, incluindo obrigações</i>											<i>165</i>	<i>165</i>
Passivos subordinados		2.465	15.000								7	17.472
Outros passivos											8.541	8.541
<b>Capital Próprio</b>											82.474	82.474
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>	<b>350.663</b>	<b>72.253</b>	<b>56.552</b>	<b>7.508</b>	<b>21.304</b>	<b>1.697</b>	<b>242.909</b>	<b>488</b>	<b>884</b>	<b>4.527</b>	<b>299.241</b>	<b>1.058.025</b>

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2011 era a seguinte:

	< 1 Mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	>= 5 Anos	Não Sensível	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação		1.608	596	122	20	630	1.873	2.218	1.240	10.903	72.509	91.719
Activos financeiros ao justo valor através de resultados			43.278			0	64				66.979	110.321
Activos financeiros disponíveis para venda	11.124	1.019	66.477	979	452	10.537	7.184	19.041	11.068	49.147	66.269	243.296
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito				10.975							35.845	46.820
Créditos o Outros valores a receber	117.587	99.060	105.549	11.796	21.890	20.068				350	67.816	444.116
Investimentos detidos até à maturidade	8.020	9.480	8.210			2.471	6.762		948	3.922		39.813
Outros activos	48.384										78.269	126.653
<b>Total de Activos</b>	<b>185.115</b>	<b>111.167</b>	<b>224.110</b>	<b>23.871</b>	<b>22.362</b>	<b>33.705</b>	<b>15.883</b>	<b>21.259</b>	<b>13.256</b>	<b>64.322</b>	<b>387.688</b>	<b>1.102.738</b>
Depósitos de bancos centrais	154.896	25.079			50.773			82.520				313.268
Passivos financeiros detidos para negociação			13						749	7.894	66.541	75.198
Passivos financeiros ao custo amortizado	312.801	56.083	50.152	4.395	975	1.829	1.350	25			158.617	586.227
<i>Depósitos de instituições de crédito</i>	<i>186.546</i>	<i>24.346</i>	<i>15.521</i>								<i>82.707</i>	<i>309.120</i>
<i>Depósitos de empresas</i>	<i>119.758</i>	<i>24.904</i>	<i>31.255</i>	<i>3.833</i>	<i>350</i>	<i>1.178</i>	<i>1.338</i>	<i>25</i>			<i>73.344</i>	<i>255.984</i>
<i>Depósitos de particulares</i>	<i>6.497</i>	<i>6.834</i>	<i>3.377</i>	<i>563</i>	<i>625</i>	<i>651</i>	<i>11</i>				<i>2.384</i>	<i>20.941</i>
Passivos subordinados		2.811	15.000								10	17.821
Outros passivos											33.197	33.197
<b>Capital Próprio</b>											77.027	77.027
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>	<b>467.697</b>	<b>83.973</b>	<b>65.165</b>	<b>4.395</b>	<b>51.748</b>	<b>1.829</b>	<b>1.350</b>	<b>82.545</b>	<b>749</b>	<b>7.894</b>	<b>335.393</b>	<b>1.102.738</b>

Valores líquidos de provisões.

No quadro abaixo, é apresentada uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária, tendo por base os mapas de reporte à entidade de supervisão. Esta análise assenta no cenário de um choque standard de 200 p.b. na taxa de juro, e respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira anual do Banco, em termos individuais, tendo por base os pressupostos assumidos de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal.

Análise de sensibilidade do impacto de uma variação de 200 p.b. na curva de taxas de juro por moedas relevantes, a 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

		2012	2011
<b>EUR</b>	Impacto na Situação Líquida	-2.864	-5.765
	Fundos Próprios	96.511	112.408
	<b>Impacto nos Fundos Próprios, em %</b>	<b>-3%</b>	<b>-5%</b>
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-1.260	-2.730
	Margem Financeira	12.181	9.408
	<b>Impacto na Margem Financeira anual, em %</b>	<b>-10%</b>	<b>-29%</b>
<b>USD</b>	Impacto na Situação Líquida	-340	-419
	Fundos Próprios	96.511	112.408
	<b>Impacto nos Fundos Próprios, em %</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-687	-540
	Margem Financeira	12.181	9.408
	<b>Impacto na Margem Financeira anual, em %</b>	<b>-6%</b>	<b>-6%</b>
<b>TOTAL</b>	Impacto na Situação Líquida	-3.204	-6.184
	Fundos Próprios	96.511	112.408
	<b>Impacto nos Fundos Próprios, em %</b>	<b>-3%</b>	<b>-6%</b>
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-1.947	-3.270
	Margem Financeira	12.181	9.408
	<b>Impacto na Margem Financeira anual, em %</b>	<b>-16%</b>	<b>-35%</b>

42. Risco de liquidez

A desagregação dos activos e passivos financeiros por prazos de residual de maturidade a 31 de Dezembro de 2012 é a seguinte:

	< 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	INDT.	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	82		1.058	6.473	9.461	97.716	114.790
Activos financeiros ao justo valor através de resultados			0	83		72.578	72.660
Derivados de cobertura							
Activos financeiros disponíveis para venda		3.422	77.030	82.786	51.100	51.986	266.325
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	68.759		11.070			32.026	111.855
Créditos e outros valores a receber	13.011	18.012	131.772	107.606	105.371	2.330	378.102
Investimentos detidos até à maturidade		2.994	10.683	8.138	3.923		25.738
Outros activos						88.555	88.555
<b>Total de Activos</b>	<b>81.852</b>	<b>24.428</b>	<b>231.613</b>	<b>205.086</b>	<b>169.855</b>	<b>345.191</b>	<b>1.058.025</b>
Depósitos de bancos centrais	43.009	50.063		241.749			334.821
Passivos financeiros detidos para negociação				2.506	4.527	94.838	101.871
Passivos financeiros ao custo amortizado	307.654	19.725	63.864	8.222		113.381	512.846
<i>Depósitos de instituições de crédito</i>	<i>192.860</i>	<i>6.940</i>	<i>20.900</i>			<i>48.258</i>	<i>268.958</i>
<i>Depósitos de empresas</i>	<i>111.963</i>	<i>10.760</i>	<i>28.894</i>	<i>7.864</i>		<i>62.196</i>	<i>221.677</i>
<i>Depósitos de particulares</i>	<i>2.830</i>	<i>2.025</i>	<i>14.070</i>	<i>359</i>		<i>2.763</i>	<i>22.047</i>
<i>Certificados de dívida, incluindo obrigações</i>						<i>165</i>	<i>165</i>
Passivos subordinados				15.000	2.465	7	17.472
Outros passivos						8.541	8.541
<b>Capital Próprio</b>						82.474	82.474
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>	<b>350.663</b>	<b>69.788</b>	<b>63.864</b>	<b>267.477</b>	<b>6.992</b>	<b>299.241</b>	<b>1.058.025</b>

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2011 era a seguinte:

	< 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	INDT.	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação		1.604	81	6.082	11.442	72.509	91.719
Activos financeiros ao justo valor através de resultados			43.278	64		66.979	110.321
Activos financeiros disponíveis para venda	9.083		67.907	50.890	49.147	66.269	243.296
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	48.384		10.975			35.845	95.204
Créditos e outros valores a receber	27.388	11.789	110.808	93.610	132.705	67.816	444.116
Investimentos detidos até à maturidade		2.557	10.733	22.798	3.725		39.813
Outros activos						78.269	78.269
<b>Total de Activos</b>	<b>84.855</b>	<b>15.949</b>	<b>243.782</b>	<b>173.444</b>	<b>197.019</b>	<b>387.688</b>	<b>1.102.738</b>
Depósitos de bancos centrais	158.187	25.079	50.110	79.892			313.268
Passivos financeiros detidos para negociação				749	7.907	66.541	75.198
Passivos financeiros ao custo amortizado	312.801	56.083	41.467	17.259		158.617	586.227
<i>Depósitos de instituições de crédito</i>	<i>186.546</i>	<i>24.346</i>	<i>15.521</i>			<i>82.707</i>	<i>309.120</i>
<i>Depósitos de empresas</i>	<i>119.758</i>	<i>24.904</i>	<i>21.382</i>	<i>16.597</i>		<i>73.344</i>	<i>255.984</i>
<i>Depósitos de particulares</i>	<i>6.497</i>	<i>6.834</i>	<i>4.564</i>	<i>662</i>		<i>2.384</i>	<i>20.941</i>
<i>Certificados de dívida, incluindo obrigações</i>						<i>182</i>	<i>182</i>
Passivos subordinados				15.000	2.811	10	17.821
Outros passivos						33.197	33.197
<b>Capital Próprio</b>						<b>77.027</b>	<b>77.027</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>	<b>470.988</b>	<b>81.162</b>	<b>91.577</b>	<b>112.901</b>	<b>10.718</b>	<b>335.393</b>	<b>1.102.738</b>

Valores líquidos de provisões.

#### 43. JUSTO VALOR DA CARTEIRA DE TÍTULOS E DE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2012 o detalhe desta rubrica é o seguinte:

31-12-2012	Técnicas de avaliação			Total
	Valor de Mercado ou Cotação	Análise de mercado	Custos de aquisição	
Activo				
Activos Financeiros detidos para negociação	17 344	97 446	0	114 790
Outros Activos Financeiros ao justo valor através de resultados	83	72 577	0	72 660
Activos Financeiros disponíveis para venda	214 338	49 634	2 352	266 324
Passivo				
Passivos Financeiros para negociação	7 186	94 685		101 871

Na construção do quadro acima indicado foram utilizados os seguintes pressupostos:

Nível 1: Cotados em Bolsa ou com cotações indicativas em mercado activo. Nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado activo;

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado e NAV (Fundos)

Nível 3: Preços indicativos, custo de aquisição, valor patrimonial, valor nominal e modelos internos

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto que os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2012, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

Prazo	EUR		USD	
	2012	2011	2012	2011
1 dia	0,05%	0,40%	0,20%	0,10%
7 dias	0,06%	0,60%	0,35%	0,14%
15 dias	0,06%	0,67%	0,31%	0,17%
1 mês	0,07%	0,84%	0,21%	0,26%
2 meses	0,06%	1,06%	0,27%	0,39%
3 meses	0,10%	1,35%	0,33%	0,56%
4 meses	0,13%	1,44%	0,39%	0,64%
5 meses	0,16%	1,53%	0,45%	0,72%
6 meses	0,20%	1,63%	0,51%	0,81%
7 meses	0,23%	1,69%	0,55%	0,85%
8 meses	0,27%	1,76%	0,59%	0,91%
9 meses	0,31%	1,83%	0,63%	0,97%
10 meses	0,35%	1,88%	0,53%	0,87%
11 meses	0,39%	1,94%	0,42%	0,78%
1 ano	0,43%	2,00%	0,32%	0,68%
2 anos	0,38%	1,31%	0,39%	0,73%
3 anos	0,47%	1,36%	0,50%	0,82%
4 anos	0,62%	1,54%	0,68%	1,02%
5 anos	0,77%	1,72%	0,86%	1,22%
6 anos	0,94%	1,90%	1,09%	1,43%
7 anos	1,12%	2,07%	1,31%	1,64%
8 anos	1,27%	2,17%	1,49%	1,77%
9 anos	1,42%	2,28%	1,66%	1,90%
10 anos	1,57%	2,38%	1,84%	2,03%
20 anos	2,16%	2,69%	2,59%	2,52%
30 anos	2,23%	2,56%	2,80%	2,62%

44. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Rubricas	Elementos chave gestão	Entidades Associadas	Accionistas
Disponibilidades em outras instituições de crédito		1.667	1.820
Activos financeiros detidos para negociação		59	124
Outros activos financ. ao justo valor através result.		13.941	
Activos financeiros disponíveis para venda		28.050	
Aplicações em instituições de crédito		11.718	
Crédito a clientes		79.618	8.661
Activos intangíveis			
Invest. em filiais, associadas e empreend. conjuntos		10.131	
Outros activos		27.523	
Passivos financeiros detidos para negociação		757	
Recursos de outras instituições de crédito		36.411	125.914
Recursos de clientes e outros empréstimos		65.787	175
Provisões		84	86
Outros passivos		1.474	29
Reservas de reavaliação		521	
Juros e rendimentos similares		2.404	
Juros e encargos similares		961	1.648
Rendimentos de serviços e comissões		1.922	806
Result. activos e passivos avaliados ao justo valor através de result.		9.060	19
Resultados de reavaliação cambial		800	738
Custos com pessoal	820	219	
Gastos gerais administrativos		774	
Depreciações e amortizações		41	
Provisões líquidas de reposições e anulações		20	
Correcções de valor assoc. crédito a clientes e val. receber de out. dev.		(2.817)	
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		(792)	

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

45. IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES RELACIONADAS

As partes relacionadas são as seguintes:

**Elementos chave de gestão:**

Dr. Luís Filipe Marques Amado  
Dr. Jorge Humberto Correia Tomé  
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida  
Dr. Gonçalo Vaz Cago da Câmara de Medeiros Botelho  
Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques  
Dr. Nuno José Roquette Teixeira  
Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal  
Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira  
Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes  
Dra. Maria Teresa Henriques Moura Roque Dal Fabbro  
Dra. Paula Cristina Moura Roque  
Dr. Fernando José Inverno da Piedade  
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira  
Dr. Manuel Carlos de Carvalho Fernandes  
Dr. José António Vinhas Mouquinho  
Dr. João José Gonçalves de Sousa  
Dr. Carlos Eduardo Pais Jorge  
Dr. José Marques de Almeida  
Dr. Vítor Hugo Simons

**Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão**

Marta do Patrocínio Oliveira de Castro Amado  
Carlos António de Castro Amado  
Maria Carolina de Castro Amado  
Lorenzo Roque Dal Fabbro  
Bianca Maria Roque Dal Fabbro  
Luísa Maria Campina Pinto da Piedade  
Carolina Pinto Inverno da Piedade  
Leonor Pinto Inverno da Piedade  
Isabel Maria da Silva Pedro Gomes  
Carolina Pedro Gomes Tomé  
Catherine Thérèse Laurence Jouven da Silveira  
Alexandre Tiago da Silveira  
Heloíse Maria da Silveira  
Gaspar Antoine da Silveira  
Sara Dolores Militão Silva de Cima Sobral Roquette Teixeira  
Maria Cima Sobral Roquette Teixeira  
José Maria Cima Sobral Roquette Teixeira  
Isabel Maria Cima Sobral Roquette Teixeira  
Ana Cristina dos Santos de Figueiredo e Sousa Nunes  
Sofia Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes  
Tomás Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes  
Francisco Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes  
Helena Veiga Martins de Almeida  
Catarina Martins Marques de Almeida  
Margarida Martins Marques de Almeida  
Domingas da Conceição Clérigo Barradas Mouquinho  
Isabel Maria Forbes de Bessa Lencastre  
Luísa Lencastre Fernandes  
Rita Lencastre Fernandes  
Inês Lencastre Fernandes  
Maria João Ferreira Pena Chancerelle de Machete de Medeiros Botelho  
Conçalo Vaz de Machete Gago da Câmara do Botelho  
Miguel António de Machete Gago da Câmara do Botelho  
Marta Maria Pena de Machete Contreras do Botelho  
Maria Luísa Pereira Silva Sousa  
João Nuno da Silva e Sousa  
Joana Filipa da Silva e Sousa  
Maria do Carmo Barroso de Oliveira Pais Jorge  
Matilde Barroso de Oliveira Pais Jorge  
Mariana Barroso de Oliveira Pais Jorge  
Maria do Carmo Barroso de Oliveira Pais Jorge

Maria Alice Pereira de Almeida  
Maria José Pereira Marques de Almeida  
Maria João Pereira Marques de Almeida  
Anabela Delgado Courinha e Ramos Simons  
Nídia da Mota Simons  
João Pedro da Mota Simons  
Daniel Hugo Courinha Ramos Simons  
Evanthia Balla  
Ana Catarina H. Simões Marques  
Mariana Balla Pinto Ferreira  
Joana Henriques Simões Marques  
Ana Rita H. Simões Marques  
Francisco Miguel Leal Brasão Antunes  
Ana Margarida Leal Brasão Antunes

**Entidades Associadas:**

Rentipar Seguros, SGPS  
Companhia de Seguros Açoreana  
Espaço Dez  
Banca Pueyo  
Bankpime  
Imobiliária Vegas Altas  
MCO2  
Banco Pecúnia  
SOCIEDADE IMOBILIARIA PIEDADE  
BANIF IMOBILIARIA  
BANIF BANK (MALTA)  
BANCO CABOVERDIANO DE NEGÓCIOS  
BANIF HOLDINGS (MALTA), LTD  
GRUPO BANIF MAIS  
BANIEUROPA HOLDING  
BANIF COMERCIAL-SGPS  
BANIF FINANCE  
BANIF AÇORES, SGPS  
INVESTAÇOR, SGPS  
INVESTAÇOR HÓTEIS  
AÇORTUR  
TUROTEL  
HOTEL PICO  
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc FALL RIVER  
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc SAN JOSÉ  
BANIF CO  
BANIF RENT  
BANCO BANIF BRASIL  
ZACF  
BANIF (CAYMAN)  
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL)  
BANIF GESTÃO DE ACTIVOS (BRASIL)  
BANIF CORRETORA DE VALORES E CAMBIOS  
PITHECIA PARTICIPAÇÕES SA  
LUZIE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE SA  
BETA SECURITIZADORA  
BANIF (BRASIL)  
BANIF INTERN. HOLDINGS Ltd  
BANIF SECURITIES HOLDINGS  
ECONOFINANCE  
BANIF FINANCIAL SERVICES  
BANIF SECURITIES INC.  
BANIF FINANCE (USA) CORP.  
BANIF FORFAITING COMPANY  
BANIF INTERNATIONAL BANK  
BANIF TRADING INC  
GESTARQUIPARK  
BANIFSERV  
BANIF GESTÃO DE ACTIVOS  
BANIF AÇOR PENSÕES  
BANIF CAPITAL  
BANIF FORTUNY  
Banif INTERNATIONAL ASSET MANAGEMENT  
ECOPROGRESSO  
GAMMA  
WIL  
WORLDVILAS  
EUROINVEST LTD  
BANIF US REAL ESTATE  
BANIF MULTIFUND

**Accionistas:**

Rentipar Financeira, SCPS  
Vestiban – Gestão e Investimentos  
Auto-Industrial – Investimentos e Participações, SCPS  
Joaquim Ferreira de Amorim  
Evaesco SCPS  
Jorge Sá  
J. Sá & Filhos, Lda  
Oliveira, Freitas & Ferreira, Lda  
Banif SA

**Outras entidades:**

Renticapital, Investimentos Financeiros, SCPS  
Rentipar Investimentos, SCPS  
Rentipar Industria SCPS  
Rentiglobo, SCPS  
Empresa Madeirense de Tabacos  
SIET Savoy  
VITECAF – Fabrica Rações da Madeira  
RAMA – Rações para Animais  
SODIPRAVE – Soc. Dist. De Produtos Avícolas  
Aviatlântico  
SOIL, SCPS  
Rentimundi – Investimentos Imobiliários  
Mundiglobo – Habitação e Investimentos  
Habiprede – Sociedade de Construções  
Genius – Mediação de Seguros  
Rentimedis – Mediação de Seguros  
Fundo de pensões de colaboradores do Grupo  
Dualimo

46. OUTRAS RESPONSABILIDADES E PASSIVOS CONTINGENTES

À data de 31 de Dezembro existia um processo contra o Banco, o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. e a Banif Gestão de Activos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. cujo montante global ascende a 1.210.217,31 euros. Dada a complexidade do processo, e uma vez que ainda não foi proferida qualquer decisão, não é possível nesta altura efectuar uma estimativa fiável sobre o desfecho do mesmo.

47. RECONCILIAÇÃO DAS CONTAS EM NCA COM AS IAS/IFRS – Descrição das alterações de políticas contabilísticas (conforme disposto na alínea d) do nº 2 da Instrução do Banco de Portugal nº 18/2005)

Caso as demonstrações financeiras individuais da Sociedade fossem elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) apresentariam as seguintes alterações (ver Nota 2.1), relativamente às políticas contabilísticas:

a) Crédito a clientes

As políticas contabilísticas para crédito a clientes, de acordo com as IAS/IFRS, correspondem ao descrito no ponto “Empréstimos e contas a receber” da Nota 2.8.2 com excepção do regime de provisionamento de crédito do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, que é substituído por imparidade determinada de acordo com o modelo descrito abaixo, e da realização de eliminações (write-off), que não são considerados nas contas em base IAS/IFRS, desde a transição em 1 de Janeiro de 2005.

A Sociedade avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade no crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:

- exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e,
- quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito considerada significativa. Para cada cliente a Sociedade avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- situação económico-financeira do cliente;

- exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;
- informações comerciais relativas ao cliente;
- análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;
- as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros estimados de um crédito com garantias reais reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

#### ii) Análise colectiva

Os créditos avaliados numa base colectiva são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua influência sobre o nível de perdas históricas. A Sociedade procede, com uma periodicidade regular, à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de “Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões” acima referida.

#### b) Outros activos tangíveis

Nas contas individuais em base IAS/IFRS, a Sociedade adoptou a opção do justo valor para valorização subsequente dos imóveis de serviço próprio, atendendo que esta foi a opção adoptada nas contas consolidadas do Banif – Grupo Financeiro.

Assim, a política contabilística relativa à valorização subsequente dos imóveis de serviço próprio, descrita na Nota 3.10, seria substituída pela seguinte.

Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subseqüentes amortizações e perdas por imparidade. Os imóveis de serviço próprio da Sociedade são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não difiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se como referência um período de três anos entre reavaliações.

As variações positivas de justo valor são creditadas em reservas de reavaliação, incluídas em capital próprio, excepto e até à medida que essa variação constitua reversão de perdas do mesmo activo reconhecidas em resultados, em que essa variação positiva deve ser reconhecida em resultados.

As variações negativas do justo valor são reconhecidas em resultados, excepto e na medida em que possam ser compensados com reservas de reavaliação positivas existentes para o mesmo activo.

48. Estimativas dos ajustamentos materiais e reconciliação do balanço, demonstração de resultados e demonstração de variações em capitais próprios

As estimativas dos ajustamentos materiais que decorreriam das alterações de políticas contabilísticas, referidas na nota anterior, e a reconciliação do balanço, da demonstração de resultados e da demonstração de variações nos capitais próprios em base NCA para as que resultam da aplicação das IAS/IFRS são apresentados nos quadros seguintes.

RECONCILIAÇÃO do BALANÇO em NCA e IAS/IFRS, em 31 de DEZEMBRO de 2012 e 2011

	31-12-2012			31-12-2011		
	NCA	Ajust.	IFRS	NCA	Ajust.	IFRS
	Valor líquido		Valor líquido	Valor líquido		Valor líquido
	(montantes expressos em milhares Eur)					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.257	-	3.257	1.000	-	1.000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	27.305	-	27.305	34.748	-	34.748
Activos financeiros detidos para negociação	114.790	8	114.798	91.057	56	91.113
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	72.660	-	72.660	110.321	-	110.321
Activos financeiros disponíveis para venda	266.325	-	266.325	243.296	-	243.296
Aplicações em instituições de crédito	12.535	-	12.535	59.457	-	59.457
Crédito a clientes	446.861	(4.919)	441.942	444.778	209	444.987
Investimentos detidos até à maturidade	25.738	-	25.738	39.813	-	39.813
Activos não correntes detidos para venda	7.810	-	7.810	3.273	-	3.273
Outros activos tangíveis	9.463	286	9.749	12.633	-	12.633
Activos intangíveis	3.163	-	3.163	3.528	-	3.528
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjunto	10.131	-	10.131	18.033	-	18.033
Activos por impostos correntes	1.393	-	1.393	3.951	-	3.951
Activos por impostos diferidos	7.996	780	8.775	13.176	(948)	12.228
Outros activos	48.598	-	48.598	23.675	-	23.675
<b>Total do Activo</b>	<b>1.058.025</b>	<b>(3.846)</b>	<b>1.054.179</b>	<b>1.102.738</b>	<b>(683)</b>	<b>1.102.054</b>
Recursos de Bancos Centrais	334.821	-	334.821	313.268	-	313.268
Passivos financeiros detidos para negociação	101.871	-	101.871	75.198	-	75.198
Recursos de outras instituições de crédito	268.958	-	268.958	309.120	-	309.120
Recursos de clientes e outros empréstimos	243.724	-	243.724	276.925	-	276.925
Responsabilidades representadas por títulos	165	-	165	182	-	182
Provisões	3.878	(3.707)	170	4.733	(4.482)	251
Passivos por impostos correntes	219	-	219	2.684	-	2.684
Passivos por impostos diferidos	395	76	471	-	-	-
Outros passivos subordinados	17.472	-	17.472	17.821	-	17.821
Outros passivos	4.049	-	4.049	25.779	-	25.779
<b>Total do Passivo</b>	<b>975.550</b>	<b>(3.632)</b>	<b>971.919</b>	<b>1.025.710</b>	<b>(4.482)</b>	<b>1.021.228</b>
Capital	85.000	-	85.000	85.000	-	85.000
Reservas de reavaliação	1.095	210	1.305	(26.117)	-	(26.117)
Outras reservas e resultados transitados	18.144	3.799	21.943	15.082	7.277	22.359
Resultado do exercício	(21.765)	(4.223)	(25.988)	3.063	(3.478)	(416)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-
<b>Total do Capital</b>	<b>82.474</b>	<b>(214)</b>	<b>82.260</b>	<b>77.027</b>	<b>3.799</b>	<b>80.826</b>
<b>Total do Passivo + Capital</b>	<b>1.058.025</b>	<b>(3.846)</b>	<b>1.054.179</b>	<b>1.102.738</b>	<b>(683)</b>	<b>1.102.054</b>

RECONCILIAÇÃO da DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS em NCA e IAS/IFRS, em 31 de DEZEMBRO de 2012 e 2011

	31-12-2012			31-12-2011		
	NCA	Ajust.	IFRS	NCA	Ajust.	IFRS
	Valor líquido		Valor líquido	valor líquido		valor líquido
Juros e rendimentos similares	46.129	-	46.129	50.418	-	50.418
Juros e encargos similares	33.948	-	33.948	41.010	-	41.010
<b>Margem financeira</b>	<b>12.181</b>	<b>-</b>	<b>12.181</b>	<b>9.408</b>	<b>-</b>	<b>9.408</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	709	-	709	892	-	892
Rendimentos de serviços e comissões	7.546	-	7.546	8.498	-	8.498
Encargos com serviços e comissões	(747)	-	(747)	(583)	-	(583)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(7.008)	-	(7.008)	1.968	-	1.968
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(2.079)	-	(2.079)	(1.894)	-	(1.894)
Resultados de reavaliação cambial	(1.854)	-	(1.854)	4.860	-	4.860
Resultados de alienação de outros activos	(410)	-	(410)	(1)	-	(1)
Outros resultados de exploração	7	-	7	(534)	-	(534)
<b>Produto bancário</b>	<b>8.344</b>	<b>-</b>	<b>8.344</b>	<b>22.613</b>	<b>-</b>	<b>22.613</b>
Custos com pessoal	(5.431)	-	(5.431)	(7.398)	-	(7.398)
Castos gerais administrativos	(5.793)	-	(5.793)	(6.584)	-	(6.584)
Amortizações do exercício	(1.307)	-	(1.307)	(1.310)	-	(1.310)
Provisões líquidas de reposições e anulações	839	(872)	(33)	(511)	600	89
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(5.072)	(4.825)	(9.897)	(1.690)	(5.205)	(6.895)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	0	-	0	0	-	0
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(12.780)	(48)	(12.829)	26	(127)	(101)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(4.055)	-	(4.055)	(68)	-	(68)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(25.254)</b>	<b>(5.746)</b>	<b>(31.000)</b>	<b>5.078</b>	<b>(4.732)</b>	<b>346</b>
Impostos	3.489	1.523	5.012	(2.015)	1.254	(761)
Correntes	(746)	-	(746)	(3.198)	-	(3.198)
Diferidos	4.236	1.523	5.758	1.183	1.254	2.437
<b>Resultado após impostos</b>	<b>(21.765)</b>	<b>(4.223)</b>	<b>(25.988)</b>	<b>3.063</b>	<b>(3.478)</b>	<b>(416)</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(21.765)</b>	<b>(4.223)</b>	<b>(25.988)</b>	<b>3.063</b>	<b>(3.478)</b>	<b>(416)</b>

RECONCILIAÇÃO das DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS em NCA e IAS/IFRS, em 31 de DEZEMBRO de 2012 e 2011

	(montantes expressos em milhares Eur)				
	Capital	Reservas de Reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
Saldos em 31-12-2012 - NCA	85.000	1.095	18.144	(21.765)	82.474
Imparidade de crédito	-	-	-	-	-
- Ajustamento face às provisões regulamentares	-	-	2.545	(5.746)	(3.201)
- Impostos diferidos	-	-	1.254	1.523	2.777
Valorização imóveis de serviço próprio	-	-	-	-	-
- Aplicação do justo valor	-	286	-	-	286
- Correção amortizações	-	-	-	-	-
- Impostos diferidos	-	(76)	-	-	(76)
<b>Saldos em 31-12-2012 - IFRS</b>	<b>85.000</b>	<b>1.305</b>	<b>21.942</b>	<b>(25.988)</b>	<b>82.260</b>
Saldos em 31-12-2011 - NCA	85.000	(26.117)	15.082	3.063	77.028
Imparidade de crédito	-	-	-	-	-
- Ajustamento face às provisões regulamentares	-	-	7.277	(4.733)	2.545
- Impostos diferidos	-	-	-	1.254	1.254
Valorização imóveis de serviço próprio	-	-	-	-	-
- Aplicação do justo valor	-	-	-	-	-
- Correção amortizações	-	-	-	-	-
- Impostos diferidos	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31-12-2011 - IFRS</b>	<b>85.000</b>	<b>(26.117)</b>	<b>22.359</b>	<b>(415)</b>	<b>80.827</b>

49. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2012, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Ministério das Finanças deu o seu acordo à participação do Estado na operação de recapitalização do Banif.

No seguimento deste acordo em Assembleia Geral, de 16 de Janeiro de 2013, foram aprovadas todas as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, nomeadamente:

1. Foi deliberado, designadamente, aprovar que o reforço de capitalização do BANIF incluía o acesso a investimento público, nos termos da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, e, nesse contexto, aprovar o PLANO DE RECAPITALIZAÇÃO do Banif e os compromissos e obrigações conexos, incluindo as operações de aumento de capital previstas para as primeira e segunda fases da operação de recapitalização (ambas integrantes do PLANO DE RECAPITALIZAÇÃO). Foi ainda deliberado conferir mandato ao Conselho de Administração para todos os actos ou diligências tendentes à concretização e desenvolvimento das medidas de concretização do PLANO DE RECAPITALIZAÇÃO, bem como para o seu eventual ajustamento, em conformidade com o despacho ministerial de aprovação referido no artigo 13.º da Lei n.º 63-A/2008 de 24 de Novembro;
2. Foi deliberado aprovar a alteração do artigo 5.º dos Estatutos da Sociedade, introduzindo um novo número 1A nos seguintes termos: “1A. Após a injeção dos fundos públicos correspondentes à primeira fase da operação de recapitalização, aprovada pela Assembleia Geral em 16 de Janeiro de 2013, o Conselho de Administração deve deliberar aumentar o capital social da sociedade em EUR 450.000.000, a realizar por entradas em dinheiro até 30 de Junho de 2013 através de um ou mais aumentos de capital”.

Em 21 de Janeiro de 2013, a Comissão Europeia autorizou temporariamente a recapitalização concedida por Portugal ao Banif por motivos de estabilidade financeira. Portugal comprometeu-se a apresentar um plano de reestruturação de grande envergadura para o Banif até 31 de Março de 2013. A Comissão tomará a decisão definitiva sobre a compatibilidade da injeção de capital com as regras em matéria de auxílios estatais da União Europeia após a avaliação das medidas de reestruturação propostas por Portugal.

O plano de reestruturação previsto acima deve prever uma importante revisão do modelo de negócios, o que implica a adopção de medidas de reestruturação em profundidade, uma considerável redução das actividades e um enfoque geográfico limitado no futuro.

Em 25 de Janeiro de 2013, em execução do plano de recapitalização aprovado na assembleia geral de accionistas de 16 de Janeiro de 2013, o Estado subscreveu:

- a) O aumento de capital social do Banif, por entrada em dinheiro, com supressão do direito de preferência, reservado ao Estado, no montante de Eur 700.000.000,00, através da emissão de 70.000.000.000 de novas acções representativas do capital social do Banif (acções especiais), com valor de emissão unitário de Eur 0,01;
- b) A emissão de instrumentos subordinados e convertíveis, qualificados como capital *core tier 1* no valor total de Eur 400.000.000,00.

Em consequência da operação supra em a), o capital social do Banif passou a ser de Eur 1.270.000.000,00.

A Sociedade está igualmente envolvida em contactos com a Comissão Europeia no sentido de submeter o plano de reestruturação definitivo, que está elaborado sobre o plano inicialmente apresentado às autoridades nacionais e que permitiu a recapitalização por parte do Estado Português.

#### 50. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade do Banco cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2012 e que o Banco não adoptou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

##### **IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)**

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

*As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de junho de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.*

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras do Banco

### **IFRS 7 (Emenda) Compensação de activos financeiros e passivos financeiros**

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

*As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. Contudo se a entidade decidir aplicar antecipadamente a IAS 32 Compensação de activos financeiros e passivos financeiros deve aplicar conjuntamente as divulgações previstas na IFRS 7.*

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras do Banco.

### **IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades**

A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.

*Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.*

Da aplicação desta Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras do Banco

### **IFRS 13 Mensuração do justo valor**

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece

uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração”.

*Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, a aplicação antecipada permitida desde que divulgada. A aplicação é prospectiva.*

Da aplicação desta Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras do Banco

### **IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de activos financeiros e passivos financeiros)**

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um activo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver actualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da actividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

*Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de activos financeiros e passivos financeiros.*

Da aplicação desta clarificação à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras do Banco

Ainda não endossadas pela UE:

### **IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)**

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Ativos Financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor com as respectivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas)

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas exceto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

*Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.*

Da aplicação desta Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras do Banco.

### **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011**

*Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, o IASB emitiu seis emendas a cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:*

#### **IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras**

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

#### **IAS 32 Instrumentos financeiros**

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resultem de distribuições a acionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

**IAS 34 Relato financeiro intercalar**

Clarifica que os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de activos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos.

De acordo com esta emenda, o total de activos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos gerentes de segmento.

*As melhorias às IFRS são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podem ser aplicadas antecipadamente desde que devidamente divulgadas. A aplicação é retrospectiva.*

Da aplicação das melhorias às Normas não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## 09

## OUTRAS INFORMAÇÕES

## Informação nos termos do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Informação sobre as acções e obrigações previstas no art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, com referência a 31 de Dezembro de 2012, incluindo o movimento de acções e obrigações realizado durante o respectivo exercício.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Luis Filipe Marques Amado

**Não é titular**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com este estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Jorge Humberto Correia Tomé

Era titular de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, e 1 acção do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA (as duas acções preferenciais sem direito de voto).

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com este estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

Era titular de 1 acção do, de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, e Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA.

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com este estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes

A FN Participações, SCPS, SA, sociedade por si detida, era titular de 1.836.504 acções e 1.820.000 VMOC do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com este estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida

Era titular de de 24.807 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com este estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques

Era titular de 50 obrigações subordinadas Fin Sub 3% Dez 19 e 3 obrigações subordinadas Banif 2009/2019 Subordinadas.

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com este estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal

Era titular de 1 acção preferencial sem direito de voto do Banif Banco de Investimento (Brasil), e ainda de 1 acção da Banif Gestão de Activos (Brasil) SA, e de 1 acção da Beta Securitizadora SA, (ambas ordinárias com direito a voto).

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com este estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira

**Não é titular**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com este estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho

**Não é titular**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com este estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

## CONSELHO FISCAL

Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida

Pessoalmente, era titular de 213.847 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

A sociedade Quinta do Sourinho – Agricultura e Turismo, Lda, integralmente detida pelo próprio e pelas pessoas previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, era titular de 220.238 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dra.Teresa Lucinda Camoesas Castelo

**Não é titular**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos

financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com este estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Rui Manuel Braga de Almeida

**Pessoalmente**, era titular de 2.468 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

A seguir se informa sobre as acções e obrigações de sociedades do Banif - Grupo Financeiro transaccionadas e/ou detidas durante o exercício em apreço, por sociedades do mesmo Grupo (exceptuando acções da Banif SCPS, SA, identificadas no ponto 3 infra, em quadro próprio).

(Valores em Euros, excepto quando indicada outra moeda)

**Banif – Banco Internacional do Funchal, SA**

Valores Mobiliários	Movimentos				Posição 31/12/2012	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Investador SCPS, SA					1.183.900	7.595.477,38
Quota Espaço Dez					1	0
Acções Banif – Banco de Investimento, SA					17.000.000	86.878.624,84
Acções Banif (Cayman), Ltd					26.000.000	17.112.064,18
Acções Banif Securities Holding, Ltd					2.108	0
Acções Banif International Bank, Ltd					25.000.000	15.891.457,36
Acções Banif (Cayman), Ltd					120.000	0
Acções Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA					208.853.246	26.607.367,96
Acções Banif International Holdings					15.008.874	0,00
Acções Banif Mais, SCPS, SA					17.500.000	216.741.739,51
Acções Banif Rent					60.000	0
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA					298.676.122	25.801.609,89
Acções Banco Banif Mais, SA					1.000.000	1.223.847,10
Acções Banif - Imobiliária, SA					16.000.000	123.743.824,68
Acções Rentipar Seguros, SCPS, SA					12.930.529	72.243.800,49
Acções Banco Caboverdiano de Negócios, SA					465.182	5.129.647,00
Acções Banif Bank Malta PLC					25.500.000,00	25.500.000,00
Acções Banca Pueyo, SA					9.996.000	34.569.833,20
Banif Holding (Malta) PLC					9.991.998	0
Acções Imobiliária Vegas					669	2.499.632,58
Habiprede, SA					5.000	1.250.000,00
<b>Acções Preferenciais:</b>						
Acções Pref Banif Finance FLT PRP	Entrada	22-03-2012	12	12.000		
	Entrada	03-05-2012	10	10.000		
	Entrada	15-05-2012	5	5.000		
	Entrada	04-06-2012	40	40.000	1.244	1.244.000
Acções Pref Banif Finance 2009 USD					29	13.188
<b>Obrigações Não Residentes:</b>						
Obrigações Banif Finance Sub Dez 19	Entrada	27-01-2012	75.000	75.000		
	Saída	30-03-2012	50.000	50.000		
	Entrada	18-05-2012	69.000	69.000	186.000	139.206
Obrigações Banif Finance Sub Dez 14					500.000	438.336

(continuação)

<b>Obrigações Residentes:</b>							
Obrigações Banif 05/15 (ex-Leasing)						6.000.000	6.081.360
Obrigações INV.TX VR 2016						15.000.000	15.001.224
Obrigações Rentipar 2008/2012	Entrada	15-03-2012	135.000	135.000			
	Entrada	30-03-2012	5.000	5.000			
	Saída	25-05-2012	1.455.000	1.455.000			
	Entrada	09-07-2012	2.500	2.500			
	Entrada	11-07-2012	2.500	2.500			
	Saída	29-08-2012	2.500	2.500			
	Reembolso	28-09-2012	12.480.000	12.480.000		0	0
Obrigações Açoreana TX VR DEZ 17	Entrada	02-01-2012	88.000	88.000			
	Entrada	13-02-2012	90.000	90.000			
	Entrada	21-06-2012	200.000	200.000			
	Fusão Banif SCPS, SA	31-12-2012	950.000	950.000		3.175.000	3.176.873
Rentipar Seguros 2015	Entrada	30-03-2012	5.000.000	5.000.000			
	Saída	02-04-2012	5.000.000	5.000.000			
	Fusão Banif SCPS, SA	31-12-2012	4.000.000	4.000.000		28.500.000	28.710.583
Obrigações Banif Banco Inv. Sub. Perp.	Entrada	22-03-2012	150.000	150.000			
	Entrada	11-06-2012	434.000	434.000		726.000	648.217
Obrigações Açoreana Sub. Perp.	Entrada	30-03-2012	8.000.000	8.000.000			
	Reembolso	31-12-2012	8.000.000	8.000.000		0	0
Rentipar Inv. 2011/13	Entrada	12-12-2012	50.000	50.000		50.000	50.000
<b>Fundos Residentes</b>							
Infrainvest FEIA	Entrada	30-03-2012	68.647	2.832.100		129.627	4.601.370
Banif Imopredial	Entrada	31-01-2012	1.336.728	9.999.995			
	Entrada	28-02-2012	668.297	4.999.998			
	Entrada	31-03-2012	1.002.981	7.499.996			
	Entrada	30-04-2012	603.938	4.499.993			
	Entrada	31-05-2012	268.506	1.999.994			
	Entrada	30-06-2012	1.605.513	11.949.988			
	Entrada	31-07-2012	914.076	6.800.000			
	Entrada	30-09-2012	540.606	3.999.998		6.940.645	48.957.922
<b>Fundos Residentes</b>							
Fundo de Capital de Risco Capven						150	145.759
Banif Renda Habitação	Entrada	31-12-2012	95.180	97.101.873		95.180	97.096.602
Banif Property FEIF	Fusão Banif SCPS, SA	31-12-2012	18.765	18.765.000		18.765	18.765.000

## Banif International Asset Management

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2012
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif Multifund, Ltd					100 USD

## Numberone, SGPS, Lda

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor em 31/12/2012
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif Finance, Ltd.					99.000 / 68.721,38 EUR

## Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS					
	Posição 31-12-2012	Operação	Data	Quantidade	Valor	Moeda
Obrigações BANIF 08/18 CX SUB PTBAFOX0003	0	Venda	28-12-2012	507.000,00	507.000,00	EUR
Obrigações CX BCA 2007/2017 PTBCAIXE0004	0	Venda	28-12-2012	612.800,00	585.224,00	EUR
Obrigações CX BCA 2007/2017 PTBCAFXE0007	0	Venda	28-12-2012	1.488.250,00	1.488.250,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ14 XS0208463306	0	Venda	18-06-2012	650.000,00	542.750,00	EUR
Acções BANIF FIN ACC PRF 07 XS0337503154	0	Venda	20-12-2012	3.661	3.093.545,00	EUR
Acções BANIF FIN ACC PRF 09 XS0433814158	0	Venda	20-12-2012	683	683.000,00	USD
Acções BANIF FIN ACC PRF 09 XS0433827994	0	Venda	20-12-2012	7.173	7.173.000,00	EUR
Acções BANIF FIN ACC PRF 08 XS0407145886	0	Venda	20-12-2012	25.000	20.000.000,00	EUR
Acções BANIF FIN ACC PRF 08 XS0406452929	0	Compra	22-06-2012	15.000	15.000.000,00	USD
		Compra	27-06-2012	20.000	20.000.000,00	USD
		Venda	20-12-2012	35.000	35.000.000,00	USD
Acções BANIF FIN ACC PRF 08 XS0406452689	0	Compra	27-06-2012	20.000	20.000.000,00	EUR
		Venda	20-12-2012	20.000	20.000.000,00	EUR

(continuação)

Obrigações BANIF FIN 5% USD JAN 14 XS0804318482	0	Subscrição	30-07-2012	55.000.000,00	55.000.000,00	USD
		Venda	30-07-2012	43.517.000,00	43.517.000,00	USD
		Venda	31-07-2012	1.556.000,00	1.556.000,00	USD
		Venda	01-08-2012	2.332.000,00	2.332.000,00	USD
		Venda	03-08-2012	518.000,00	518.000,00	USD
		Venda	07-08-2012	631.000,00	631.000,00	USD
		Venda	08-08-2012	552.000,00	552.000,00	USD
		Venda	14-08-2012	38.000,00	38.000,00	USD
		Venda	16-08-2012	193.000,00	193.000,00	USD
		Venda	21-08-2012	113.000,00	113.000,00	USD
		Venda	23-08-2012	277.000,00	277.000,00	USD
		Venda	28-08-2012	350.000,00	350.000,00	USD
		Venda	01-09-2012	17.000,00	17.000,00	USD
		Venda	03-09-2012	477.000,00	477.000,00	USD
		Venda	04-09-2012	317.000,00	317.000,00	USD
		Venda	06-09-2012	15.000,00	15.000,00	USD
		Venda	17-09-2012	88.000,00	88.000,00	USD
		Venda	01-10-2012	101.000,00	101.000,00	USD
		Venda	03-10-2012	40.000,00	40.000,00	USD
		Venda	17-10-2012	694.000,00	694.000,00	USD
		Venda	18-10-2012	140.000,00	140.000,00	USD
		Venda	23-10-2012	227.000,00	227.000,00	USD
		Venda	26-10-2012	205.000,00	205.000,00	USD
		Venda	05-11-2012	55.000,00	55.000,00	USD
		Venda	13-11-2012	217.000,00	217.000,00	USD
		Venda	06-12-2012	2.230.000,00	2.230.000,00	USD
		Venda	28-12-2012	100.000,00	100.000,00	USD

(continuação)

Obrigações BANIF FIN 5,75% EUR JAN 14 XS0804318136	0	Subscrição	30-07-2012	55.000.000,00	55.000.000,00	EUR
		Venda	30-07-2012	39.451.000,00	39.451.000,00	EUR
		Venda	31-07-2012	3.958.000,00	3.958.000,00	EUR
		Venda	01-08-2012	1.565.000,00	1.565.000,00	EUR
		Venda	02-08-2012	196.000,00	196.000,00	EUR
		Venda	03-08-2012	327.000,00	327.000,00	EUR
		Venda	06-08-2012	20.000,00	20.000,00	EUR
		Venda	07-08-2012	204.000,00	204.000,00	EUR
		Venda	08-08-2012	123.000,00	123.000,00	EUR
		Venda	09-08-2012	112.000,00	112.000,00	EUR
		Venda	10-08-2012	60.000,00	60.000,00	EUR
		Venda	13-08-2012	222.000,00	222.000,00	EUR
		Venda	14-08-2012	422.000,00	422.000,00	EUR
		Venda	16-08-2012	138.000,00	138.000,00	EUR
		Venda	17-08-2012	8.000,00	8.000,00	EUR
		Venda	21-08-2012	87.000,00	87.000,00	EUR
		Venda	24-08-2012	40.000,00	40.000,00	EUR
		Venda	28-08-2012	22.000,00	22.000,00	EUR
		Venda	30-08-2012	121.000,00	121.000,00	EUR
		Venda	31-08-2012	100.000,00	100.000,00	EUR
		Venda	03-09-2012	472.000,00	472.000,00	EUR
		Venda	04-09-2012	137.000,00	137.000,00	EUR
		Venda	05-09-2012	93.000,00	93.000,00	EUR
		Venda	06-09-2012	186.000,00	186.000,00	EUR
		Venda	07-09-2012	330.000,00	330.000,00	EUR
		Venda	10-09-2012	290.000,00	290.000,00	EUR
		Venda	12-09-2012	60.000,00	60.000,00	EUR
		Venda	17-09-2012	167.000,00	167.000,00	EUR
		Venda	27-09-2012	10.000,00	10.000,00	EUR
		Venda	28-09-2012	275.000,00	275.000,00	EUR
		Venda	01-10-2012	836.000,00	836.000,00	EUR
		Venda	02-10-2012	320.000,00	320.000,00	EUR
		Venda	03-10-2012	49.000,00	49.000,00	EUR
		Venda	04-10-2012	60.000,00	60.000,00	EUR
		Venda	08-10-2012	150.000,00	150.000,00	EUR
		Venda	09-10-2012	140.000,00	140.000,00	EUR
		Venda	10-10-2012	600.000,00	600.000,00	EUR
		Venda	17-10-2012	125.000,00	125.000,00	EUR
		Venda	18-10-2012	80.000,00	80.000,00	EUR
		Venda	19-10-2012	39.000,00	39.000,00	EUR
		Venda	22-10-2012	811.000,00	811.000,00	EUR
		Venda	23-10-2012	153.000,00	153.000,00	EUR
		Venda	24-10-2012	160.000,00	160.000,00	EUR
		Venda	25-10-2012	16.000,00	16.000,00	EURS
		Venda	29-10-2012	70.000,00	70.000,00	EUR
		Venda	31-10-2012	29.000,00	29.000,00	EUR
		Venda	02-11-2012	100.000,00	100.000,00	EUR
		Venda	05-11-2012	66.000,00	66.000,00	EUR
		Venda	06-11-2012	250.000,00	250.000,00	EUR
		Venda	09-11-2012	150.000,00	150.000,00	EUR
		Venda	27-11-2012	1.600.000,00	1.600.000,00	EUR

(continuação)

Obrigações BANIF CAYMAN 10,1% 29 DEZ 2014 CYM63030200A	0	Compra	22-06-2012	116.000,00	116.000,00	USD
		Saída	29-06-2012	116.000,00	0	USD
Obrigações BANIF CAYMAN 14% DEZ 2018 CYM63040200A	0	Compra	28-06-2012	20.000.000,00	20.000.000,00	USD
		Saída	29-06-2012	20.000.000,00	0	USD
Obrigações BANIF CAYMAN 14% DEZ 2014 CYM63050200A	0	Compra	28-06-2012	21.100.000,00	21.100.000,00	USD
		Saída	29-06-2012	21.100.000,00	0	USD
Obrigações BANIF CAYMAN 6,75% 29 DEZ 2014 CYM63060200A	0	Compra	09-04-2012	1.267.000,00	1.267.000,00	USD
		Venda	10-04-2012	237.000,00	237.000,00	USD
		Venda	10-04-2012	115.000,00	115.000,00	USD
		Venda	10-04-2012	43.000,00	43.000,00	USD
		Venda	10-04-2012	300.000,00	300.000,00	USD
		Venda	10-04-2012	63.000,00	63.000,00	USD
		Venda	16-04-2012	269.000,00	269.000,00	USD
		Transf. Interna	22-06-2012	165.000,00	0	USD
		Entrada Call option	29-06-2012	369.000,00	369.000,00	USD

## Banif International Bank, Ltd (Bahamas)

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS					Moeda
	Posição 31-12-2012	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Obrigações BANIF FIN 5% USD JAN14 XS0804318482	100.000,00	Compra	28-12-012	100.000,00	37.788,27	USD
Obrigações BANIF CX SUBOR. 2008/2018 PTBAFOX0003	507.000,00	Compra	28-12-012	507.000,00	507.000,00	EUR
Obrigações BCA CX SUBORD. 2007/2017 PTBCAIXE0004	612.800,00	Compra	28-12-012	612.800,00	585.224,00	EUR
Obrigações BCA CX SUBORD. 2006/2016 PTBCAFXE0007	1.488.250,00	Compra	28-12-012	1.488.250,00	1.488.250,00	EUR
Obrigações BANIF PRIMUS DEZ14	5.720.000,00	Transf. Externa	31-12-2012	5.720.000,00	0,00	USD

## Banif Bank (Malta) PLC

VALORES MOBILIÁRIO	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/12	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações BANIF INT.FUNC.3,25% MAI12 PTBAFPOE0003	Reembolso Final	08-05-2012	10.000.000	10.000.000,00	0	0
OBRIGAÇÕES BANIF FIN FLT MAI12 XS0300795746	Reembolso Final	22-05-2012	4.000.000	4.000.000,00	0	0
OBRIGAÇÕES BANIF FIN 6% NOV 13 XS0568463367					271.000	271.000,00
Obrigações BANIF FIN 5% NOV 13 XS0568466030					9.196.000	USD 1,564.000

## Banif Finance Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/12	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Banif SFE 09 FIT PRP					10.000	10.000.000,00
Obrigações BIB 6,5% PERP					10.000	10.000.000,00

**Banif Mais - SGPS, SA**

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/12	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banco Banif Mais, SA					100.000.000	100.000.000,00
Acções Tecnigrédico ALD – Aluguer de Automóveis, SA	Venda	02-04-2012	200.000	1.998.196,85	0	
Quotas Margem – Mediação de Seguros, Lda.					3	6.234,97
Acções TCC Investments Luxembourg SARL					100	12.500,00

**Banco Banif Mais, SA**

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/12	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Plus Bank Zártkoruen Mukodo Reszvenytársaság					1.500.000	3.000.000.000 HUF
Obrigações BMORE 4 Class E	Amortização Total	20-05-2012	757.224,60	757.224,60	0	
Obrigações BMORE 5 Class B	Amortização Parcial Amortização Total	20-08-2012 20-11-2012	3.261.309,45 5.162.503,61	3.261.309,45 5.162.503,61	0	
Acções TCC Investments Luxembourg SARL					900	112.500,00
Banco Mais, SA 3Y Floating Rate Government Guaranteed Notes					250	25.000.000,00
Obrigações de Caixa Subordinadas – Banif Leasing, SA 2005 / 2015					6.000	6.000.000,00
Obrigações Atlantes Finance 3 Class C	Amortização Total	01-04-2012	1	6.125.173,00	0	
Obrigações Atlantes Finance 4 Class D					69,02	6.901.526,75
Acções Tecnigrédico ALD – Aluguer de Automóveis, SA	Compra Venda	02-04-2012 29-06-2012	200.000 200.000	1.998.196,85 1.998.196,85	0	
Obrigações Atlantes Finance 4 Class B					113	11.257.539,77
Obrigações Atlantes Finance 4 Class C					206	20.574.124,40
Obrigações Atlantes Finance 5 Class B	Investimento Financeiro	16-07-2012	165	16.500.000,00	165	16.500.000,00
Obrigações Atlantes Finance 5 Class C	Investimento Financeiro	16-07-2012	41	4.100.000,00	41	4.100.000,00

**TCC Investments Luxembourg, SARL**

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/12	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações BMORE 4 Class D	Amortização Parcial Amortização Parcial Amortização Parcial Amortização Parcial	20-02-2012 21-05-2012 20-08-2012 20-11-2012		786.693,18 889.923,31 347.409,87 304.542,25	11,12	556.000,00
Obrigações BMORE 4 Classe E	Amortização Total	20-05-2012	300.052,71	300.052,71	0	
Obrigações BMORE 5 Class C	Amortização Parcial	20-08-2012	217.420,63	217.420,63		
	Amortização Parcial	20-11-2012	344.166,91	344.166,91	2.188.412,46	2.188.412,46

## Banif - Banco de Investimento, S.A.

Valor Mobiliário	Movimentos				Quantidade / valor nominal em 31/12/2012
	Tipo de Transacção	Data	Quantidade	Valor	
Banif Gestão de Activos, SA					400.000
Banif Açor Pensões, SA	Aquisição	02-03-2012	10.000	106.800	209.000
Banif Capital, SA					150.000
Gamma STC, SA					50.000
Banif International Asset Management					50.000
WORLDVILAS - SOC.IMOBILILARIA, LDA.	Aquisição	01-03-2012	250	435	250
Accções Banif SCPS	Aquisição	26-01-2012	5.000	1.490	
	Alienação	07-02-2012	5.000	1.595	
	Aquisição	08-02-2012	25.000	8.745	
	Alienação	08-02-2012	25.000	9.115	
	Alienação	09-02-2012	20.000	6.836	
	Aquisição	10-02-2012	20.000	6.678	
	Aquisição	12-03-2012	1.413	439	
	Alienação	13-03-2012	1.413	445	
	Aquisição	16-03-2012	5.000	1.525	
	Aquisição	11-04-2012	3.622	906	
	Alienação	11-04-2012	3.622	942	
	Aquisição	18-04-2012	1.000	190	
	Alienação	19-04-2012	1.000	200	
	Aquisição	01-06-2012	5.000	500	
	Alienação	02-07-2012	23.000	2.760	
	Alienação	04-07-2012	10.000	1.200	
	Alienação	07-09-2012	2.500	475	
	Alienação	10-09-2012	2.500	475	
	Alienação	14-09-2012	15.000	3.150	
	Alienação	17-09-2012	10.800	2.276	
	Alienação	18-09-2012	10.000	2.100	
	Alienação	19-09-2012	10.000	2.100	
	Alienação	21-09-2012	20.000	4.100	
	Alienação	25-09-2012	15.173	2.857	
	Alienação	26-09-2012	3.173	562	
	Alienação	27-09-2012	5.000	890	
	Aquisição	04-10-2012	821.951	132.334	
	Alienação	08-10-2012	5.000	920	
	Fusão por Incorporação (Levantamento)	20-12-2012	821.951	132.334	
	Fusão por Incorporação (Levantamento)	20-12-2012	30.000	13.547	0

(continuação)

Acções Banif SA	Fusão por	20-12-2012	821.951	132.334	
	Fusão por	20-12-2012	30.000	13.547	851.951
Banif Imobiliária, SA					6.400.000
Euro Invest 12/29/49					110.000
Banif Finance 2004 F/R PERP	Aquisição	24-04-2012	5.166.000	1.394.820	
	Alienação	24-04-2012	5.166.000	1.394.820	
	Aquisição	09-05-2012	655.000	176.850	
	Alienação	22-05-2012	655.000	176.850	0
Banif Finance 2006 F/R PERP S-	Aquisição	19-03-2012	550.000	247.500	
	Alienação	28-03-2012	550.000	247.500	0
Banif Banco de Investimento	Aquisição	05-01-2012	16.000	8.000	
	Aquisição	09-01-2012	40.000	20.000	
	Aquisição	13-01-2012	190.000	95.000	
	Aquisição	16-01-2012	100.000	50.000	2.465.000
Banif SA 2008 - 2018					10.000
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Alienação	31-01-2012	200.000	199.381	
	Reembolso	26-03-2012	1.415.000	1.415.000	0
Banif SCPS 2009-2012	Reembolso	08-05-2012	48.186.000	48.186.000	0
Atlantes 2011 - 1 A	Aquisição	18-04-2012	50.000.000	47.075.000	
	Alienação	18-04-2012	50.000.000	47.075.000	0

# 10

## RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO EBA RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

O Banco de Portugal, através da Carta-Circular nº 58/2009/DSB, de 5/8/2009, reiterou a necessidade de continuar a ser dado cumprimento às recomendações do Financial Stability Fórum (FSF) e da European Banking Authority (EBA), entidade oficialmente criada a partir de 1 de Janeiro de 2011 e que assumiu todas as tarefas e responsabilidade do Committee of European Banking Supervisors (CEBS), relativas à transparência da informação e à valorização de activos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade constante das Carta-Circular nº 46/08/DSBDR, de 15/7/2008, e Carta-Circular nº 97/2008/DSB, 3/12/2008.

### I. Modelo de Negócio

#### 1. *Descrição do modelo de negócio*

O modelo de negócio do Grupo encontra-se pormenorizadamente descrito no capítulo 03. RELATÓRIO DE GESTÃO.

#### 2. *Descrição das estratégias e objectivos*

As estratégias e objectivos do Grupo encontram-se descritos no capítulo 03. RELATÓRIO DE GESTÃO

#### 3. *Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio*

As actividades desenvolvidas pelo Grupo e respectiva contribuição para o negócio encontram-se pormenorizadamente descritas no capítulo 03. RELATÓRIO DE GESTÃO.

#### 4. *Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos / investimentos devem cumprir.*

O tipo de actividades desenvolvidas, instrumentos e produtos/investimentos encontram-se pormenorizadamente descritos no capítulo 03. RELATÓRIO DE GESTÃO.

*5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida.*

Os objectivos e envolvimento da instituição relativamente a cada actividade desenvolvida encontram-se descritos no capítulo 03. RELATÓRIO DE GESTÃO.

**II. Riscos e Gestão dos Riscos**

*6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados.*

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados encontram-se pormenorizadamente descritos na nota “37.Riscos de Instrumentos Financeiros e não Financeiros do anexo às Demonstrações Financeiras Individuais.

*7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas.*

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados encontram-se pormenorizadamente descritos na nota “37.Riscos de Instrumentos Financeiros e não Financeiros do anexo às Demonstrações Financeiras Individuais.

**III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados**

*8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados.*

Descrição apresentada no ponto seguinte.

*9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS).*

No mapa seguinte são apresentados os valores registados em resultados (potenciais e realizados) e em reservas por tipo de produto definido, nomeadamente: *commercial mortgage-backed securities* (CMBS), *residential mortgage-backed securities* (RMBS), *collateralised debt obligations* (CDO) e *asset-backed securities* (ABS), para os períodos em referência.

(valores em euros)

Tipo Produto	31-12-11			31-12-12		
	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	Reservas	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	Reservas
ABS	0	492.974	0	0	0	0
CDO	0	-501.000	0	0	0	0
CLO	829.628	1.046.929	607.447	-840.500	0	-25.297
CMBS	-704.065	13.096	154.500	-1.382.046	0	-2.350
RMBS	-267.599	255.653	14.909	113.028	-195.496	-229.972
Grand Total	-142.036	1.307.652	776.856	-2.109.518	-195.496	-257.620

### *10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido.*

As perdas no mercado americano de crédito hipotecário *sub-prime* foram o principal factor que despoletou a crise iniciada no Verão de 2007, a qual se traduziu num acentuado alargamento dos spreads e redução generalizada da liquidez no mercado, com fortes perdas a fazerem-se sentir, em particular, nas estruturas complexas de activos. A aversão ao risco dos investidores cresceu substancialmente, manifestando-se numa enorme relutância em transaccionar todo o tipo de instrumentos estruturados - o mercado tornou-se ilíquido -, fazendo aumentar a pressão sobre os respectivos preços de mercado. O colapso da Lehman Brothers em Setembro de 2008 veio agravar ainda mais a situação, despoletando uma crise ímpar no sector financeiro, com particular impacto na vertente de liquidez, traduzindo-se num contínuo agravamento dos *spreads* de crédito e níveis históricos de aversão ao risco por parte dos investidores, com especial impacto nos activos do sector financeiro e de maior complexidade, entre os quais, os produtos estruturados ou activos de securitização.

Ao nível do Banif - Banco de Investimento (BBI), um dos principais impactos resultantes da turbulência sofrida nos mercados financeiros adveio, desta forma, do risco de mercado inerente às exposições em produtos estruturados, reavaliados integralmente *marked-to-market* até à primeira metade de 2008, o que se reflectiu em fortes desvalorizações nesta classe de activos, com impacto negativo ao nível dos resultados e dos capitais próprios do Grupo.

#### **Os primeiros anos pós-crise**

Em 2009, assistiu-se de forma global a uma forte recuperação do mercado dos produtos estruturados, nomeadamente no segmento dos CDOs. Não obstante os quatro primeiros meses adormecidos, estes produtos registaram elevados volumes de transacção no mercado secundário no conjunto do ano, com uma queda acentuada dos spreads a partir de Maio. As taxas de default nos CLOs que vinha a aumentar continuamente desde 2008 até aos primeiros meses de 2009, registaram posteriormente uma redução gradual. Reflectindo um impressionante *rally* durante o ano, especialmente a partir da segunda metade, a maior parte de activos resultantes de securitizações ofereceu em 2009 um retorno muito superior ao investimento em obrigações *Investment Grade*.

O ano de 2010 foi também de recuperação transversal às várias classes de activos de securitização, quer em termos absolutos como relativos, embora com ritmos díspares entre os vários tipos de produtos. Nos ABS americanos de financiamento ao consumo, os mercados voltaram quase para os níveis pré-crise em termos de spreads e novas emissões, os preços dos RMBS registaram uma forte apreciação, e os CMBS, CLOs e ABS Europeus ocuparam uma posição intermédia em termos de performance. De uma forma global, a política acomodatória e copiosa em termos de injeção de liquidez por parte dos bancos centrais contribuiu para retornos positivos nos activos de risco, mas com os activos de securitização (*asset-backed securities* ou ABS, em sentido lato) a registar uma performance superior em termos de retorno total, acima do crédito *Investment Grade* (IG) e mesmo *High Yield* (HY). A primeira metade pautou-se pela manutenção da

tendência positiva iniciada em 2009, traduzida no estreitamento dos *spreads* dos produtos estruturados e correspondente aumento do preço. Esta melhoria de mercado foi também patente no crescimento da colocação de novas transacções em investidores terceiros, por parte de emittentes internacionais, com o montante emitido em Março de 2010 a atingir o valor mais alto desde Dezembro de 2007.

Na segunda metade de 2010, os *spreads* dos ABS permaneceram a níveis constantes e bastante estáveis, excepto no que diz respeito ao estreitamento dos *spreads* nos CMBS, em contraste com a volatilidade observada nas obrigações de empresas e os mercados de CDS. Contudo, esta estabilidade foi meramente reflexo da reduzida liquidez e da inactividade do mercado secundário. Já no final do ano, os *spreads* dos RMBS em alguns países periféricos da zona euro com maiores desequilíbrios orçamentais permaneceram a níveis superiores aos atingidos após a falência da Lehman Brothers em Setembro de 2008. Com efeito, o mercado de securitização permaneceu em baixa em 2010, reflectido nos níveis reduzidos de volumes de emissão no mercado de ABS, que caiu para o nível mais baixo desde 2003.

#### **O ano de 2011**

Pelo terceiro ano consecutivo desde a intensificação da turbulência financeira no Outono de 2008, os riscos permanecem elevados na zona euro, nomeadamente quanto ao risco de contágio das economias mais periféricas às mais desenvolvidas, tendo como foco, uma vez mais, a interligação entre os sectores financeiro e soberano. Em 2011, o mercado de produtos estruturados continuou uma tendência gradual recuperação desde a queda abrupta de 2008-2009, em sintonia com o desenvolvimento geral dos mercados, mas com acrescida volatilidade e pressões negativas conjunturais. O volume de novas emissões ficou algo aquém do ano anterior, mas com o número de transacções efectuadas a excederem as verificadas em 2010.

Os eventos macroeconómicos pesaram negativamente nos mercados de produtos de securitização em 2011, sendo que o ano foi marcado por uma maior volatilidade do que o inicialmente esperado. Globalmente, verificou-se uma tendência decrescente do preço destes activos, não obstante a existência de picos em alguns meses, nomeadamente entre Fevereiro e Abril, e que foram aproveitados para a venda maciça de activos desta natureza detidos em carteira no BBI, inserida na estratégia global de desalavancagem.

No que diz respeito ao mercado dos ABS, tanto a actividade primária como secundária continuaram em baixa em 2011, limitando, desta forma, a capacidade de os bancos se financiarem através da emissão destes instrumentos, com particular ênfase no que toca às instituições cujos ratings caíram para níveis abaixo de *Investment Grade* (ex. Grécia e Portugal). A emissão de ABS, que seriam retidos em carteira por parte dos bancos, na sua larga maioria com o objectivo de utilização como colateral nas operações de refinanciamento no Eurosistema reduziu significativamente, em grande parte, devido ao apertar dos critérios de elegibilidade pelo ECB. Exigências regulamentares ao nível dos bancos, com penalização ao nível da ponderação de risco de produtos estruturados, colocaram igualmente estes títulos sob pressão. O sector enfrenta

potenciais impactos negativos de um regime regulamentar punitivo e algo incerto, designadamente a implementação da regra Volker e a legislação de Basel III relativa à retenção do risco e de requisitos de capital, que afectaram a liquidez, volatilidade e o valor relativo entre as várias classes de activos de securitização, especialmente evidente nos títulos com maior risco de crédito.

Os spreads dos RMBS continuaram a caracterizar-se por uma elevada diferenciação entre os vários países da zona Euro, com os países atingidos quer por recessões económicas severas ou afectados por bolhas no mercado imobiliário, a transaccionar a *spreads* elevados, enquanto outros países, com uma situação económica mais benevolente, mostraram uma tendência de redução. Com efeito, o segmento residencial enfrentou uma fase de sobre-correcção, espelhando um aumento generalizado dos indicadores de delinquência em consequência da desaceleração económica (em alguns casos, recessão mesmo) e o aumento das taxas de desemprego, especialmente na Europa.

A erosão da liquidez no mercado, aliada às estratégias generalizadas de desalavancagem por partes dos bancos, condicionou fortemente o comportamento destes mercados, salientando-se pela negativa as vendas forçadas de activos imobiliários com impacto ao nível dos CMBS. Em termos de doutrina, poderá considerar-se que os fundamentais do mercado de *commercial real estate* seguem a economia, na medida que o abrandamento e recessão económica reflectem-se negativamente nos valores dos arrendamentos e nas taxas de ocupação. Desta forma, as alterações negativas nas perspectivas macroeconómicas dos países da Zona Euro ao longo de 2011, reflectiram-se respectivamente no alargamento dos *spreads* dos CMBS. O ano foi ainda marcado várias reestruturações de CMBS, com os *servicers* a terem na sua agenda um conjunto alargado de créditos problemáticos para lidar, e tendo-se verificado um elevado recurso a extensões do prazo.

A manutenção dos spreads dos ABS a níveis reduzidos é uma condição necessária para a recuperação do mercado de titularização como uma fonte de *funding*, sendo importante realçar que os montantes mais elevados de novas emissões observaram-se nos mercados com spreads mais baixos, i.e. ABS colateralizados por financiamento automóvel e RMBS emitidos por bancos com ratings elevados.

### **2012 em análise**

A primeira metade do ano de 2012 foi marcada pela crise da dívida na Europa com o contágio à Espanha e Itália, que viram os spreads de crédito alargar consideravelmente, sendo que no primeiro caso, acabou por ser desenhado um plano específico de financiamento ao sector bancário.

Numa conjuntura de elevada aversão ao risco, na sequência da crise soberana na Europa e consequente alteração radical da percepção dos investidores quanto aos activos considerados sem risco, assistiu a um movimento de *flight-to-quality* que levou os *Treasuries* e os *Bunds*, enquanto activos refúgio, a renovarem mínimos históricos em termos de *yields*. Neste contexto, os

produtos de securitização, em particular os *subprime* RMBS e *agency* MBS apresentaram um bom desempenho na primeira metade do ano. Este foi o resultado, por um lado, das baixas *yields* nos *Treasuries* que passaram para as taxas dos empréstimos hipotecários, o que proporcionou um estímulo para a economia americana e o mercado residencial. Por outro, a erosão das *yields* dos *Treasuries* e dos *Bunds* levou a um aumento da procura de activos com maior rendimento, havendo alguma escassez de alternativas, o que se repercutiu no aumento de preços dos ABS. Com efeitos, em algumas classes destes activos, os *spreads* atingiram níveis comparáveis aos de 2007, sendo que de uma forma transversal, os *spreads* estreitaram significativamente em 2012, em níveis entre 30 -70%.

No cômputo global, desde o eclodir da crise do *sub-prime*, a boa conjuntura nesta classe de activos nos últimos tempos possibilitou anular as perdas dos anos anteriores, sendo que, em 2010, houve uma reversão dos resultados potenciais na carteira de produtos estruturados do Grupo Banif, em particular das reservas, que passaram pela primeira vez para valores positivos desde a crise pós Lehman.

Em 2011, inserida na estratégia geral de desalavancagem de balanço, o BBI procedeu a uma venda substantiva das posições de titularização detidas em carteira, com especial relevância na primeira metade do ano, o que se consubstanciou, em termos globais, na materialização das mais-valias potenciais em efectivas. Em 2012, já com a carteira de ABS em valores muito reduzidos, proseguiu-se com as vendas, sendo que no final do ano existia apenas um título vivo em carteira. Adicionalmente, como facto relevante negativo, verificou-se durante este ano o *event of default* de um CMBS detido na carteira do BBI com o valor nominal outstanding de 1,7 milhões de euros e um valor de balanço de 1,6 milhões de euros, tendo sido integralmente provisionado, pelo que a exposição líquida no final do ano a este título era nula.

A 31 de Dezembro de 2012, a exposição líquida a activos securitizados cingia-se apenas a um título (CLO) com um valor nominal de 5 milhões de euros.

### ***11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.***

A comparação dos impactos entre períodos (relevantes) está apresentada no ponto 9 deste anexo.

### ***12. Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados.***

Informação apresentada no ponto 9 deste anexo.

### ***13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade.***

O Banif Banco de Investimento é uma entidade não cotada.

*14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.*

A 31 de Dezembro de 2012, a carteira de produtos estruturados do BBI, ascendia apenas a 2,75 milhões de euros, medida em termos de valor de mercado, traduzindo numa redução de 60% face aos 6,8 milhões de euros do período homólogo, e que corresponde a um valor imaterial em termos do activo líquido do BBI e dos capitais próprios. Em paralelo, o valor nominal da carteira voltou a sofrer uma nova redução em 2012 de 8,5 milhões de euros para 6,7 milhões de euros com a continuação da venda deste tipo de títulos. Não obstante, é de frisar a venda maciça deste tipo de activos ocorrida durante o primeiro semestre de 2011 – englobada na estratégia de desalavancagem do banco de investimento – e, por outro, as amortizações e reembolsos verificados nos títulos em alguns casos antecipadamente, revelador da boa qualidade creditícia da carteira original.

Em termos retrospectivos, face a um pico registado em Junho de 2007 em que exposição do BBI a produtos estruturados tinha atingido cerca de 114 milhões de euros a valores nominais e de mercado, a trajectória dos últimos quatro anos foi de decréscimo a ritmo acelerado, tendo atingindo actualmente um valor residual inferior a 2,75 milhões de euros a valores de mercado e de 5 milhões de euros a valor nominal (excluindo o título em *default*, que se encontra totalmente provisionado, pelo que a exposição líquida em balanço é nula). Assinale-se que no primeiro semestre de 2012, já não se encontrava viva a compra de protecção (*Credit Default Swap*) que anteriormente existia para cobertura de risco de crédito destes activos em carteira.

De referir que, tendo-se verificado que os produtos estruturados deixaram de ter um mercado activo, espelhado numa extrema falta de liquidez, e face às alterações à IAS 39 emitidas pelo IASB em Outubro de 2008 – “*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition*” – o banco procedeu à reclassificação da larga maioria dos produtos estruturados detidos para a carteira LaR (*Loans and Receivables*), considerando o objectivo de mantê-los em carteira a prazo (*foreseeable future*) e a qualidade creditícia dos mesmos, usufruindo de um tratamento contabilístico idêntico a uma carteira de crédito.

Desta forma, houve uma alteração significativa em termos dos impactos desta carteira, na medida que o BBI deixou de estar sujeito às variações de preço destes títulos, não sendo afectado em termos de risco de mercado, mas apenas em termos de risco de crédito, ou seja, na possibilidade de perdas devido a *defaults* dos títulos.

Não obstante o tratamento contabilístico, a alocação de capital à carteira de produtos estruturados do BBI tem sido realizada tendo por base os requisitos de capital prudenciais para cobertura de risco de crédito, específica para este tipo de activos, de acordo com as regras actuais de Basel II, o que constitui uma posição mais conservadora do que a alocação de capital tendo por base os requisitos de capital para cobertura do risco de mercado, e que se encontra em linha com as recomendações do FSF publicadas no relatório de Abril de 2008.

Em Junho de 2010, o Comité de Basileia anunciou alguns ajustamentos ao acordo de Basileia II, entre os quais, o tratamento das posições de securitização detidas na carteira de *trading* de forma similar ao das outras carteiras, ou seja, a adopção de uma tratamento uniforme de alocação de capital às posições de securitização. A introdução desta medida não teve qualquer impacto sobre a alocação de capital das posições detidas em carteira pelo Grupo Banif. Analogamente, as novas regras que incrementam os ponderadores de risco a aplicar às posições que se enquadram na definição de re-securitizações, não tiveram qualquer impacto sobre o consumo de capital, dado que nenhum dos activos detidos em carteira se enquadra nesta definição.

**15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.**

A presente informação está incluída na nota “43. JUSTO VALOR DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS” do Anexo.

**IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência**

**16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”.**

Detalhe do valor nominal (*outstanding*) e justo valor das posições “vivas” nos instrumentos acima identificados.

(valores em euros)

Tipo Produto	31-12-11		31-12-12	
	Valor Mercado	Valor Nominal	Valor Mercado	Valor Nominal
ABS	0	0	0	0
CDO	0	0	0	0
CLO	3.590.500	5.000.000	1.898.822	5.000.000
CMBS	1.419.295	1.725.797	0	1.721.051
RMBS	4.879.070	5.415.412	2.722.573	3.298.357
Grand Total	9.888.865	12.141.209	5.472.573	10.019.408

**17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes.**

O A 31 de Dezembro de 2012 não havia compra de protecção viva para os instrumentos em análise.

**18. Divulgação detalhada sobre as exposições.**

A 31 de Dezembro de 2012, a exposição do BBI a produtos estruturados ascendia apenas a 2,75 milhões de euros a valores de mercado correspondente apenas a um título (CLO) detido em carteira, na sequência da forte venda de títulos da carteira própria, inserida na estratégia de desalavancagem global de balanço por parte do banco. Conforme referido, verificou-se durante o

ano o default de um título, um CMBS cujos activos subjacentes eram imóveis localizados maioritariamente na Holanda e, ainda, na Bélgica, e que se encontra totalmente provisionado pelo que a exposição líquida no balanço do Grupo é nula.

Em termos de senioridade das posições detidas, por regra, o BBI investiu nas tranches mais seniores das operações. Da carteira inicial, o BBI possuía apenas uma exposição correspondente a *first loss position*, com um valor de mercado de 1,4 milhões de euros, mas que foi entretanto vendida. No final de 2012 a única posição detida correspondiam a tranche mais senior.

A forte venda de activos de securitização pelo BBI na primeira metade de 2011, traduziu-se naturalmente na redução da exposição em risco. Contudo, teve um efeito pernicioso em termos da distribuição da carteira actual em termos de *ratings*, na medida em que os activos que não foram vendidos apresentam *ratings* baixos e, por outro, com a redução da base, o peso relativo é maior. A assinalar que, apenas na primeira metade de 2011, foram vendidos 19 títulos/ tranches, e em 2012 mais dois, pelo que resta apenas uma posição correspondente a activos de securitização na carteira do BBI. Desta forma, a evolução temporal da distribuição da carteira por ratings não é comparável.

A 31 de Dezembro de 2012, existia apenas um título de securitização vivo em carteira, um CLO cujo rating correspondia a BB, ou seja *Non-Investment Grade*, mas que manteve o *rating* face ao ano anterior. É de assinalar que, face ao final do ano anterior, apenas um dos títulos foi *downgraded* culminando no *default* (D) conforme já referido, num período marcado por forte descidas de *ratings* nas várias classes de risco, entre as quais, se destaca a deterioração das notações dos soberanos, o que influenciou também os *ratings* das securitizações, em particular dos RMBS.

Todas as exposições foram adquiridas no mercado primário, à excepção das posições referentes às titularizações do Grupo Banif, como por exemplo a Azor Mortgage e Atlantes Mortgage, que são anuladas em termos de posição consolidada do Grupo Banif (é realizada a consolidação com as SPes/ veículos de titularização). Em termos de análise *vintage*, a carteira foi adquirida maioritariamente até 2005, não tendo existindo qualquer nova aquisição após 2007, ano do despoletar da crise do sub-prime (à excepção de activos de securitização do próprio Grupo). A assinalar que a tranche mais antiga, relativa a 2003, foi reembolsada em 2010.

Note-se que foram vendidas durante o primeiro semestre todas as posições adquiridas em 2007, já no culminar da bolha verificada nestes mercados, pelo que o único título vivo detido em carteira corresponde à *vintage* de 2005, com uma WAL média (*weighted average life*, vida média) de 7,6 anos.

#### 18.1 – REPARTIÇÃO DA CARTEIRA POR TIPO / SECTOR

Tipo de Produto	Valor Mercado	
	Montante	Peso
CLO	2.750.000	100,0%
CMBS	0	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2.750.000</b>	<b>100,0%</b>

Valores em euros.

## 18.2 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR RATING DE EMISSÃO

Ratings	CLO	CMBS	TOTAL	Peso
<b>BB</b>	2.750.000		2.750.000	100,0%
<b>D</b>		0	0	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2.750.000</b>	<b>0</b>	<b>2.750.000</b>	<b>1,0</b>

Valores em Euros. Ratings médios das emissões atribuídos pelas agências Moody's, S&P e Fitch.

## 18.3 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR REGIÃO/ PAÍS DE ORIGEM

Região / País de Origem	CLO	CMBS	TOTAL	Peso
<b>Europa</b>	2.750.000		2.750.000	100,0%
<b>Holanda</b>		0	0	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2.750.000</b>	<b>0</b>	<b>2.750.000</b>	<b>100,0%</b>

Valores em Euros.

## 18.4 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR VINTAGE

Vintage	CLO	CMBS	TOTAL	Peso
<b>2005</b>	2.750.000	0	2.750.000	100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2.750.000</b>	<b>0</b>	<b>2.750.000</b>	<b>100,0%</b>

Valores em Euros.

## 18.5 – WAL Média e Distribuição por Buckets

Buckets	INDT.	>= 5 anos	TOTAL	WAL Média (anos)
CLO		2.750.000	2.750.000	<b>7,6</b>
CMBS	0		0	---
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>2.750.000</b>	<b>2.750.000</b>	<b>7,6</b>
<b>Peso</b>	<b>0,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>--</b>

Valores em Euros. *Weighted Average Life* (WAL) das estruturas tendo por base informação disponibilizada nos *investors reports* e da Bloomberg.

*19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.).*

Os movimentos ocorridos durante os períodos em referência foram os seguintes:

(valores em euros)

Tipo Produto	Tipo de Transacção	31-12-11	31-12-12
ABS	REEMBOLSO	4.500.000	0
	VENDA	6.425.500	0
CDO	VENDA	1.260.000	0
CLO	VENDA	14.778.100	0
CMBS	VENDA	8.073.000	0
RMBS	VENDA	24.743.750	2.437.300

*20. Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.*

Não se verificavam exposições nesta situação.

*21. Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados.*

Não aplicável. A única exposição enquadrável neste ponto venceu em Julho de 2010.

**V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização**

*22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico.*

A política de classificação de instrumentos financeiros está descrita na nota "2.8 instrumentos financeiros" do Anexo.

*23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência.*

Não se verificavam exposições nesta situação..

*24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros.*

Os critérios de determinação do justo valor de instrumentos financeiros e restante informação solicitada estão descritos na nota "2.8 instrumentos financeiros" do Anexo.

*25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.*

Informação incluída no ponto anterior.

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

*26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.*

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira encontram-se descritos nos ponto 3.16. do capítulo “13. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE” do Relatório de Gestão e Contas do Banif SA.

# 11

## RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

A informação que segue, relativa ao Governo da Sociedade, consubstancia o cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 245º-A do Código de Valores Mobiliários, na alínea b) do n.º 2 do art.º 70º do Código das Sociedades Comerciais, e no artigo 3º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

Todas as informações prestadas são reportadas à data de 31 de Dezembro de 2012.

### I. Estrutura e Práticas de Governo Societário

#### I.1 Estrutura de *Governance*

A sociedade está estruturada de acordo com o Modelo Latino (Reforçado), nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 278.º do Código das Sociedades Comerciais ('CSC').

A administração da sociedade está confiada a um Conselho de Administração (art.º 18.º e seguintes do Contrato de Sociedade) constituído por um mínimo de 3 e um máximo de 15 elementos, eleitos por mandatos de 3 anos, sem prejuízo da sua reeleição. O Conselho de Administração é designado pela Assembleia Geral, de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Contrato de Sociedade e com o n.º 1 do art.º 391.º do CSC.

A fiscalização da sociedade está confiada a um Conselho Fiscal (art.º 25.º e seguintes do Contrato de Sociedade) e a uma sociedade de revisores oficiais de contas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente, é eleito pela Assembleia Geral, em conformidade com o n.º 1 do art.º 415.º do Código das Sociedades Comerciais.

O revisor oficial de contas é igualmente designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, de acordo com o n.º 4 do artigo 25.º do Contrato de Sociedade e com n.º 1 do art.º 446.º do CSC.

A gestão corrente da sociedade pode ser delegada numa Comissão Executiva, constituída no seio do Conselho de Administração, conforme previsto no n.º 1 do art.º 22.º do Contrato de Sociedade e do n.º 3 do art.º 407.º do Código das Sociedades Comerciais.

## I.2 Assembleia Geral

### I.2.1 Identificação dos membros da mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída, de acordo com o art.º 12.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade, por um Presidente e por um ou dois Secretários. Estas funções são exercidas, actualmente, pelos membros que abaixo se discriminam.

**Presidente:** Dr. Miguel José Luís de Sousa

**Secretário:** Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus

### I.2.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 23 de Março de 2012, para o mandato trienal 2012-2014, com termo em 31 de Dezembro de 2014.

### I.2.3 Indicação da antecedência exigida para o bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral.

De acordo com o disposto no art.º 15.º do Contrato de Sociedade, têm direito a estar presentes na Assembleia Geral e aí discutir e votar os accionistas que, segundo a lei e o contrato, tiverem direito a, pelo menos, um voto, sendo que, a cada 100 (cem) acções corresponde 1 (um) voto na Assembleia Geral.

Ainda nos termos da referida norma estatutária, a participação e o exercício do direito de voto dos accionistas nas Assembleias Gerais, uma vez satisfeitos os demais requisitos da lei, dependem da escrituração em seu nome de acções que confirmam direito a, pelo menos, um voto, até 6 (seis) dias, inclusive, antes da data marcada para a respectiva reunião, devendo as respectivas acções manter-se averbadas ou registadas, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

Mais se estabelece que não são consideradas para efeito de participação na Assembleia Geral as transmissões de acções da sociedade efectuadas nos 5 (cinco) dias que precedem a reunião de cada assembleia, em primeira convocação.

### I.2.4 Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia-geral.

De acordo com o n.º 3 do art.º 15.º do Contrato de Sociedade, os accionistas devem manter as acções de que são titulares averbadas ou registadas em seu nome, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

### **I.2.5 Número de acções a que corresponde um voto.**

Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 15.º do Contrato de Sociedade, a cada 100 (cem) acções corresponde 1 (um) voto.

De acordo com o n.º 1 do art.º 17.º do Contrato de Sociedade, os accionistas possuidores de um número de acções inferior ao exigido nos Estatutos para participação na Assembleia Geral podem agrupar-se para perfazer aquele número, fazendo-se representar por um deles ou por qualquer outro accionista com direito a voto a indicar, por meio de carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

### **I.2.6 Indicação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.**

Não existem, por referência a 31 de Dezembro de 2012, accionistas titulares de direitos especiais.

### **I.2.7 Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmam o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.**

O n.º 2 do artigo 4.º do Contrato de Sociedade estabelece que a sociedade poderá emitir quaisquer categorias de acções, nomeadamente acções preferenciais, remíveis ou não, podendo a remissão ser efectuada pelo valor nominal acrescido ou não da concessão de um prémio, mediante deliberação do órgão competente.

Não existem regras estatutárias que limitem a contagem dos direitos de voto.

### **I.2.7 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.**

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, designadamente no que se refere a quóruns constitutivos e deliberativos, acompanham o regime legal do Código das Sociedades Comerciais, existindo uma identidade entre o regime estatutário (previsto nos art.º 11.º e seguintes do Contrato de Sociedade) e o regime legal (previsto, v.g. nos art.º 383.º e 386.º do Código das Sociedades Comerciais). Não existem regras estatutárias sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

### **I.2.8 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.**

De acordo com o n.º5 do artigo 17.º do Contrato de Sociedade, os accionistas poderão exercer o seu direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:

- a) A declaração de voto deverá ser recebida na sociedade até às 17 horas do dia útil imediatamente anterior ao da realização da Assembleia Geral, sob pena de não poder ser considerada;
- b) A declaração de voto deverá indicar os pontos da ordem de trabalhos a que respeita, bem como quando for o caso, a proposta concreta de deliberação a que se destina, valendo como voto negativo em relação a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à sua emissão;
- c) A circunstância da sociedade disponibilizar um boletim de voto padrão para cada Assembleia Geral não prejudica a validade do voto por correspondência recebido sem recurso ao mesmo, desde que o sentido de voto seja inteligível e inequívoco;
- d) A declaração de voto deverá ser endereçada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que verificará a sua autenticidade e assegurará, até ao momento da votação, a sua confidencialidade;
- e) O voto por correspondência relevará para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral para a qual foi emitido, e salvo indicação expressa em contrário, valerá igualmente para a segunda convocatória da mesma.

### **I.2.9 Exercício do direito de voto por meios electrónicos.**

Não está previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

### **I.2.10 Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.**

Sem prejuízo do referido nos pontos anteriores, nomeadamente no ponto I.2.5, não existem restrições em matéria de direito de voto.

### **I.2.11 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e dos membros do órgão de administração e outros dirigentes.**

A remuneração dos membros dos órgãos sociais e estatutários é estabelecida por uma Comissão de Remunerações, composta por 3 membros eleitos directamente pela Assembleia Geral por períodos de três anos (art.º 29.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade). Mais se estabelece que a remuneração a

fixar para os membros do Conselho de Administração poderá certa ou consistir parcialmente, numa percentagem global dos lucros líquidos do exercício não excedente a 5%

Mais se refira que a Assembleia Geral poderá deliberar, sob proposta do Conselho de Administração, a distribuição de lucros a quadros e empregados da sociedade (art.º 29.º, n.º 4 do Contrato de Sociedade). Adicionalmente, em conformidade com o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Remunerações submete anualmente, para apreciação pela Assembleia Geral, uma declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização.

#### **I.2.12 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.**

A Assembleia Geral pode, em qualquer altura, conceder o direito a pensões de reforma e de sobrevivência ou a pensões complementares de reforma e de sobrevivência, estabelecendo o regime, ou delegando na Comissão Executiva poderes para esse efeito. (art.º 29.º, n.º 6 do Contrato de Sociedade).

#### **I.2.13 Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.**

Não existem regras específicas, designadamente de natureza estatutária, aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade, sendo integralmente aplicável o regime legal previsto, designadamente, no Código das Sociedades Comerciais.

#### **I.2.14 Participações Qualificadas no capital da sociedade**

A 31/12/2012, a totalidade das 17.000.000 (dezassete milhões) de acções do Banif – Banco de Investimento, SA, representativas de 100% do respectivo Capital Social, eram detidas pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA.

### I.3 Conselho de Administração

#### I.3.1 Identificação dos membros do Conselho de Administração

Dr. Luís Filipe Marques Amado  
Dr. Jorge Humberto Correia Tomé  
Dr. Nuno José Roquette Teixeira  
Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes  
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida  
Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques  
Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal  
Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira  
Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho

#### I.3.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos.

A eleição dos membros do Conselho de Administração foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 23 de Março de 2012, para o mandato trienal 2012 – 2014, com termo em 31 de Dezembro de 2014.

#### I.3.3 Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital

As competências do Conselho de Administração estão previstas no art.º 20.º do Contrato de Sociedade. De acordo com a referida norma estatutária, ao Conselho de Administração cabe a responsabilidade de assegurar a gestão dos negócios sociais cabendo-lhe exclusivos e plenos poderes de representação da sociedade, dispondo, para o efeito, de competência para deliberar sobre qualquer assunto da sociedade, que não seja, por força da lei ou do contrato de sociedade, da competência exclusiva de outro órgão e designadamente:

- a) Quaisquer operações relativas ao seu objecto social;
- b) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, propor e seguir acções, confessar, desistir, transigir e comprometer-se em arbitragem;
- c) Adquirir, alienar, locar ou permutar ou, por qualquer forma, onerar bens ou direitos, móveis ou imóveis, incluindo acções e obrigações próprias ou alheias, bem como participações no capital de outras sociedades;
- d) Constituir mandatários;
- e) Deliberar sobre a oportunidade e condições da emissão de obrigações e outros títulos de dívida da sociedade;

Não está estatutariamente contemplada a possibilidade de aumento de capital da sociedade por deliberação do Conselho de Administração (nomeadamente nos termos previstos no art.º 456.º do CSC).

#### **I.3.4 Informação sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do Conselho de Administração.**

O Conselho de Administração é formado por um número mínimo de três e máximo de quinze administradores, conforme o que for deliberado em Assembleia Geral, podendo ser eleitos administradores suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efectivos que venham a ser eleitos (art.º 18.º, n.º 1 e 2 do Contrato de Sociedade). Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato de três anos, sem prejuízo da sua reeleição.

Ainda de acordo com as regras estatutárias, na primeira reunião de cada mandato, o Conselho de Administração designará, de entre os seus membros, o seu Presidente e um ou mais Vice-Presidentes.

O Contrato de Sociedade prevê que a falta de comparência de um Administrador, consecutiva ou interpolada, a 3 reuniões do Conselho de Administração, sem que seja prestada existência justificativa devidamente aceite por aquele órgão, constituirá uma falta definitiva, que deverá ser declarada pelo Conselho de Administração, e determinar a substituição do Administrador em causa nos termos legais (art.º 21.º, n.º 6, do Contrato de Sociedade).

O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho de Administração, pelo que esta se processa nos termos previstos no n.º 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

Não está formalizada uma política de rotação de pelouros no Conselho de Administração.

I.3.5 Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

- Dr. Luís Filipe Marques Amado

**Presidente do Conselho de Administração**

- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

**Presidente do Conselho de Supervisão**

- Banif Plus Bank ZRT

- Dr. Jorge Humberto Correia Tomé

**Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva**

- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

**Presidente do Conselho de Administração**

- Banif Imobiliária, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA

**Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva**

- Banif Finance, Ltd.

**Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva**

- Banco Banif Mais, SA

**Vogal do Conselho de Administração**

- Banif Bank (Malta), plc
- Banif International Bank, Ltd.

**Membro do Conselho Estratégico**

- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

Exercia, ainda, à data de 31 de Dezembro de 2012, as funções de representante do Banif – Banco de Investimento S.A na Comissão de Acompanhamento e Estratégia da Fomentinvest – SGPS, SA, e as funções de vogal da Direcção da Associação Portuguesa de Bancos, em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA.

**- Dr. Nuno José Roquette Teixeira****Presidente do Conselho de Administração**

- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, SA

**Vice-Presidente do Conselho de Administração**

- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.

**Vogal do Conselho de Administração**

- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banco Banif Mais, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, S.A
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.
- Banif International Bank, Ltd
- Banif Finance, Ltd.
- Banif Securities, Inc

**Membro da Comissão de Vencimentos**

- Banif Imobiliária, S.A.

**- Dr. Vitor Manuel Farinha Nunes****Presidente do Conselho de Administração**

- Banif Rent - Aluguer Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA

**Vogal do Conselho de Administração**

- Banif Mais SCPS, SA
- Banco Banif Mais, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif Plus Bank Zrt
- TCC Investments Luxembourg, SARL

**Gerente**

- Margem – Mediação de Seguros, Lda

**Administrador Único**

- FN Participações, SCPS, SA

**- Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida****Vogal do Conselho de Administração**

- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif Finance, Ltd.

**- Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques****Presidente do Conselho de Administração**

- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA
- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA
- GestArquipark – Sociedade Imobiliária, SA

**Vice-Presidente do Conselho de Administração**

- Banif International Asset Management, Ltd.
- Banif Multifund, Ltd.
- Aplicação Urbana XIII Investimento Imobiliário SA
- GCC Lisboa – Gestão de Centros Comerciais, SA
- Aplicação Urbana XIV – Investimento Imobiliário, SA

**Vogal do Conselho de Administração**

- Banif - Banco de Investimento, SA
- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, SA
- Banif Securities Holdings, Ltd.

Exercia, ainda, à data de 31 de Dezembro de 2012, em representação do Banif – Banco de Investimento, SA, as funções de membro do Conselho Geral da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Coperação, e em nome próprio, as funções de Presidente da Associação Portuguesa de Analistas Financeiros e de Vogal efectivo da Direcção da Ordem dos Economistas.

**- Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal****Vogal do Conselho de Administração**

- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif Gestão de Ativos (Brasil), S.A.
- Companhia das Quintas, S.C.P.S., S.A.

**- Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira****Vogal do Conselho de Administração**

- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, SA
- Fomentinvest, SCPS, S.A
- CED Sur Capital – SCECR
- Zon TV Cabo Madeirense, SA

- Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho

#### **Vogal do Conselho de Administração**

- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif Bank (Malta), plc

Exercia, ainda, à data de 31 de Dezembro de 2012, em representação do fundo Banif Capital Infrastructure Fund – Fundo de Capital de Risco, SA, as funções de membro da Comissão de Remunerações da ZON TV Cabo Madeirense, e em nome próprio, as funções de Presidente do Conselho de Administração da Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida.

## **I.4 Comissão Executiva**

### **I.4.1 Identificação dos membros da Comissão Executiva**

Dr. Jorge Humberto Correia Tomé (Presidente)  
Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes  
Dr. Nuno José Roquette Teixeira  
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida  
Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques  
Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal  
Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira  
Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho

A Comissão Executiva do Conselho de Administração foi constituída por deliberação deste órgão de 23 de Março de 2012. Nesta data, foi designado Presidente da Comissão Executiva o Sr. Dr. Jorge Humberto Correia Tomé.

### **I.4.2 Poderes da Comissão Executiva.**

A Comissão Executiva do Conselho de Administração exerce competências delegadas deste órgão, nos termos da deliberação de delegação de competências aprovada em reunião do Conselho de Administração de 23 de Março de 2012. (Acta n.º 03/2012). De acordo com a referida deliberação, o Conselho de Administração conferiu à Comissão Executiva os mais amplos poderes de administração e gestão estabelecidos na lei e nos Estatutos da Sociedade, com exclusão dos seguintes:

- a) a cooptação de Administradores;
- b) a aprovação dos Relatórios do Conselho de Administração e das Contas Anuais;
- c) o pedido de convocação de Assembleias Gerais;

- d) a aprovação da prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, com excepção de garantias e avales bancários que se relacionem com o seu negócio;
- e) a aprovação da mudança da Sede e de aumentos do Capital Social nos termos previstos nos Estatutos de Sociedade;
- f) a aprovação da abertura e encerramento de filiais, de sucursais, de agências e delegações ou de outras formas de representação social no estrangeiro;
- g) a aprovação dos projectos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- h) a aprovação dos planos e orçamentos anuais;
- i) a aprovação da emissão de valores mobiliários;
- j) a aprovação das propostas de alteração dos Estatutos de Sociedade e dos Estatutos das Sociedades Participadas;
- k) a decisão sobre aumento de responsabilidades ou redução de garantias em operações de crédito envolvendo responsabilidades globais de clientes ou grupos de clientes, que não sejam Instituições de Crédito, superiores a cinco milhões de Euros. São, no entanto, delegados na Comissão Executiva os poderes necessários no que concerne a decisões de utilização alternativa das várias modalidades de crédito dentro do valor global da respectiva linha, bem como a atribuição de taxas de juro diferentes das aprovadas nessas mesmas linhas. São, no entanto, delegados na Comissão Executiva os poderes necessários no que concerne a decisões de utilização alternativa de modalidades de crédito, no âmbito do valor global das linhas ou limites em vigor, das taxas de juro ou comissões, bem como para a realização de operações extra-limite ou pontuais que não excedam, na sua totalidade, 10% do limite máximo aprovado para um cliente ou grupo de clientes;
- l) a decisão sobre investimentos, projectos de investimento ou desinvestimentos de montante superior a três milhões de Euros, a aquisição ou alienação de participações financeiras qualificadas ou que envolvam um montante superior ao atrás referido, e a aquisição ou alienação de imóveis do Banco;
- m) a contratação de empregados com a categoria de Director e a designação ou destituição de responsáveis de Órgãos de primeira linha da estrutura do Banco e de empresas subsidiárias;
- n) a atribuição de patrocínios e donativos de montante superior a cinco mil de Euros e a aprovação de campanhas publicitárias;
- o) o pagamento de multas, penalidades e coimas de montante superior a vinte e cinco mil Euros;
- p) o relacionamento institucional com os titulares de valores mobiliários emitidos pelo Banco, sem prejuízo das competências próprias do Representante para as Relações com o Mercado;
- q) a aprovação, em termos globais, das políticas e planos de actividade elaborados anualmente pelas áreas de Risco, Compliance e Auditoria, bem como o relatório anual de controlo interno;
- r) estabelecimento e revisão periódica de limites de tolerância à exposição a cada categoria de risco;

- s) indicação de membros para os órgãos sociais das sociedades dominadas pelo Banco ou de elementos para representarem o Banco enquanto membro dos órgãos sociais de terceiras entidades;
- t) qualquer outro assunto sobre o qual algum Administrador requeira a deliberação do Conselho de Administração;

As competências previstas nas alíneas d), f), i), k), l), m), p) e s) são passíveis de ratificação pelo Conselho de Administração sempre que, por motivo de urgência ou manifesto interesse para o Banco, a mesma deva ser exercida pela Comissão Executiva que, para o efeito, a não poderá delegar.

#### **I.4.3 Informação sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros da Comissão Executiva.**

A Comissão Executiva deve ser constituída por um número ímpar de Administradores (art.º 22.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade), não se encontrando previsto qualquer regime estatutário específico para a designação ou substituição dos respectivos membros. Ainda que, nos termos das regras estatutárias o Conselho de Administração, e quando tenha sido constituída, a Comissão Executiva, têm igualmente o poder de distribuir pelouros entre os administradores, não está formalizada uma política de rotação de pelouros entre os membros da Comissão Executiva.

### **I.5 Conselho Fiscal**

#### **I.5.1 Identificação dos membros do Conselho Fiscal**

À data de referência, 31 de Dezembro de 2012, o Conselho Fiscal do Banif – Banco de Investimento, SA é composto pelos seguintes membros:

- Dr. Fernando Mário Teixeira de Almeida (Presidente)
- Dra. Teresa Lucinda Camoesas Castelo (Vogal Efectivo)
- Sr. Rui Manuel Braga de Almeida (Vogal Efectivo)
- Dr. Sérgio António de Rosário de Vaz Monteiro (Vogal Suplente)

#### **I.5.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos**

A eleição dos membros do Conselho Fiscal foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 23 de Março de 2012, para o mandato trienal 2012 – 2014, com termo em 31 de Dezembro de 2012.

### **I.5.3 Informação sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do Conselho Fiscal.**

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente (art.º 26.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade).

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de incompatibilidades legalmente previsto, devendo, pelo menos um dos seus membros efectivos e o suplente ser revisores oficiais de contas ou sociedades revisores oficiais de contas, a não ser que a fiscalização da sociedade seja efectuada por um Conselho Fiscal conjuntamente com um revisor oficial de contas (artigo 26.º n.º 2 do Contrato de Sociedade).

O Conselho Fiscal ainda deve incluir pelo menos um membro que tenha curso superior adequado ao exercício das suas funções e conhecimentos em auditoria ou contabilidade e que seja independente (artigo 414.º n.º a Código das Sociedades Comerciais).

O Presidente do Conselho Fiscal será designado pela Assembleia Geral ou, caso tal não se verifique, pelos próprios membros do órgão (art.º 414.º-B do Código das Sociedades Comerciais).

O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho Fiscal, pelo que esta se processa nos termos previstos no artigo 415.º do Código das Sociedades Comerciais.

### **I.5.4 Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo**

#### **- Prof. Dr. Fernando Mário Teixeira de Almeida**

##### **Presidente do Conselho Fiscal**

- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA

#### **- Dra. Teresa Lucinda Camoesas Castelo**

##### **Vogal do Conselho Fiscal**

- Rentipar Financeira SGPS, SA
- Rentipar Investimento SGPS, SA

##### **Gerente**

- Renticontrol – Controlo de Gestão e Contabilidade, SA

- Dr. Rui Manuel Braga de Almeida

**Presidente do Conselho Fiscal**

- SOIL SGPS, SA
- Rentipar Seguros, SGPS, SA

**Vogal do Conselho Fiscal**

- Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA (Suplente)

**Membro do Conselho Consultivo**

- HABIPREDE – Sociedade de Construção, S.A.

**Secretário da Mesa da Assembleia Geral**

- RENTIPAR Financeira S.C.P.S., S.A.

**I.5.5 Referência ao facto de o conselho fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de propor à assembleia-geral a destituição do auditor com justa causa**

O Conselho Fiscal avalia anualmente o auditor externo. O auditor externo em funções foi nomeado pela Assembleia Geral, em 23 de Março de 2012, pelo prazo de 1 ano até à Assembleia Geral Anual de 2013, sob proposta do Conselho Fiscal, em conformidade com o previsto no n.º 4 do art.º 25.º do Contrato de Sociedade.

**I.5.6 Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detectados, e serem objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas**

Os Relatórios Anuais do Conselho Fiscal incluem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida, referindo eventuais constrangimentos detectados (se existentes) e são objecto de divulgação no sítio de internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

**I.5.7 Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira**

No último exercício, o Banco continuou a promover o desenvolvimento do seu Sistema de Controlo Interno, fomentando sinergias com as actividades de Risco Operacional e mantendo como objectivos a atingir e melhorar:

- Estabelecer o nível do Ambiente de Controlo da organização, conferindo disciplina e estrutura às bases da Função de Controlo Interno, disseminando essa cultura pela organização;
- Reduzir os níveis de risco e promover a efectividade e eficiência nas operações;
- Assegurar que a informação reportada é objectiva, fidedigna e correcta;
- Cumprir com os normativos legais e regulamentares definidos.

A metodologia de implementação de Controlo Interno assenta nos princípios internacionais e num framework desenvolvido pelo Grupo, pretendendo-se garantir a prossecução de cinco componentes essenciais:

- Ambiente de Controlo – Estabelecendo o grau em que o Grupo influencia a consciência de controlo dos seus colaboradores conferindo-lhe disciplina e estrutura.
- Avaliação do Risco – Identificando e analisando os riscos relevantes (internos e externos), por forma a que os objectivos da organização sejam alcançados e que seja criada uma base adequada para a gestão dos riscos.
- Actividades de Controlo – Assentando em políticas e procedimentos adequados com o objectivo de assegurar que as premissas estabelecidas pela gestão são seguidas e permitem que as acções necessárias sejam realizadas para identificar os riscos inerentes às actividades do Grupo.
- Informação & Comunicação – Garantindo a identificação, captura e comunicação de informação pertinente e relevante que permita a tomada de decisões e que garanta a adequada execução.
- Monitorização - Avaliando a qualidade da performance do Controlo Interno.

Ao nível da função de Controlo Interno do Banco, foram acompanhadas e promovidas, em 2012, diversas iniciativas, quer de gestão quer regulamentares que cumpre destacar:

- Foi efectuada a auto-avaliação do cumprimento dos requisitos exigidos para as funções de estrutura pelo Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, de 1 de Julho de 2008, utilizando para o efeito os questionários completos de *Self-Assessment*;
- Em cumprimento do disposto no referido Aviso n.º 5/2008, foi elaborado durante o primeiro semestre o Relatório de Controlo Interno do Banco;
- Apresentação do Projecto de Remediação junto dos órgãos do Banco e definição das Acções a realizar;
- Elaboração dos Project Charters (Documento de compromisso dos órgãos do Banco);
- Execução de acções de *Follow-Up* dos Projectos de Remediação, através da realização de reuniões de acompanhamento na presença da Comissão Executiva e da formalização bimestral da evolução dos mesmos.

Em linha com as orientações regulamentares e em particular do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, o Banco promoveu o desenvolvimento de uma aplicação informática que sustenta a monitorização e controlo das acções realizadas nesta matéria. Assim, em cada momento, é possível saber o status de cada deficiência e de cada acção de remediação, as quais são devidamente acompanhadas dos documentos e evidências consideradas necessárias. Trata-se de um sistema de comunicação dinâmico entre o Órgão de Controlo e as Direcções envolvidas no processo de remediação.

### **I.5.8 Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade.**

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para a organização os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, promovendo as condições humanas e tecnológicas que resultem num ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da actividade. Os Órgãos de Gestão mantêm um acompanhamento regular e periódico sobre a evolução e mitigação das deficiências identificadas ao nível do Sistema de Controlo Interno do Grupo acompanhando e dinamizando reuniões regulares promovidas com a direcção do Banco para a identificação, monitorização, quantificação e gestão dos riscos, que lhes permitem tomar as medidas correctivas necessárias ao adequado funcionamento da sociedade. O Conselho Fiscal avalia anualmente, através de relatório próprio, a eficácia do sistema de controlo interno ajustado às necessidades da Sociedade, recomendando, quando aplicável, as melhorias que considera pertinentes.

## **II. Remunerações <sup>3</sup>**

### **II.1 Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.**

Na Assembleia Geral de 30 de Abril de 2012, em conformidade com o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, foi aprovada uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, apresentada pela Comissão de Remunerações, com o seguinte teor:

*“O artigo 29º n.º 1 do Contrato de Sociedade atribui à Comissão de Remunerações do Banif – Banco de Investimento, S.A. (‘Comissão de Remunerações’) a competência para fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais da sociedade, a qual é exercida nos termos do mandato que lhe foi conferido pela Assembleia Geral e sem prejuízo das recomendações das autoridades de supervisão e das directrizes transversais às sociedades do Banif – Grupo Financeiro. Nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e do artigo 16.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal, a*

<sup>3</sup> Informação prestada em cumprimento do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho e dos artigos 16.º e seguintes do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal

*Comissão de Remunerações deve submeter, anualmente, a aprovação da Assembleia Geral, uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade.*

*Pelo exposto, a Comissão de Remunerações do Banif – Banco de Investimento, S.A. submete a aprovação da Assembleia Geral a seguinte declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização:*

**1. Objectivos da Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização do Banif – Banco de Investimento, SA ('Política de Remuneração')**

*A Política de Remuneração tem como objectivos:*

- permitir, em permanência, ao Banco, tendo em conta o ambiente concorrencial em que opera, atrair, motivar e fidelizar quadros dirigentes de alto nível e que apresentem um elevado potencial;*
- incentivar a consecução de objectivos de performance coincidentes com os interesses do Banco e dos seus accionistas, a curto, médio e longo prazo;*
- estimular e recompensar os contributos individuais relevantes e a boa performance colectiva;*
- evitar uma excessiva exposição ao risco e potenciais conflitos de interesses, promovendo os objectivos, valores e interesses de longo prazo da instituição.*

*e visa estabelecer:*

- Os níveis e a estrutura da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização;*
- Os mecanismos de alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos sociais com os interesses societários.*

**2. Aprovação da Política de Remuneração**

*A Política de Remuneração foi aprovada em reunião da Comissão de Remunerações do Banif – Banco de Investimento, S.A., no dia 30 de Março de 2012, por deliberação unânime dos respectivos membros.*

*A Comissão de Remunerações foi eleita em Assembleia Geral de 23 de Março de 2012, para um mandato de 3 anos, até ao final de 2014, e tem a seguinte composição:*

*Rentipar Financeira, SCPS, S.A., representada pela **Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro**.*

*Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro é licenciada em Política, Filosofia e Economia pela Universidade de Oxford (Reino Unido), Mestre em Relações Internacionais*

*pela Universidade de Johns Hopkins (Bolonha, Itália) e candidata a Doutoramento junto do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Presentemente exerce cargos de administração em várias empresas do Grupo Rentipar, sendo de destacar as holdings Rentipar Financeira – SCPS, SA, Rentipar Indústria – SCPS, SA, Rentipar Investimentos – SCPS, SA, Rentipar Seguros – SCPS, SA e Banif – SCPS, SA.*

*Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A., representada pelo **Dr. Fernando José Inverno da Piedade**.*

*Fernando José Inverno da Piedade é licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (1982). Entre 1981 e 1988 integrou a Executive Team junto da Arthur Andersen em Portugal. Actualmente exerce cargos de administração em várias empresas do sector financeiro, sendo Presidente dos Conselhos de Administração das holdings Rentipar Financeira – SCPS, SA, Rentipar Indústria – SCPS, SA, Rentipar Investimentos – SCPS, SA e Rentipar Seguros – SCPS, SA e membro do Conselho de Administração da Banif – SCPS, SA.*

*Fundação Horácio Roque, representada pelo **Dr. José Marques de Almeida***

*José Marques de Almeida é licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (1966), foi administrador de diversas instituições bancárias e de diversas empresas no Grupo Rentipar, até 23 de Março de 2012, desempenhando actualmente funções de Administração, designadamente, na Rentipar Financeira, SCPS, SA e na Vestiban – Gestão e Investimentos, SA.*

*Nenhum dos representantes designados pelas entidades membros da Comissão de Remunerações para exercício efectivo de funções, acima identificados, é membro dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banif – Banco de Investimento, S.A..*

*A Comissão de Remunerações não recorreu a quaisquer peritos, consultores ou entidades externas com vista à preparação, elaboração e aprovação da Política de Remuneração, tendo tomado em consideração as práticas de remuneração das empresas em geral e as práticas de remuneração no sector financeiro e de outros Bancos portugueses que operam nos mercados nacional e internacional.*

### **3. Descrição da Política de Remuneração**

#### **3.1. Conselho de Administração**

##### **3.1.1. Presidente do Conselho de Administração**

*Não será auferida pelo Presidente do Conselho de Administração qualquer remuneração, na medida em que já auferir remuneração em outras sociedades do Banif – Grupo Financeiro.*

### 3.1.2. Membros da Comissão Executiva ('Administradores Executivos')

#### a) Composição da Remuneração

A Comissão de Remunerações considera que os membros executivos do órgão de administração que não auferam remuneração em outras sociedades do Banif – Grupo Financeiro devem receber uma remuneração susceptível de (i) remunerar adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade, (ii) garantir uma actuação alinhada com os interesses de longo prazo da sociedade e (iii) premiar o desempenho obtido.

Neste sentido, a remuneração dos Administradores Executivos tem como referência um conceito de 'Remuneração Global' que compreende 3 elementos chave:

Uma 'Remuneração Fixa'	A remuneração de base (salário base)
Uma 'Remuneração Variável'	O prémio de desempenho
Um mecanismo de alinhamento dos interesses dos membros executivos do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade	Diferimento de parte da remuneração variável
	Limitação do montante da remuneração variável

A Remuneração Global, acima referida, poderá ser formalizada, relativamente a cada membro executivo do órgão de administração, num contrato que contempla, nomeadamente, o nível e a estrutura da remuneração (componentes fixa e variável), o respectivo termo e modalidades de rescisão, cláusulas de confidencialidade, não-concorrência e exclusividade e eventuais limitações contratuais para a compensação a pagar por destituição sem justa causa.

A Remuneração Fixa constitui a parte mais significativa da Remuneração Global, estimando-se que possa representar, numa situação de cumprimento pleno dos objectivos delineados, cerca de 70% da Remuneração Global dos Administradores Executivos.

Através dela, pretende-se remunerar os membros executivos do órgão de administração pelas responsabilidades inerentes às suas funções e pelas suas competências específicas.

Por sua vez, a Remuneração Variável, referida ao desempenho, deverá constituir a parte menor da Remuneração Global, estimando-se que possa representar, numa situação de cumprimento pleno dos objectivos delineados, cerca de 30% daquela.

A Remuneração Variável – Prémio de Desempenho - consiste unicamente num montante em cash, uma vez que o Banif – Banco de Investimento, S.A. não tem acções admitidas à negociação, e, por

*esta razão, não se considera adequada a implementação de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração.*

*Subjacente à Remuneração Variável está o objectivo de reconhecer e recompensar o contributo de cada Administrador Executivo, bem como a sua performance enquanto membro do colectivo dirigente do Banco. Os montantes atribuídos a título de prémio de desempenho dependem directamente do desempenho efectivo da instituição, aferido a objectivos qualitativos e quantitativos pré-determinados. Estes objectivos são determinados em função das estratégias delineadas (estratégia global do Banif - Grupo Financeiro e estratégias específicas para o Banif – Banco de Investimento, S.A.).*

**b) Determinação e forma de pagamento da Remuneração Fixa**

*A Remuneração Fixa é estabelecida com uma periodicidade anual, pela Comissão de Remunerações, relativamente a cada um dos Administradores Executivos, tendo em atenção os níveis praticados no mercado para funções equivalentes. Não existem mecanismos de ajustamento automático aos referidos níveis de mercado.*

*A Remuneração Fixa é paga com periodicidade mensal, 14 vezes por ano, ou seja, com pagamento de duas mensalidades nos meses de Abril e Novembro de cada ano.*

**c) Condições, critério para a determinação e forma de pagamento da Remuneração Variável<sup>4</sup>**

*A Comissão de Remunerações tem presente que as particulares circunstâncias de governance da instituição e o actual contexto económico e financeiro em que a mesma desenvolve a sua actividade representam fortes condicionantes e introduzem factores de indefinição que prejudicam o estabelecimento adequado, nesta data, de critérios e modelos de determinação da Remuneração Variável.*

*Nesse sentido, a circunstância de que o Banif – Banco de Investimento, S.A., enquanto entidade integrada no Banif – Grupo Financeiro, está envolvido num processo global de reorganização e recapitalização do Grupo, com vista ao cumprimento dos requisitos de capital exigidos pelo Aviso n.º 3/2011 do Banco de Portugal, o qual poderá vir implicar a adopção de medidas com efeito ao nível do Grupo, tendentes a torna-lo elegível para o recurso aos mecanismos de recapitalização das instituições de crédito no âmbito das iniciativas da União Europeia para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros. Adicionalmente, o eventual recurso aos referidos mecanismos de recapitalização (previstos na Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 4/2012 de 11 de Janeiro), poderá implicar a*

---

<sup>4</sup> Todos os indicadores financeiros são considerados de acordo com a sua contabilização em IAS/IFRS, nos termos do seu contributo para o resultado global do Banif – Grupo Financeiro.

necessidade de revisão do modelo de remuneração dos membros dos órgãos de administração, em conformidade com o disposto na alínea I) do n.º 24 do Ponto XI do anexo ao Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 88/2011, de 20 de Julho.

Acresce ainda a circunstância de a sociedade ter, muito recentemente (em reunião da Assembleia Geral de 23 de Março de 2012) realizado alterações significativas na composição do seu Conselho de Administração, agora em funções para o triénio 2012-2014, facto que deverá vir a ter implicações nas estratégias a implementar, nos objectivos estabelecidos e no orçamento delineado.

Pelas razões descritas, a Comissão de Remunerações entendeu conveniente, no momento presente e em face dos dados de que dispõe, manter o modelo de determinação e forma de pagamento de Remuneração Variável adoptados para o exercício de 2011, sem prejuízo de, durante o exercício de 2012, proceder à sua revisão caso a conjuntura envolvente e a situação da sociedade o justifiquem.

Pelo exposto, mantém-se em vigor a regra de que a Remuneração Variável correspondente a um determinado ano/exercício ('Exercício de Referência') é determinada/atribuída anualmente, pela Comissão de Remunerações, de acordo com o seguinte critério e sujeita às seguintes condições:

Definições e respectivas abreviaturas:

Remuneração Variável	('RV')	Componente da Remuneração Global calculada com base em critérios de desempenho
Exercício de Referência	('Exerc. Ref.')	Exercício/ano a que diz respeito o desempenho que está na base da atribuição da Remuneração Variável (em regra, o exercício anterior àquele em que tem lugar a deliberação de atribuição de Remuneração Variável)
Referência de Atribuição (1)	('Ref. 1')	Valor Médio da Taxa Euribor a 12 meses ao longo do Exercício de Referência, acrescido de 2%
Referência de Atribuição (2)	('Ref. 2')	Valor Médio da Taxa Euribor a 12 meses ao longo do Exercício de Referência, acrescido de 6%
Orçamento de Referência	('Orçamento')	Orçamento para o Exercício de Referência, aprovado pelo Conselho de Administração e validado pela Comissão de Vencimentos, com base no qual são estabelecidos os objectivos de desempenho dos Administradores Executivos.
Indicadores Seleccionados	('ISs')	Indicadores financeiros considerados relevantes para efeito da avaliação do desempenho dos Administradores Executivos e, consequentemente, cálculo da respectiva Remuneração Variável (actualmente os indicadores de Return on Equity e Cost-to-Income <sup>2</sup> )

<i>Return on Equity</i>	('ROE')	<i>Return on Equity do Banco no Exercício de Referência</i> <sup>5</sup>
<i>Objectivo de Return on Equity</i>	('ROE <sup>obj</sup> ')	<i>Valor previsto para o indicador Return on Equity no Orçamento de Referência</i> <sup>2</sup>
<i>Cost-to-Income</i>	('CtI')	<i>Cost-to-Income do Banco no Exercício de Referência</i> <sup>2</sup>
<i>Objectivo de Cost-to-Income</i>	('CtI <sup>obj</sup> ')	<i>Valor previsto para o indicador Cost-to-Income no Orçamento de Referência</i> <sup>2</sup>
<i>Resultado Líquido</i>	('RL')	<i>Resultado Líquido do Banco no Exercício de Referência</i> <sup>2</sup>
<i>Objectivo de Resultado Líquido</i>	('RL <sup>obj</sup> ')	<i>Valor previsto para o Resultado Líquido do Banco no Orçamento de Referência</i> <sup>2</sup>
<i>Objectivo de Remuneração Variável</i>	('RV <sup>obj</sup> ')	<i>Remuneração Variável devida em caso de cumprimento a 100% dos objectivos estabelecidos, correspondente a 30% da Remuneração Global</i>

**c) (i) Condição Preliminar de Atribuição da Remuneração Variável**

Apenas haverá lugar ao pagamento de Remuneração Variável caso o indicador Return on Equity do Banco, no Exercício de Referência, seja superior ao valor médio anual da taxa Euribor a 12 meses durante esse mesmo ano, acrescido de 2% ('Ref. 1').

$$\llbracket RV > 0 \text{ se } ROE > \text{Ref. 1} \rrbracket$$

**c) (ii) Fórmula de Cálculo da Remuneração Variável caso o Return on Equity seja superior a Ref. 1 e inferior a Ref. 2.**

$$RV = \left[ \frac{RL}{RL^{obj}} \times \frac{CtI^{obj}}{CtI} \times \frac{ROE}{Ref.2} \right] \times RV^{obj}$$

**c) (iii) Condição de Atribuição da Remuneração Variável em montante superior a 30% da Remuneração Global**

Como referido supra, de acordo com a estrutura de remuneração proposta, numa situação de cumprimento pleno dos objectivos delineados (isto é, concretização a 100% dos Indicadores

<sup>5</sup> Valores calculados em base IAS/IFRS

Seleccionados do Orçamento de Referência), a Remuneração Variável dos Administradores Executivos corresponderá a 30% da Remuneração Global.

Caso o valor real/efectivo dos Indicadores Seleccionados venha a ser mais positivo do que o valor previsto no Orçamento de Referência (cumprimento acima de 100%), o montante da Remuneração Variável de cada Administrador Executivo apenas poderá vir a ser superior a 30% da sua Remuneração Global caso o Return on Equity do Banco, no Exercício de Referência, seja superior ao Valor Médio da Taxa Euribor a 12 meses ao longo do Exercício de Referência, acrescido de 6%.

$$\llbracket RV > RV^{obj} \text{ se } ROE > \text{Ref. 2} \rrbracket$$

- c) **(iv) Fórmula de cálculo da Remuneração variável caso o Return on Equity seja superior a Ref.2**

$$RV = \left[ \frac{RL}{RL^{obj}} \times \frac{Ct^{obj}}{CtI} \right] \times RV^{obj}$$

- c) **(v) Limitações ao montante global da Remuneração Variável**

- O montante de Remuneração Variável atribuído a cada Administrador Executivo, calculado nos termos das alíneas anteriores, não pode exceder 36% da respectiva Remuneração Global.

- O montante global atribuído à totalidade dos (7) membros da Comissão Executiva a título de Remuneração Variável não pode exceder o montante correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício de Referência, caso em que o montante a pagar será reduzido a esse limite e rateado na proporção das respectivas remunerações fixas.<sup>6</sup>

- c) **(vi) Forma de pagamento da Remuneração Variável**

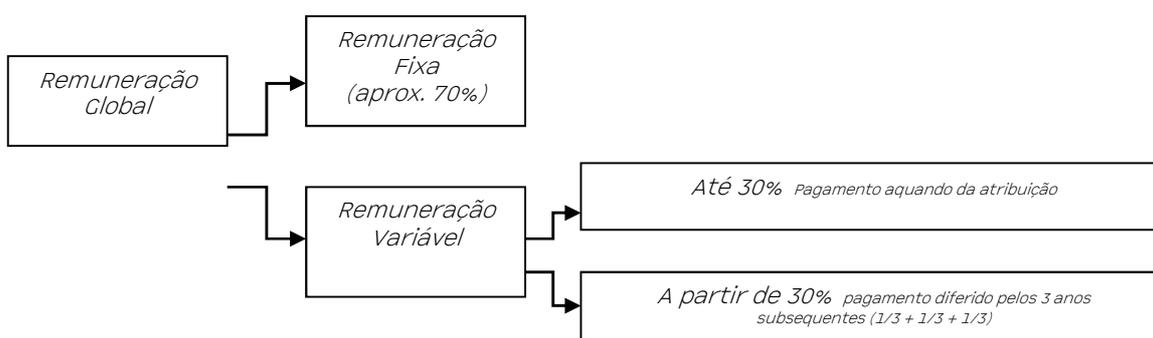
No momento presente, tendo em conta a expressão, considerada moderada, que as componentes de remuneração variável assumem na política remuneratória do Banco, bem como a significativa longevidade que tem vindo a caracterizar as relações que a generalidade dos membros do órgão de administração mantêm com a instituição (são, na sua grande maioria, quadros oriundos da estrutura de Direcção do Banco, ao qual se encontram vinculados por contrato de trabalho), não se vislumbra necessidade de proceder ao diferimento de uma parte substancial das Remunerações Variáveis.

Não obstante, em linha com a política de remunerações aprovada na Assembleia Geral Anual de 2011, a Comissão de Remunerações deliberou estabelecer que, caso a Remuneração Variável,

<sup>6</sup> Valor calculado em base NCA

calculada nos termos das alíneas anteriores, venha a exceder os 30% da Remuneração Global, o pagamento do montante correspondente a tal excedente será diferido para após o apuramento das contas de cada um dos três exercícios subsequentes (havendo lugar ao pagamento de um terço do montante em cada um dos mesmos).

Por outro lado, em cada um dos três exercícios seguintes, apenas haverá lugar ao pagamento previsto no parágrafo anterior caso se verifiquem resultados que, de acordo com a Política de Remuneração em vigor em cada um dos mesmos, permitam a atribuição de Remuneração Variável.



### 3.1.3. Vogais do Conselho de Administração (Administradores Não Executivos)

Não será auferida pelos membros vogais, não executivos, do Conselho de Administração qualquer remuneração, na medida em que já auferem remunerações relevantes em outras sociedades do Banif – Grupo Financeiro.

### 3.2. Conselho Fiscal

A fim de garantir a isenção e o rigor na acção fiscalizadora do Conselho Fiscal, a remuneração dos seus membros é estabelecida exclusivamente em função das respectivas presenças nas reuniões daquele órgão, não estando, por qualquer forma, dependente ou relacionada com os resultados da sociedade.

## 4. Informações em cumprimento do disposto na Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho

### a) Mecanismos que permitam o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade;

A Comissão de Remunerações considera que a presente Política de Remuneração integra diversos mecanismos que permitem o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade, na medida em que:

- (i) A atribuição de uma Retribuição Variável aos Administradores Executivos está dependente de um Resultado Líquido do exercício substancialmente positivo, uma vez que, no Exercício

- de Referência, o indicador Return on Equity terá que ser superior à média da taxa Euribor 12 meses acrescida de 2%;*
- (ii) A conjugação dos indicadores seleccionados para efeito da avaliação de desempenho dos Administradores Executivos faz relevar, não só a componente de resultado do exercício (Return on Equity), mas também a optimização da estrutura de custos e o nível de eficiência da organização (Cost-to-Income), factor considerado da maior importância para o desenvolvimento sustentável da instituição, a médio e longo prazo;*
  - (iii) A existência de duas “hurdles” de referência (Ref. 1 e Ref. 2), que o Return on Equity da sociedade terá que superar a fim de que haja lugar à atribuição de uma Remuneração Variável aos Administradores Executivos, por um lado, e para que esta possa atingir um montante superior a 30% da Remuneração Global, por outro, bem como o facto de que ambas estas “hurdles” dependem de indicadores externos à sociedade, previnem o risco de um aumento desproporcionado da Remuneração Variável decorrente da aprovação de um objectivo/orçamento pouco ambicioso;*
  - (iv) No mesmo sentido da alínea anterior, aponta a exigência de a Comissão de Remunerações validar o Orçamento de Referência, apresentado pelo Conselho de Administração, bem como o facto de poder anualmente rever a percentagem da Remuneração Global a que corresponde o Objectivo de Remuneração Variável;*
  - (v) A existência de limites máximos à remuneração variável (36% da Remuneração Global e 5% do Resultado Líquido do Exercício) obvia situações de assunção de riscos excessivos;*
  - (vi) O diferimento do pagamento da Remuneração Variável, na componente em que exceda o Objectivo de Remuneração Variável (30% da Remuneração Global) e o seu condicionamento à continuidade dos resultados positivos da sociedade permitem acautelar o risco da atribuição de montantes extraordinariamente elevados num determinado exercício, que se traduzam em reduções substanciais dos resultados nos exercícios seguintes;*
  - (vii) A inexistência de Remuneração para os Administradores Não Executivos, potencia a sua função de controlo e supervisão da actividade dos Administradores Executivos, numa perspectiva de desenvolvimento prudente e sustentável da sociedade.*

**b) Critérios de definição da componente variável da remuneração;**

*Os critérios para a definição da componente variável da remuneração estão descritos na alínea c. do Ponto 3.1.2. supra.*

**c) Existência de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções por parte de membros dos órgãos de administração e de fiscalização;**

*O Banif – Banco de Investimento, S.A. não tem em vigor ou em perspectiva quaisquer planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções por parte de membros dos órgãos de administração e fiscalização. Considerando que o Banif – Banco de Investimento, S.A. não tem acções admitidas à negociação em mercado regulamentado e sendo o seu capital social integralmente detido por um accionista único, não se considera adequada ou viável a*

implementação de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções a membros dos órgãos de administração e fiscalização.

- d) **Possibilidade de o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato;**

A forma como o pagamento de parte da Remuneração Variável poderá ter lugar após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato está descrita na alínea c. (v) do ponto 3.1.2 supra.

- e) **Mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.**

O mecanismo de limitação da Remuneração Variável (na parte cujo pagamento haja sido diferido), no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa está previsto no último parágrafo da alínea c. (v) do ponto 3.1.2 supra."

## **II.2. Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável.**

Montante anual das remunerações auferidas individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade:

Montante anual das remunerações auferidas individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade:

### **Conselho de Administração (de Janeiro a Março de 2012)**

- Joaquim Filipe Marques dos Santos - 11.000,00 euros
- Artur Manuel da Silva Fernandes - 71.241,70 euros
- Carlos Eduardo Pais e Jorge - 34.660,14 euros
- Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos - 34.695,45 euros
- Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme - 34.660,14 euros
- João Manuel Mora de Ibérico Nogueira - 8.000,00 euros
- José Paulo Baptista Fontes - 9.200,00 euros
- Nuno José Roquette Teixeira - 9.200,00 euros
- Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques – 34.705,45 euros
- Maria da Conceição Rodrigues Leal – 34.695,45 euros
- Vasco Clara Pinto Ferreira - 34.695,45 euros

**Conselho de Administração (de Abril a Dezembro de 2012)**

- Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques - 177.584,00 euros
- Maria da Conceição Rodrigues Leal - 177.584,00 euros
- Vasco Clara Pinto Ferreira - 177.584,00 euros
- Luís Filipe Marques Amado - € 0,00
- Jorge Humberto Correia Tomé - € 0,00
- Vítor Manuel Farinha Nunes - € 0,00
- Nuno José Roquette Teixeira - € 0,00
- João Paulo Pereira Marques de Almeida - € 0,00
- Gonçalo Vaz Cago da Câmara de Medeiros Botelho - € 0,00

**Conselho Fiscal (de Janeiro a Março de 2012)**

(A remuneração auferida diz respeito, exclusivamente, a senhas de presença)

- Fernando Mário Teixeira de Almeida - 6.350,00 euros
- Rui Manuel Braga de Almeida - 1.000,00 euros
- José Luis Pereira de Macedo - 2.000,00 euros

**Conselho Fiscal (de Abril a Dezembro de 2012)**

(A remuneração auferida diz respeito, exclusivamente, a senhas de presença)

- Fernando Mário Teixeira de Almeida - 24.100,00 euros
- Rui Manuel Braga de Almeida - 13.000,00 euros
- Teresa Lucinda Camoesas Castelo -18.000,00 euros

**II.3 Informações em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 16.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal**

- a. **Processo de decisão utilizado na definição da política de remuneração, incluindo, se for caso disso, a indicação do mandato e da composição da comissão de remuneração, a identificação dos consultores externos cujos serviços foram utilizados para determinar a política de remuneração e dos serviços adicionais prestados por estes consultores à sociedade ou aos membros dos órgãos de administração e fiscalização;**

A Política de Remuneração referente ao exercício de 2012 foi aprovada em reunião da Comissão de Remunerações do Banif – Banco de Investimento, S.A., no dia 30 de Março de 2012, por deliberação unânime dos respectivos membros.

A Comissão de Remunerações foi eleita em Assembleia Geral de 23 de Março de 2012, para o triénio 2012-2014, e tem a seguinte composição:

- Rentipar Financeira, SGPS, S.A., representada pela Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro;
- Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A., representada pelo Dr. Fernando José Inverno da Piedade;
- Fundação Horácio Roque, representada pelo Dr. José Marques de Almeida;

Nenhum dos representantes designados pelas entidades membros da Comissão de Remunerações para exercício efectivo de funções, acima identificados, é membro dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banif – Banco de Investimento, S.A., ou tem com algum daqueles quaisquer vínculos familiares ou dependência de qualquer natureza.

A Comissão de Remunerações não recorreu a quaisquer peritos, consultores ou entidades externas com vista à preparação, elaboração e aprovação da Política de Remuneração, tendo tomado em consideração as práticas de remuneração das empresas em geral e as práticas de remuneração no sector financeiro e de outros Bancos portugueses que operam nos mercados nacional e internacional.

- b. **Relativamente à componente variável da remuneração, as diferentes componentes que lhe deram origem, a parcela que se encontra diferida e a parcela que já foi paga;**

A Remuneração Variável dos Administradores Executivos referente ao exercício de 2012 não se encontra paga à presente data.

- c. **Informação sobre o modo como a política de remuneração em vigor permite, de forma adequada, atingir os objectivos de alinhar os interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da instituição e desincentivar uma assunção excessiva de riscos, bem como sobre os critérios utilizados na avaliação de desempenho.**

A Informação em referência consta da Declaração sobre a Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral da Sociedade de 30 de Abril de 2012, transcrita no ponto II.1 supra.

- d. **Relativamente à remuneração dos Administradores Executivos:**

- i. Os órgãos competentes da instituição para realizar a avaliação de desempenho individual;

Não existem órgãos da instituição com competência específica para avaliação de desempenho dos Administradores Executivos. A Comissão de Remunerações avalia o desempenho da generalidade dos membros da Comissão Executiva por aplicação dos critérios estabelecidos previstos na Política de Remunerações, para efeito de cálculo da

respectiva Remuneração Variável. Não obstante, é à estrutura accionista, nomeadamente ao órgão de administração do accionista único, Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. que cabe a avaliação do desempenho dos Administradores Executivos.

- ii. Os critérios predeterminados para a avaliação de desempenho individual em que se baseie o direito a uma componente variável da remuneração;

A Informação em referência consta da Declaração sobre a Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral da Sociedade de 30 de Abril de 2012, transcrita no ponto II.1 supra. Conforme ali se refere, os critérios para determinação da Remuneração variável são aplicados ao desempenho da Comissão Executiva e não a cada Administrador individualmente considerado.

- iii. A importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos Administradores Executivos, assim como os limites máximos para cada componente;

A Informação em referência consta da Declaração sobre a Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral da Sociedade de 30 de Abril de 2012, transcrita no ponto II.1 supra. Complementarmente ao referido, informa-se que, considerando os montantes da remuneração fixa paga aos Administradores Executivos durante o exercício de 2012 e o montante de remuneração variável estabelecido com referência ao mesmo exercício, indicado na alínea b). supra, a remuneração fixa representará 100% e a remuneração variável representará 0% da remuneração global dos Administradores Executivos.

- iv. Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento;

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2012.

- v. O modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da instituição ao longo do período de diferimento;

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2012.

- vi. Os critérios em que se baseia a atribuição de Remuneração Variável em ações, bem como sobre a manutenção, pelos Administradores Executivos, das ações da instituição a que tenham acedido, sobre a eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual;

O Banif – Banco de Investimento, S.A. não tem em vigor ou em perspectiva quaisquer planos de atribuição de acções a membros dos órgãos de administração e fiscalização.

- vii. Os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício;

O Banif – Banco de Investimento, S.A. não tem em vigor ou em perspectiva quaisquer planos de opções de aquisição de acções por parte de membros dos órgãos de administração e fiscalização.

- viii. Os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;

Não existem quaisquer prémios anuais, para além da componente variável da retribuição dos Administradores Executivos (cujos parâmetros e fundamentos constam da Declaração sobre Política de Remunerações aprovada pela Assembleia Geral, acima transcrita, e que não teve lugar relativamente a 2012) ou outros benefícios não pecuniários relevantes.

- ix. A remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;

Não existe remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios, para além da componente variável da retribuição dos Administradores Executivos, a qual não teve lugar com referência ao exercício de 2012.

- x. As indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;

Não foram pagas nem são devidas a ex-membros executivos do órgão de administração quaisquer quantias/indemnizações decorrentes da cessação das suas funções durante o exercício de 2012.

- xi. Informação sobre a existência de instrumentos jurídicos nos termos do art.º 10.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal;

Sem prejuízo do regime legal aplicável, não existem instrumentos jurídicos específicos tendentes a assegurar que não será paga qualquer compensação ou indemnização, incluindo pagamentos relacionados com a duração de um período de pré-aviso ou cláusula de não-concorrência, nos casos em que a destituição do membro do órgão de

administração, ou a resolução do seu contrato por acordo, resultar de um inadequado desempenho das suas funções.

- xii. Os montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;

Montantes pagos a cada um dos Administradores Executivos do Banif – Banco de Investimento, S.A., a qualquer título, por outras sociedades em relação de domínio ou de Grupo:

Valores em Euros		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	REMUNERAÇÕES FIXAS (INCLUI SENHAS DE PRESENÇA)	REMUNERAÇÕES VARIÁVEIS
- Artur Manuel da Silva Fernandes (*)	30.384,30	0,00
- Carlos Eduardo Pais e Jorge (*)	0,00	0,00
- Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos (*)	0,00	0,00
- Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme (*)	0,00	0,00
- Maria da Conceição Rodrigues Leal	236.538,56	533.732,26
- Dr. Jorge Humberto Correia Tomé	316.229,17	0,00
- Dr. Nuno José Roquette Teixeira	409.090,88	0,00
- Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes	391.980,00	0,00
- Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida	278.883,23	0,00
- Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques	0,00	0,00
- Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira	0,00	0,00

(\*) Cessaram funções em Março de 2012

- xiii. As principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, com indicação se foram sujeitas a apreciação pela Assembleia Geral;

Os Administradores Executivos do Banif – Banco de Investimento, S.A. estão abrangidos por Fundos de Pensões complementares à Segurança Social. Estes administradores são participantes do Plano de Contribuição Definida do Fundo de Pensões de Banif – Banco de Investimento, S.A gerido pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de

Pensões, S.A. Este Fundo é complementar à Segurança Social. Sendo as suas participações no Fundo idênticas à dos restantes empregados participantes do Fundo, este assunto não foi sujeito à apreciação da Assembleia Geral.

- xiv. A estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores;

Não existem benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração

- xv. A existência de mecanismos que impeçam a utilização pelos membros do órgão de administração de seguros de remuneração ou responsabilidade, ou quaisquer outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

Não estão definidos mecanismos com vista ao propósito descrito (A confirmar com RH).

- xvi. Relativamente à remuneração dos Administradores Não Executivos, referência à inclusão de alguma componente variável.

A remuneração dos Administradores Não Executivos referente ao exercício de 2012 não inclui qualquer componente variável (entendendo-se como tal, uma componente associada ao desempenho da sociedade)

#### **II.4 Remuneração dos colaboradores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização cumpram algum dos seguintes critérios:**

- a. Desempenhem funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta da instituição ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco da instituição;**
- b. A sua remuneração total os coloque no mesmo escalão de remuneração que os membros dos órgão de administração ou fiscalização;**
- c. Exerçam as funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008.**

##### **a. Trabalhadores abrangidos**

Consideram-se abrangidos no ponto II.4 os colaboradores do Banif – Banco de Investimento, S.A. (i) responsáveis por órgãos da 1.ª linha da estrutura do Banco, na medida em que exercem uma actividade profissional com impacto no perfil de risco da instituição e os que (ii) integrando o quadro directivo da instituição (Directores, Directores-Adjuntos e Subdirectores), desempenham funções nas áreas de auditoria, compliance e risco, sendo que não existem colaboradores “cuja remuneração total os coloque no mesmo escalão de

remuneração que os membros dos órgãos de administração ou fiscalização” que não se encontrem desde logo enquadrados num dos pressupostos anteriores.

- b. O processo utilizado na definição da política de remuneração e identificação dos consultores externos cujos serviços foram utilizados para determinar a política de remuneração e dos serviços adicionais prestados por estes consultores à sociedade ou aos membros dos órgãos de administração e fiscalização.**

A “Política de Remuneração dos Colaboradores do Banif – Banco de Investimento, S.A.” (‘PRCBBI’) foi proposta pelos serviços do Banco e aprovada pela Comissão Executiva em reunião de 28 de Junho de 2011.

Não foram utilizados serviços de quaisquer peritos, consultores ou entidades externas, tendo sido tomada em consideração a prática seguida pela instituição e as práticas seguidas no sector financeiro e por outros bancos portugueses que operam no mercado nacional e internacional.

- c. Relativamente à componente variável da remuneração, as diferentes componentes que lhe deram origem, a parcela que se encontra diferida e a parcela que já foi paga;**

Não foi paga aos colaboradores qualquer remuneração variável referente ao exercício de 2012.

- d. Informação sobre o modo como a política de remuneração em vigor permite, de forma adequada, atingir os objectivos de alinhar os interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da instituição e desincentivar uma assunção excessiva de riscos, bem como sobre os critérios utilizados na avaliação de desempenho.**

A PRCBBI não contempla uma remuneração variável cujo montante esteja associado ao desempenho da sociedade e calculada com base em com critérios pré-determinados.

A remuneração destes colaboradores é constituída exclusivamente por uma quantia fixa, composta pelo vencimento base e outros complementos atribuídos à generalidade dos trabalhadores da instituição, não havendo, nesta medida, qualquer incentivo à assunção excessiva de riscos por parte dos mesmos.

A PRCBBI prevê que “Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá atribuir a colaboradores uma remuneração variável, estando esta atribuição dependente de decisão

discricionária deste órgão de gestão da instituição. Em caso de atribuição de uma remuneração variável, será assegurado que a remuneração fixa continue a constituir a parte mais relevante da remuneração global.”

Deste modo, pretende-se promover e motivar um melhor desempenho individual de cada colaborador, no contexto das funções que lhe estão confiadas, sem associar directamente este (eventual) prémio aos resultados da sociedade, nomeadamente aos resultados no curto prazo.

Dada a componente pouco substancial da remuneração variável na remuneração global dos colaboradores, entende-se que a política remuneratória existente não compromete os interesses de longo prazo da instituição e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

Não foi deliberado e/ou distribuído qualquer prémio, nos termos descritos, com referência ao exercício de 2012.

Os critérios utilizados na avaliação dos colaboradores são os constantes do processo de avaliação de desempenho em vigor no Banco, realizado pelas respectivas hierarquias e Conselho de Administração no que toca aos responsáveis de 1ª linha.

**e. Órgãos competentes para a realização da avaliação de desempenho individual**

O órgão competente para a avaliação dos colaboradores responsáveis por órgãos da 1.ª linha da estrutura do Banco é o próprio órgão de administração, na pessoa dos responsáveis dos respectivos pelouros. No que se refere aos colaboradores não integrados no grupo anterior, os quais desempenham funções nas áreas de auditoria, *compliance* e risco, a sua avaliação é realizada nos termos do processo normal de avaliação de desempenho em vigor no Banco, pelas respectivas hierarquias.

**f. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho individual nos quais se baseie o direito a uma componente variável de remuneração.**

Como se referiu supra, a atribuição de um prémio de desempenho decorre sempre de uma eventual e discricionária decisão do Conselho de Administração, pelo que não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho individual nos quais se baseie qualquer direito (no sentido de um direito adquirido), a uma componente variável de remuneração, por parte de qualquer colaborador.

- g. O modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da instituição.

Tendo em conta a expressão reduzida que a componente de remuneração variável (prémio de desempenho) assume na política remuneratória do Banco, bem como a longevidade que habitualmente caracteriza as relações laborais, não se vislumbra necessidade de proceder ao diferimento do pagamento daquela.

- h. Os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período do diferimento e do preço de exercício;

A PRCBBI não prevê a atribuição de remuneração variável em opções (confirmar com RH).

- i. Os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Além do prémio de desempenho, cujos termos de atribuição foram oportunamente descritos nos pontos anteriores, não existe qualquer sistema de prémios anuais. Os outros benefícios prestados aos colaboradores do Banco, todos previstos na PRCBBI são os seguintes:

- i. Serviços de Assistência Médica (Seguro de Saúde);
- ii. Seguro de acidentes de trabalho, nos termos da lei;
- iii. Fundo de Pensões que confere pensão complementar com direitos adquiridos.

## II.5 Divulgação de Informação quantitativa, em cumprimento do disposto no art.º 17.º do Aviso do banco de Portugal n.º 10/2011

- i. O montante anual agregado das remunerações auferidas pelos colaboradores e o número de beneficiários

### Outros Colaboradores

Valores em Euros

Valores Globais Anuais	Remunerações fixas	Remunerações variáveis
Todos os colaboradores	EUR 1.033.236,70	0,00

Número de beneficiários abrangidos – 15.

- ii. Os montantes e os tipos de remuneração variável, separados por remuneração pecuniária, acções, instrumentos share-linked e outros tipos

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2012.

- iii. O montante da remuneração diferida não paga, separada por componentes investidas e não investidas

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2012.

- iv. Os montantes anuais da remuneração diferida devida, paga ou objecto de reduções resultantes de ajustamento introduzidos em função do desempenho individual dos colaboradores

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2012.

- v. O número de novas contratações efectuadas no ano a que respeita

Foram efectuadas 5 novas contratações.

- vi. O montante dos pagamentos efectuados ou devidos anualmente em virtude da rescisão antecipada do contrato de trabalho com colaboradores, o número de beneficiários desses pagamentos, e o maior pagamento atribuído a um colaborador.

Valores em Euros

Pagamentos por Rescisão Antecipada do Contrato de Trabalho	Número de Beneficiários Envolvidos	Maior Pagamento atribuído a um Colaborador
272.813,50	3	183.685,65

- vii. O montante anual agregado das remunerações auferidas pelos colaboradores, discriminada por área de actividade

## Outros Colaboradores

Valores em Euros

Valores Globais Anuais	Remunerações fixas	Remunerações variáveis
Funções de Responsabilidade	EUR 852.459,90	0,00

## Outros Colaboradores

Valores em Euros

Valores Globais Anuais	Remunerações fixas	Remunerações variáveis
Funções de Controlo (Compliance)	EUR 47.004,28	0,00

## Outros Colaboradores

Valores em Euros

Valores Globais Anuais	Remunerações fixas	Remunerações variáveis
Funções de Controlo (Gestão de Risco)	EUR 93.732,94	0,00

## Outros Colaboradores

Valores em Euros

Valores Globais Anuais	Remunerações fixas	Remunerações variáveis
Funções de Controlo (Auditoria)	EUR 40.039,58	0,00

## viii. Remunerações do revisor oficial de contas

Em relação ao órgão de fiscalização da sociedade, e Revisor Oficial de Contas, o mesmo aferiu em 2012 uma remuneração fixa, no valor de 92.940,00 euros (sem IVA) com base num contrato de prestação de serviços celebrado com a Sociedade nos termos legais.

## ANEXOS

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Senhores Accionistas,

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas Individuais e Consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, apresentados pelo Conselho de Administração do Banif – Banco de Investimento, SA.
2. O Conselho Fiscal no desempenho das suas funções obteve sempre do Conselho de Administração e dos Serviços do Banco, os esclarecimentos e a colaboração necessários para o cabal desempenho das nossas funções.
3. Os critérios valorimétricos utilizados encontram-se explicitados no Anexo às Contas e correspondem à correcta avaliação do património social.
4. Consideramos que o Relatório do Conselho de Administração explicita os negócios sociais desenvolvidos no exercício e a evolução previsível do Banco para o ano de 2012.
5. Tomamos conhecimento da Certificação Legal das Contas Individuais e Consolidadas, documento com que concordamos e que se dá aqui como integralmente reproduzido.
6. Assim e tendo analisado os documentos de prestação de contas e considerando que os mesmos exprimem a situação económica e financeira do Banif – Banco de Investimento, SA, somos de parecer que aproveis:

Banif - Banco de Investimento, S.A.

Sede Social: Rua Tierno Galvan, Torre 3, 14º Piso, 1070-274 Lisboa - Portugal  
Telefone: (351) 213 816 200 • Fax: (351) 213 816 201  
Capital Social: 85 000 000 euros  
C.R.C. de Lisboa  
Número único de registo e de pessoa colectiva: 502 261 722

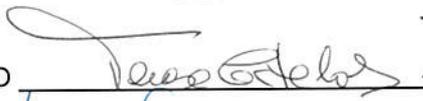
[www.banifib.com](http://www.banifib.com)

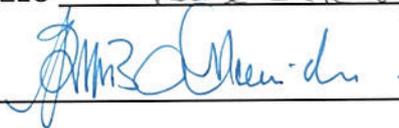


1. O Relatório de Gestão, as Contas Individuais e Consolidadas e o respectivo Anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012; e
2. A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 22 de Março de 2013

Dr. FERNANDO MÁRIO TEIXEIRA DE ALMEIDA – Presidente \_\_\_\_\_ 

Dra. TERESA LUCINDA CAMOESAS CASTELO \_\_\_\_\_ 

RUI MANUEL BRAGA DE ALMEIDA \_\_\_\_\_ 

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banif - Banco de Investimento S.A. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 1.058.025 milhares de Euros e um total de capital próprio de 82.474 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 21.765 milhares de Euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações em Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banif-Banco de Investimento, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA'S) tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

#### **Ênfase**

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos à atenção para o seguinte:

Conforme relatado na Nota 49 do Anexo às demonstrações financeiras sobre "Eventos após a data de Balanço" e no capítulo 5 do Relatório de Gestão sobre "Perspectivas Futuras", no âmbito do processo de recapitalização do Banco estão em curso contactos com a Comissão

Europeia para finalização do plano de reestruturação definitivo do BANIF - Grupo Financeiro, o qual deverá prever a revisão do seu modelo de negócios e actualização do *Funding and Capital Plan*. Nesta data, não é possível antecipar eventuais implicações futuras na posição financeira do Banco decorrentes da finalização deste processo.

Lisboa, 22 de Março de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:

A handwritten signature in black ink that reads "Ana Salcedal".

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)